

NOVOS RUMOS

Edição para São Paulo

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 15 a 21 de julho de 1960

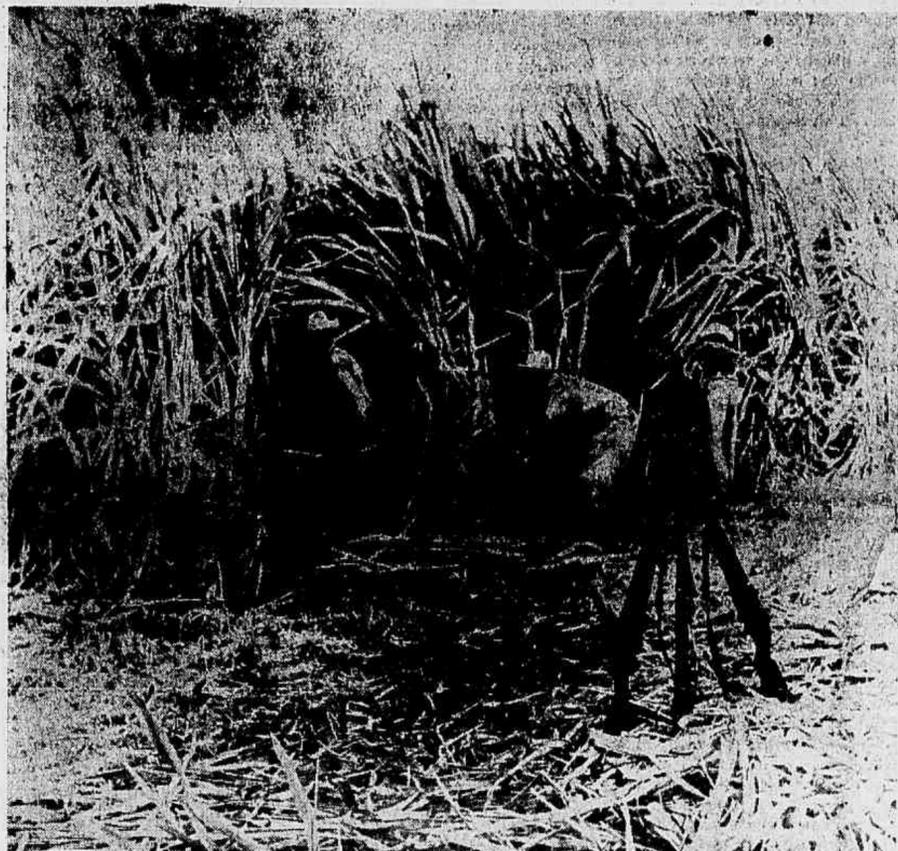
Nº 72

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcant

CUBA: ACABOU O «DIKTAT» IANQUE NA AMÉRICA LATINA



O GOVERNO americano revela, de maneira cada vez mais clara, sua disposição de intervir em Cuba. A diminuição da compra de açúcar constitui, inegavelmente, um ato de agressão econômica. Mas também é certo que o povo cubano não está só na luta pela sua independência. Tem recebido a solidariedade de povos e governos, o que reforça sua resistência à pressão dos gangsters de Washington e revela, por outro lado, que já se tornou passado o tempo em que o «colosso» do norte agia como se os países da América Latina fossem feitorias. (Veja reportagens na 7ª página do 1º caderno e na 12ª página do 2º caderno).



Investida da "Hanna" Ameaça 4.000 Operários da Mina de Morro Velho

Leia na 8ª pág.
do 1º caderno

Onde se encontrarão os foguetes russos e americanos?

HA poucos dias, o vespertino de Londres «Evening Standard», um dos mais importantes diários da Inglaterra, publicou o «problema»:
Se partir de Sverdlovsk, na Sibéria, um foguete com destino a Cabo Canaveral, ao mesmo tempo e com a mesma velocidade com que fôr lançado de Cabo Canaveral um foguete com destino a Sverdlovsk, em que ponto da Terra se encontrarão?
E deu logo a resposta: — Em Cabo Canaveral.

Carestia vai agravar-se no 2º semestre

A POLITICA econômica-financeira do governo, principalmente as normas recém-baixadas para a comercialização da nova safra do café (1960-1961), faz com que todas as previsões para o segundo semestre do ano em curso sejam no sentido de um sério agravamento do problema da carestia. Entre janeiro de 1959 e abril último o aumento do custo da alimentação no Estado da Guanabara foi de 63,2%. (Reportagem na 2ª página do 2º caderno).

Liga e foice são as armas do camponês

DESESPERADOS com a organização dos camponeses e tentando através da intimidação afastá-los da luta por seus direitos, o Governo e os latifundiários de Pernambuco estão desencadeando uma onda de violências contra os Ligas Camponesas. A mais odiosa dessas violências foi contra os camponeses do Engenho Manassu, para onde a polícia do sr. Cid Sampaio mandou dezenas de soldados armados. (Reportagem na 1ª pág. do 2º caderno).

3.000 DELEGADOS NO CONGRESSO SINDICAL NACIONAL

TRABALHADORES DO BRASIL TÊM ENCONTRO MERCADO NA GUANABARA

Leia na 2ª pág.

«Fon» será a bandeira dos trabalhadores com Lott-Jango

OS líderes sindicais dos trabalhadores cariocas organizam a Frente Operária Nacionalista, que se constituirá no instrumento dos trabalhadores de todos os Estados brasileiros para a intensificação da campanha dos candidatos nacionalistas, Lott e Jango. O programa da «Frente» será o «Manifesto a todos os trabalhadores brasileiros», assinado pelos dois candidatos e por dezenas de representantes sindicais da Guanabara, no debate realizado na ABI, quarta-feira, dia 6. Na pág. 4, o leitor encontrará a íntegra do Manifesto, bem como uma reportagem sobre a constituição da «FON».



Ao Lado de Cuba

FAUSTO CUPERTINO

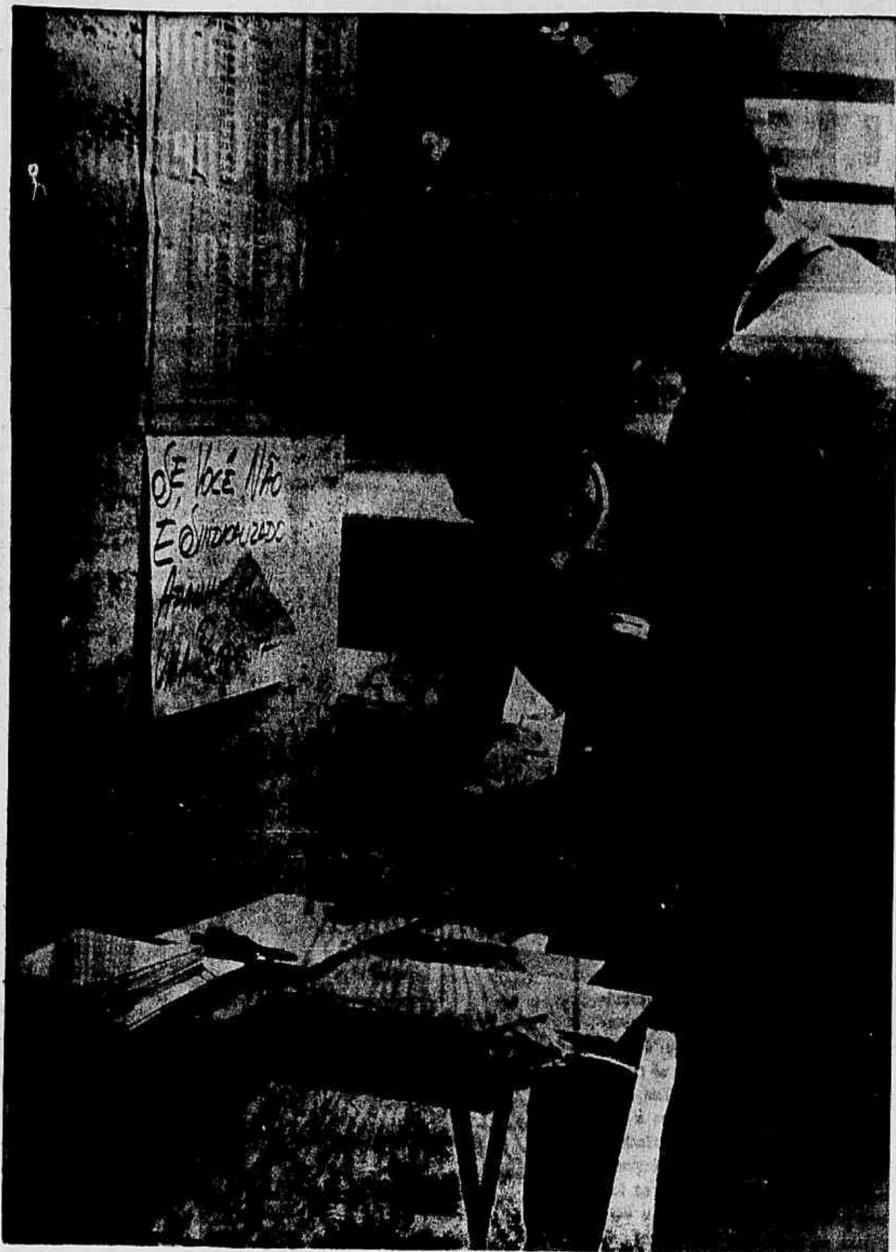
O GOVERNO cubano decidiu apresentar ao Conselho de Segurança da ONU uma denúncia da agressão econômica levada a cabo contra seu país pelos Estados Unidos. A decisão cubana, juntamente com a advertência feita por Krushchov de que a URSS não assistirá impassível a uma intervenção militar ianque em Cuba e com o vasto movimento de solidariedade à revolução cubana em toda a América Latina, particularmente no México e na Venezuela, vem colocar a questão em seus devidos termos. Da mesma forma que a campanha de agressão dirigida pelo Pentágono e pelo Departamento de Estado não se volta apenas contra Cuba, mas é uma parte da política de domínio do mundo pelo imperialismo ianque, contra esta política de opressão o povo cubano não lutará sozinho. A intervenção militar norte-americana em Cuba, denunciada inclusive por órgãos burgueses como o «Journal do Brasil», não será feita impunemente, se vier a se concretizar a despeito das advertências do Governo de Fidel Castro, endossadas pelos governos e povos democráticos e progressistas de todo o mundo.

TOMANDO a defesa, inclusive armada, de empresas e grupos que se colocaram contra as leis nacionais de Cuba, os Estados Unidos demonstram na prática que farão tudo o que estiver ao seu alcance para impedir ou derubar governos soberanos e independentes que não aceitem o papel de meros defensores dos interesses políticos e econômicos dos EUA. O plano de esmolas apresentado por Eisenhower para jogar areia nos olhos da América Latina não passa do outro lado da mesma moeda. O próprio Eisenhower se encarregou de esclarecer este ponto ao dizer que só serão «beneficiados» os governos que se mostrarem dispostos a «colaborar» com os Estados Unidos, aceitando suas ordens.

NO BRASIL, o «plano» de Eisenhower ainda não conseguiu encontrar senão alguns poucos e tímidos defensores. O Governo brasileiro, depois de reunir os principais aarautos da tão decantada quanto estéril Operação Pan-Americana, distribuiu uma declaração oficial em que confessa o caráter «assistencial» e «paliativo»

das medidas propostas por Eisenhower. Reconhece igualmente o Governo que depois de dois anos a OPA ainda não teve qualquer consequência concreta. Ao invés de tirar as conclusões já implícitas nesta declaração, conclusões que forçadamente invalidariam o próprio fundamento da OPA de que os Estados Unidos estariam dispostos a acabar com o subdesenvolvimento que eles mesmos provocaram, o Governo brasileiro mantém intacta sua posição de conciliação e barganha. A nota de Kubitschek, Lafer e Schmidt endossa a provocação norte-americana de que a guerra fria foi «claramente deflagrada neste hemisfério», confundindo deliberadamente a disposição do Governo cubano de defender sua soberania e seus interesses nacionais contra o imperialismo com qualquer ameaça à «segurança» dos Estados Unidos ou do continente americano.

A OPINIAO pública brasileira exige uma definição clara do Governo contra as manobras dos EUA e em defesa do direito de autodeterminação do povo cubano. Ao povo cubano cabe decidir onde estão os seus verdadeiros interesses e quais os meios e modos de atingi-los. A América Latina não é mais o quintal dos Estados Unidos. A luta do povo cubano por sua completa emancipação política e econômica, como assinalou o Governo do México, é compartilhada por todos os povos latino-americanos. O Governo brasileiro não pode, portanto, prestar-se ao vergonhoso papel de instrumento da política do Departamento de Estado visando a esmagar a revolução cubana, diretamente ou por intermédio do biombo da Organização dos Estados Americanos. As demonstrações de solidariedade a Cuba já feitas no Congresso, na imprensa, nas entidades operárias e estudantis devem servir como advertência ao Governo brasileiro. As esmolas dos Estados Unidos e a ganância das empresas açucareiras não podem ser colocadas pelo Governo acima da dignidade nacional e da necessidade de apoiar um povo empenhado na luta pelo desenvolvimento econômico, político e social. A causa de Cuba é a nossa causa e é nosso dever defendê-la contra as ameaças dos Estados Unidos.



TRABALHADORES DO BRASIL TÊM ENCONTRO MARCADO NA GUANABARA

3 Mil Delegados no Congresso Sindical Nacional

Encontrando-se a menos de um mês do III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, que se realizará de 11 a 14 de agosto próximo, no Estado da Guanabara, as entidades sindicais movimentam-se em todo o país, ultimando a discussão e aprovação de suas teses e a eleição dos delegados. O conclave, convocado pelas organizações de grau superior dos trabalhadores da indústria, comércio, setor bancário e transportes terrestres, marítimos, ferroviários e aéreos, deverá reunir cerca de 3 mil delegados na antiga Capital da República, para discutir os mais importantes assuntos relacionados com a vida dos trabalhadores brasileiros.

Comissões Estaduais

O dirigente sindical Ari Campista, secretário geral da CNTI, e um dos signatários do edital de convocação do III Congresso, declarou à reportagem que a sua entidade já expediu instruções aos seus delegados em todo o país, para que estabeleçam contacto com os representantes dos demais setores profissionais, e promovam, em conjunto, a organização das Comissões Estaduais preparatórias do III Congresso. Essas comissões têm como finalidade a divulgação e o debate dos pontos do temário, o preparo das delegações e a obtenção dos meios financeiros para a viagem e estada dos delegados no Estado da Guanabara.

Huberto Pinheiro, presidente da... CONTEC, entidade máxima dos bancários, informou à reportagem que também credenciou todos os seus representantes nos Estados para que participem das Comissões. Os bancários, atualmente empenhados na campanha nacional pela conquista do Contrato Coletivo de Trabalho, desenvolvem paralelamente, em todo o país, as atividades preparatórias para o III Congresso. Os dirigentes da CONTEC têm como certa a participação das seis federações de bancários e mais a dos securitários, no próximo conclave nacional dos trabalhadores.

As comissões

A Comissão Central Organizadora do III Congresso, instalada na sede da CNTI, rua dos Andradas, 96, 5º andar, reúne-se todas as quartas-feiras, para apreciar os assuntos relativos ao conclave. A fim de apressar a realização do programa para a instalação do Congresso, a Comissão Organizadora resolveu descentralizar mais ainda as suas atividades, formando dois subgrupos de trabalho para os setores de finanças e propaganda. O projeto de regimento interno do Congresso, cuja aprovação vinha sendo retardada em virtude da ausência de alguns dirigentes que se encontravam viajando, foi aprovado na semana passada e imediatamente providenciado o envio de cópias para todas as entidades sindicais do interior.

Temário

O artigo 2º do regimento interno estabelece que os trabalhos do Congresso serão assessorados por especialistas nos assuntos constantes do temário, indicados previamente pelas entidades participantes. O temário do conclave, como já divulgamos, contém os seguintes pontos: 1) A situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta nacional, regional e local por melhores condições de vida; 2) Reforma e melhoria da atual legislação social, adaptação às novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente da Previdência Social e do direito de greve; 3) Reforma da atual sistema e estrutura sindical, dentro do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista da plena autonomia e liberdade sindical, relações do movimento operário e sindical nacional com os outros países do mundo e criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país; 4º) Situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente, por sua organização sindical; 5º) Os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical.

A Comissão Organizadora, no projeto de regimento interno do Congresso, estabelece a criação de cinco comissões de teses, uma para cada ponto do temário, que serão desdobrados nos seguintes assuntos: primeiro ponto — salário mínimo; salário profissional; salário móvel; salário justo; participação nos lucros das empresas; custo de vida; diversos. Segundo ponto — direito de sindicalização para os trabalhadores públicos; da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho; afastamento compulsório; indenização; férias (duração, remuneração e cálculo de pagamento); horário de trabalho; trabalho

noturno; trabalho extraordinário; insalubridade, penosidade, periculosidade; recibo de quitação (assistência da entidade sindical); convenção coletiva do trabalho; direito de greve; Juntas de Conciliação e Julgamento; Tribunais Regionais de Trabalho; representação das partes; poder normativo; execução; serviço de alimentação; monopólio do acidente de trabalho; Lei Orgânica da Previdência Social; descontos; diversos. Terceiro ponto — liberdade e autonomia sindicais; eleições sindicais; mandato sindical, garantia; imposto sindical e contribuição sindical; participação das entidades sindicais nos organismos governamentais; unidade sindical, organismo centralizador; diversos. Quarto ponto — aplicação da legislação sindical ao trabalhador do campo; extensão do direito de trabalho ao trabalhador do campo; extensão da legislação social ao trabalhador do campo; diversos. Quinto ponto — produção; produtividade; reforma agrária; importação; exportação; capital estrangeiro; royalty; estabelecimentos de créditos nacionais e estrangeiros; diversos.

metalúrgicos Encontro de

Os representantes dos trabalhadores metalúrgicos brasileiros, logo após a realização do III Congresso Sindical Nacional, participarão do encontro internacional de metalúrgicos, convocado para o dia 15 de agosto próximo, em Volta Redonda. O local e a data do encontro dos metalúrgicos foi decidido na última reunião da Comissão Organizadora, realizada em 5 de corrente, em Niterói, com a participação de representantes das Federações de Minas Gerais, Estado do Rio, Rio Grande do Sul, e dos Sindicatos do Estado da Guanabara, Belo Horizonte, Paraná, Rio Piraicaba, Caxias do Sul, São Gonçalo e Niterói. As entidades sindicais de

Cuba, do Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Equador e da Argentina já comprometeram-se a enviar os seus delegados ao próximo encontro de metalúrgicos.

Participação dos mineiros

Os trabalhadores do Estado de Minas Gerais, de acordo com as estimativas dos líderes sindicais, deverão enviar ao III Congresso Sindical Nacional cerca de 150 delegados, que representarão todos os setores profissionais do Estado. Os mineiros levarão ao conclave as teses que foram aprovadas no seu III Congresso, realizado de 29 de junho a 3 de corrente. Este conclave, o mais importante até hoje promovido em Minas, teve a participação efetiva das massas trabalhadoras, que realizaram 14 grandes concentrações regionais para debate dos seus problemas.

Delegações de São Paulo

Os sindicatos de São Paulo, tanto da Capital como do interior, estão intensificando as suas atividades visando o debate das teses ao Congresso e a eleição dos seus delegados. Inúmeras assembleias, nos diferentes setores profissionais, estão sendo programadas para a eleição de delegados. A fim de assegurar o envio de uma grande delegação, as entidades sindicais estão pleiteando das Câmaras Municipais e da Assembleia Legislativa do Estado, a votação de verbas destinadas ao custeio das passagens. Tanto na Assembleia Legislativa, como na Câmara Municipal de São Paulo, já foram apresentados projetos concedendo uma verba no total de um milhão de cruzeiros aos congressistas. Iniciativas idênticas processam-se no interior de São Paulo e nos demais Estados.



Industriários

preparam delegações

Defende Teu Direito

Prescrição — A prescrição do direito de pleitear diferenças resultantes de dois anos à data da reclamação, sem que o empregado perca o direito de pleitear o cumprimento da decisão em qualquer tempo. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 3.200/58), Relator: Ney Serrão.

Interrompe a prescrição qualquer ato inequívoco, ainda que extra judicial, que importe reconhecimento do direito do devedor. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.714/58), Relator: Amaro Barreto.

Está irremediavelmente prescrito o direito de reclamar contra a anotação inscrita na carteira profissional do empregado há mais de dois anos. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 2.060/58), Relator: Feres Chaves.

Professor — Decidiu o Tribunal Superior do Trabalho que, sendo a Portaria nº 204 anterior à Constituição de 1946, à luz do art. 323 da Consolidação das Leis do Trabalho tinha a autoridade administrativa necessária para fixar a condigna remuneração do professor. Essa atribuição somente cessou a partir da Carta Magna, como disposto no art. 123, não podendo prevalecer, apenas, os atos posteriores. — Recurso extraordinário não conhecido. O que este Supremo Tribunal fixou, ao julgar mandado de segurança sobre a matéria, foi a competência do Ministério da Educação para determinar o salário, mas não disse que lhe faltava competência para baixar a Portaria nº 204. Ac. STF, 1ª Turma (Rec. ext. 43.236), Relator: Ary Franco.

A Portaria nº 204 está em vigor, porque emanada de autoridade competente à época em que foi expedida. Ac. TST — Pleno (Proc. 381/58), Relator: Dello Maranhão.

Prova — As confissões feitas na Polícia são peças informativas e, desde que em Juízo não foram confirmadas, não podem, sem outras provas, produzir efeito. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 892/58), Relator: Teixeira Pentecoste.

Os atos de malícia e má fé poderão ser provados por indícios e circunstâncias, bem como por outros meios. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 3.344/58), Relator: Teixeira Pentecoste.

A prova do pagamento de salários e férias se faz mediante a apresentação de recibo, consoante exigência legal. Ac. TRT, 2ª Reg. (Proc. 958/58), Relator: Toledo Leite.

Profissional liberal — O cirurgião dentista que recebe salário fixo mensal de Sindicato, não lhes podendo, em seu consultório aos associados, de ser considerado empregado para os fins da legislação trabalhista. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 1951/56), Relator: José L'ava.

Não é empregado o advogado que presta serviços profissionais no seu próprio escritório, não sujeito a horário. Ac. TST, 3ª Turma (Proc. 3.693/57), Relator: Jonas de Carvalho.

Os bancários não perdem tempo

GREVE NOS ESTALEIROS DA GUANABARA

Operários Deram 10 Dias Para o Governo Pensar

Os 520 operários dos estaleiros Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, responsáveis pela construção e conservação dos lanchos do chamado «Grupo Carreiteiro», que fazem o transporte de passageiros na Baía de Guanabara, resolveram voltar ao trabalho, após uma greve de três dias, que paralisou totalmente a atividade naqueles estabelecimentos. A decisão foi adotada no último sábado, e terá a validade de apenas 10 dias, durante os quais os traba-

Os 120 mil trabalhadores em estabelecimentos bancários de todo o país promoverão no próximo dia 15 inúmeras manifestações pela conquista do Contrato Coletivo de Trabalho, em favor do qual já colheram milhares de assinaturas. Ao mesmo tempo que lutam pelas suas reivindicações, os bancários promovem a eleição dos seus delegados ao III Congresso Sindical.

hadores aguardarão o atendimento das suas reivindicações, que estão consubstanciadas na aprovação de um justo quadro de carreira. Findo o prazo, se não forem atendidos, voltarão a greve. A greve dos operários navais agravou a crise na administração da Comissão de Marinha Mercante, precipitando a demissão do seu diretor, Almirante Silvio Motta «se constituem em classe falida do «Grupo Carreiteiro», coman-

dante Heitor Plaisant. Essas duas autoridades vinham caracterizando como ilegal a greve dos trabalhadores e procurando, através de notas oficiais, incompatibilizar a Diretoria do Sindicato com os operários e as populações carioca e fluminense.

Os operários das referidas empresas, que na opinião do próprio Almirante Silvio Motta «se constituem em classe das mais ordeiras e trabalhadoras, e que vêm tendo marcada atuação no programa de implantação da indústria nacional de construção naval» resolveram conceder um prazo de 10 dias ao substituído do comandante Plaisant, para que atenda as suas justas pretensões. Tudo indica que o novo interventor levará em conta a opinião dos trabalhadores, que desejam ver a sua situação normalizada.

Ilegalidade da empresa

As autoridades da Comissão de Marinha Mercante distribuíram carta publicada, salientando a ilegalidade da greve. O comandante Plaisant, dias antes da deflagração do movimento paralisista, lançou uma nota pública condenando os trabalhadores e salientando que os mesmos, se fossem a greve, «cometeriam um ato de indisciplina, orientado por elementos estranhos à empresa». Essa nota causou indignação entre os operários, que vinham lutando para que a própria empresa se situasse dentro da legalidade, uma vez que ela e o seu interventor se mantinham-se na ilegalidade, deixando de cumprir o Contrato Coletivo de Trabalho e o Acordo Salarial, firmados em princípios de novembro de 1959, pelos quais as empresas de construção naval estavam obrigadas, dentro do prazo de 90 dias, a elaborarem o quadro de carreira do seu pessoal.

Em junho, cinco meses após o prazo previsto, o comandante Plaisant apresentou um quadro de carreira que não mereceu a aprovação dos trabalhadores. E não mereceu porque suprimia vários cargos e reduzia várias categorias profissionais a uma só oficina, suprimindo, desse modo, a possibilidade de inúmeros operários alcançarem melhor situação no quadro da empresa, galgando os cargos de encarregado, contra-mestre, e mestre, que constitui o fim de carreira dos operários navais. Outros direitos tradicionais dos trabalhadores eram prejudicados. Daí, a greve, que não teve outro sentido senão o de defesa dos legítimos interesses dos operários.

Nota Sindical

Operários Defendem Cuba

A Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara decidiu, em sua última reunião, concitar todos os trabalhadores cariocas a intensificarem o movimento de apoio à revolução popular cubana, promovendo uma campanha relâmpago contra a mais recente agressão econômica dos imperialistas norte-americanos, que reduziram a compra de açúcar ao governo revolucionário de Fidel Castro, numa tentativa desesperada de promover o colapso na economia cubana, derrotar o novo regime da «Pétrola das Antilhas» e liquidar as conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras daquele país.

Visando a dar maior realce à campanha de esclarecimento sobre o significado da revolução cubana, e a conseguir fundos destinados a compensar o corte de divisas na economia do governo de Fidel Castro, em consequência da queda da exportação do açúcar para os Estados Unidos, os cariocas decidiram lançar uma campanha de solidariedade sob o lema: «Um cruzeiro para Cuba contra o dólar dos trustes». Esse movimento, lançado na antiga Capital da República, deverá se estender a todo o país, refletindo, dessa maneira singular, a solidariedade e o apoio coletivo dos trabalhadores brasileiros à luta dos seus irmãos cubanos.

Mas, a intensificação da solidariedade a Cuba contra a agressão yanque não se limita e nem se limitará apenas ao lema: «Um cruzeiro para Cuba contra o dólar dos trustes». As próprias entidades sindicais cariocas, através da CPOSEG, organização que coordena as suas atividades, já se dirigiram ao Instituto do Açúcar e do Alcool protestando veementemente contra a adoção de qualquer medida que vise a exportação de açúcar brasileiro para os Estados Unidos, em substituição a cotas que os yanques deixaram de comprar a Cuba.

Os trabalhadores da faixa do cal de Santos, logo que souberam do propósito dos usineiros paulistas, de exportar o seu produto para o mercado lanque, a fim de suprir o déficit resultante da redução das cotas de importação do açúcar cubano, começaram a se mobilizar, com o apoio dos estudantes da Capital, para impedir que o produto seja exportado pelo porto de Santos. A decisão dos estivadores e portuários da cidade heroica de não embarcar nem uma grama de açúcar do Brasil para os Estados Unidos reflete o outro aspecto da luta de apoio à revolução cubana, que começa a empolgar as massas trabalhadoras das cidades e dos campos do Brasil.

Nunca foi tão necessário, como agora, a intensificação dos atos de solidariedade aos trabalhadores cubanos e a sua revolução popular. Os operários brasileiros, que em outras épocas, sob o guante da opressão policial, sempre encontraram meios de tornar efetivo o seu profundo sentimento de solidariedade proletária internacional, deverão de ter agora uma posição muito mais saliente em favor da revolução cubana.

Os trabalhadores cubanos, com suas armas a tiracolo, constróem a vida que ainda é um sonho para muitos povos. O proletariado brasileiro, vítima da exploração imperialista, e os camponeses, subjugados pelos latifundiários, têm plena consciência disso. Eles sabem, inclusive, o que significa para o seu próprio futuro, o futuro da revolução cubana. Daí a sua conduta diante do governo revolucionário de Fidel Castro. Se as massas trabalhadoras e populares cubanas constroem a sua emancipação sob a inabalável consigna de «Pátria ou morte» os brasileiros deverão de construir o seu movimento de solidariedade com a consciência de que a pátria tem de ser para os cubanos, e a morte para os agressores imperialistas.

Nijlson Azevedo

Estaleiros Domim

Panorama De ALMIR MATOS, enviado especial a Brasília

QUEBRADOS OS DENTES DO CONTINUÍSMO

A conspiração anti-Lott sofreu, na última semana, um duro revés: a desistência da viagem dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart ao exterior. A intensa repercussão que esse gesto alcançou, não só aqui em Brasília, mas em todo o país mostra que não se tratava de uma decisão formal ou de importância secundária. Pode-se afirmar, ao contrário, que nos momentos dramáticos vividos então em Brasília o que se decidia, em boa parte, eram os próprios rumos da campanha sucessória. E, sem dúvida, o que predominou foi a tendência a respeitar a legalidade constitucional e manter a chapa nacionalista Lott-Jango.

A idéia da viagem e a persistência nela, até o instante em que a sua realização implicaria, forçosamente, no afastamento da candidatura do sr. João Goulart — e, portanto, na revisão de todo o esquema eleitoral — eram patrocinadas pelos setores do situacionismo que vinham, durante todos esses meses, sabotando a candidatura Lott. Além do ministro Armando Falcão, sabe-se que o ministro Horácio Lafer e o sr. Augusto Frederico Schmidt insistiam na viagem, até o último momento.

A «jogada» era muito clara para poder dar lugar a dúvidas: confirmada a viagem, sofreria a candidatura Lott, imediatamente, uma enorme perda de substância. De um lado, afastar-se-ia do campo de luta o sr. Kubitschek que, pela condição de presidente da República, é o líder principal do PSD e do situacionismo. De outro lado, quer assumisse a Presidência quem acompanhasse o sr. Kubitschek, o sr. João Goulart retiraria a sua candidatura à vice. E tudo isso importaria num abalo político que, por suas inevitáveis e profundas consequências, abriria caminho para a «revisão» desejada pelos elementos anti-Lott. A idéia dessa «revisão» chegou a ser levantada pelo sr. Benedito Valadares numa das reuniões realizadas durante os agitados dias de Brasília.

A participação de Jango

Um ponto não está ainda bastante esclarecido: a participação pessoal do presidente do PTB. O pedido de licença ao Congresso para a viagem foi encaminhado quando o sr. Goulart se encontrava no Rio. Mas foi feito também para ele. E é pouco provável que uma iniciativa de tamanha importância política tenha sido tomada, mesmo pelo sr. Kubitschek, sem que Jango lhe tenha dado o necessário assentimento.

De qualquer forma, porém, o certo é que a reviravolta no sentido do cancelamento da viagem só se verificou após a chegada do chefe petebista a Brasília.

É indispensável, nesta altura, lembrar o que foram os dois dias anteriores à partida do sr. Goulart do Rio ao encontro de JK. O presidente do PTB foi submetido a uma pressão do movimento sindical e das forças partidárias criadas à campanha eleitoral. Em outro encontro, com dirigentes do movimento nacionalista, ouviu críticas idênticas. E no ato da ABI essas observações foram ainda mais enérgicas, principalmente no discurso da sra. Edna Lott.

Foi sob os efeitos dessa pressão que o sr. Goulart desceu em Brasília. Pressão que passou a sentir também da parte da bancada petebista na Câmara, que chegou a sugerir a Jango a sua renúncia, não à candidatura, mas à vice-presidência a fim de dedicar-se inteiramente à campanha eleitoral. Só o deputado Santiago Dantas era de opinião que a viagem deveria ser realizada, mas a sua voz era a única discordante.

Logo ao chegar à nova capital, esteve o sr. João Goulart com o presidente da República. Foram encontros áspers, apesar dos desmentidos oficiais em contrário, e nos quais o presidente do PTB deu toda ênfase à necessidade de se definirem as coisas de uma vez para sempre. Das discussões havidas, todas em tom acalorado, resultou afinal a desistência da viagem e, portanto, a inocuidade do pedido de licença enviado ao Congresso. Coube ao líder do PTB na Câmara, sr. Osvaldo Lima Filho, anunciar que, fosse ou não concedida a licença, o presidente do seu partido não se afastaria do país.

Estava frustrada, assim, a mais grave e audaciosa manobra tentada, nos meses recentes, contra a chapa nacionalista Lott-Jango e pela «revisão» do quadro sucessório.

Lott: nada de renúncia

Enquanto esses acontecimentos transcorriam em Brasília, o marechal Lott se encontrava lançado em plena campanha, realizando comícios e participando das convenções petebistas em Santa

Catarina e Minas Gerais, onde foi alvo de grandiosas manifestações populares. Falando num programa de televisão o marechal afirmou, categoricamente: não penso de modo algum em renúncia e só cessarei a minha campanha no dia 3 de outubro. A posição firme do ex-ministro da Guerra, com o apoio das forças nacionalistas e de amplos setores dos partidos situacionistas, constitui também um sério obstáculo aos manejos continuistas e, em geral, a qualquer tentativa de «revisão». É com a chapa nacionalista Lott-Jango que o povo brasileiro irá às urnas, a 3 de outubro, para derrotar o entre-guismo de Jânio-Lacerda.

Já é tempo, como mostram os fatos, de os continuistas — isto é, os que desejam o afastamento de Lott, seja para beneficiar o próprio Kubitschek ou outro qualquer representante da linha de conciliação com os trustes imperialistas — convencer-se da impossibilidade de seus planos. O caminho verdadeiro para derrotar Jânio e garantir a vitória de um Governo que expresse os anseios de progresso e independência do povo brasileiro, é o da vitória da chapa nacionalista Lott-Jango.

Intensificar a campanha

Não basta, entretanto, constatar a derrota do continuismo mediante o cancelamento da viagem de JK e Jango. O que é necessário e urgente é intensificar a campanha eleitoral em todo o país. E, nesse sentido, permanecem muitas das vacilações e dubiedades que vêm sendo apontadas pelas forças nacionalistas. A tão falada «dinamização» da campanha pelas cúpulas partidárias está longe ainda de ser uma realidade. E isso apesar da receptividade cada vez maior que a candidatura do marechal Lott encontra entre as massas populares, como acaba de ser confirmado em Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

O fato é que focos continuistas como a divisão de forças na Guanabara e a luta anti-Tancredo em Minas Gerais — manobras em cujo primeiro plano aparecem os srs. Armando Falcão e José Maria Alkmin — persistem ainda, apesar de tudo. Como persiste também a inatividade de líderes pessedistas e petebistas, que deveriam estar empenhados firme e abertamente na luta eleitoral.

Os nacionalistas e a parte mais esclarecida da opinião pública continuam a repelir a conspiração anti-Lott. E graças a isso, principalmente, é que o continuismo acaba de sofrer a espetacular derrota que foi a desistência da viagem de JK e Jango.



Na cidade que possui o maior porto da América do Sul, Prestes foi aplaudido por mais de 10.000 pessoas. Os santistas acorreram à Praça da República em massa para assistir ao comício do líder comunista, de lá saindo com novas armas para derrotar o janicismo e eleger Lott e Jango a 3 de outubro. Em Sorocaba e São Caetano, o êxito dos comícios não foi menor.

Prestes no pôrt-povo na praça

Santos, Sorocaba e São Caetano: Prestes Falou Sobre Lott e Jango

Domingo passado, no Jardim 1º de Maio, o povo de São Caetano do Sul recebeu Luis Carlos Prestes com efusiva manifestação de entusiasmo. Esse foi o último de uma série de comícios realizados durante sua recente estada em São Paulo, destacando-se brilhantemente os de

Sorocaba, no dia 7 e de Santos, no dia 8.

Sob ovação popular Prestes iniciou seu discurso, expondo os objetivos nacionalistas visados pelos comunistas no apoio às candidaturas Lott e Jango, alertando que as mesmas «abrem perspectivas para o avanço da emancipação econômica de nossa pátria». Afirmou ser necessário organizar milhares de comitês por esse Brasil afora, a fim de utilizar a campanha para organizar, ao mesmo tempo, o povo. «Se elegermos um patriota honrado será possível conquistar as nossas reivindicações através de pressão de massas». Estrondosos aplausos seguiram-se às palavras de Prestes, ao dizer que «os trustes não respeitaram a palavra do povo brasileiro, o marechal responderá como Floriano Peixoto: «à bala».

Almoço e recepção

As mais representativas pessoas de São Caetano do Sul, desde dirigentes sindicais, presidentes de partidos políticos do município, intelectuais, comerciantes e trabalhadores, compareceram a um almoço de confraternização em homenagem a Prestes, realizado no domingo, na Cantina Arara Vermelha. Na ocasião, o homenageado foi saudado pelo sr. Mário Cullione, presidente do P.S.B. e do Comitê In-

terpartidário pró-Lott e Jango. Agradecendo, Prestes falou sobre vários temas, desde a situação política internacional e nacional, até à linha política dos comunistas.

No litoral santista

No dia 8, à tarde, acompanhado por vereadores, políticos, dirigentes sindicais e amigos, Prestes esteve na Prefeitura de São Vicente, onde manteve animada palestra com o prefeito Roberto Andraus. Às 17.30 horas inaugurou o Comitê dos Portuários, e à noite, falou a mais de 10.000 santistas concentrados na praça da República, ocasião em que também usaram da palavra o dr. Benedito Noronha, presidente do Movimento Nacionalista de São Vicente; Arlindo A. Lucena, pela Frente Nacionalista de Santos; representantes de partidos e dirigentes sindicais.

Em Sorocaba

No dia 7, na presença de 5.000 pessoas Prestes falou em Sorocaba, após terem usado da palavra o líder ferroviário Antônio Martini, vereador Guarino Fernandes Santos, sr. Coaraci José de Sousa, dirigente do PTB, líderes sindicais, e outros. Em Piracicaba e Americana, o líder comunista manteve contacto com o povo e realizou sabinatas.

Sérgio Entra em Campanha Para Fazer Nas Ruas a União Dos Lottistas

A homologação da candidatura Sérgio Magalhães pela Convenção regional da Guanabara do PTB (por expressiva maioria de mais de dois terços dos votos, 66x28) trouxe um fato novo, de grande significação, ao ambiente de manobras e hesitações que vinha dominando e ainda se manifesta nos entendimentos para a escolha do candidato de unidade das forças nacionalistas e populares e de todas as forças interessadas em impor uma definitiva e esmagadora derrota à candidatura entreguista de Lacerda, nas próximas eleições para governador do novo Estado. O nome do deputado Sérgio Magalhães, cuja atuação nacionalista e democrática é conhecida, reúne todas as possibilidades de ser maciçamente sufragado pelos trabalhadores e pelo povo carioca, desde que os partidos que elegeram o atual governo e hoje integram o esquema lottista não se erijam em obstáculo à sua candidatura, e sim concordem em apoiá-la.

Mas, desde que se anunciou o efetivo lançamento da candidatura trabalhista, os grupos «continuistas» logo se articularam para o lançamento de uma candidatura de divisão das forças nacionalistas e populares, e conseguiram envolver o nome do Marechal Mendes de Moraes em sua trama. Empenhados em criar dificuldades para a candidatura Lott e em embaraçar o processo eleitoral, tais grupos, com o Ministro Armando Falcão à frente

(e não é por acaso que ele tem sido visto numa intimidade «de cama e mesa» com o testa-de-ferro da Light e financiador da campanha de Lacerda, Antônio Galloti), e com a complicitade, velada ou aberta, do Sr. Juscelino Kubitschek, se entenderam para que a Convenção regional do PSD indicasse o Sr. Mendes de Moraes, como candidato do Partido; e, para os desconhecidos com essa manobra excessivamente descarada de sabotagem ao esquema lottista, já levantada a hipótese de uma «solução alta», com a retirada das duas candidaturas e o lançamento de uma terceira, que ninguém sabe qual seja. Nem se quer os Srs. Kubitschek e João Goulart, que, segundo a imprensa, estão se entendendo nestes últimos dias para uma tal «solução alta», cogitaram concretamente do nome para a suposta candidatura de unidade.

Outra peça importante na manobra de divisão das forças populares e nacionalistas é a candidatura do deputado Tenório Cavalcanti. Destinada a colher os votos das camadas mais ingênuas e atrasadas da população, que de forma alguma votariam no reacionário Lacerda, mas que se impressionam com a figura de um «pistoleiro demagogo», a candidatura Tenório é por isso mesmo poupada e mesmo estimulada tanto por Lacerda como pelos grupos continuistas. O Sr. Ademar de Barros, que foi a Brasília oferecer apoio ao Sr. Kubits-

chek para uma «revisão do esquema sucessório» em benefício do atual Presidente e dos grupos que o cercam, já procura levar o seu Partido a apoiar o candidato da «Luta Democrática». Com isso, o dirigente do PSP está sendo coerente tanto com a sua integração na trama continuista, com o caráter divisionista de sua própria candidatura, no plano nacional.

Sérgio em campanha

Sem esperar o esmorecimento de tantas manobras divisionistas e continuistas, e também como uma maneira de lutar contra elas, o deputado Sérgio Magalhães vem dando impulso à sua campanha eleitoral. Apoiado nos setores mais consequentes de seu próprio Partido e do Partido Socialista, e em outras forças populares, o candidato petebista tem estado em intensa atividade, na televisão, no rádio e em comícios populares, elaborando e divulgando o seu programa de governo. Domingo último, ele foi ouvido e aplaudido com grande entusiasmo por cerca de 10 mil pessoas, nos comícios que realizou em Padre Miguel e na Ilha do Governador. Consolidando e intensificando a sua campanha, os setores nacionalistas e populares que acompanham desde já a candidatura Sérgio, esperam criar uma situação de fato, em que as cúpulas do PSD e do próprio PTB que hoje insistem nas manobras diversionistas, sejam obrigadas a recuar, e a apoiá-la.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

No oitavo capítulo dos «Dez dias que abalarão o mundo» John Reed denuncia a participação de oficiais ingleses e franceses na contra-revolução. Esses oficiais dirigiram operações e utilizavam ambulância da Cruz Vermelha para o transporte clandestino de armas e munições destinadas aos brancos. A imprensa capitalista, ao deflagrar da revolução bolchevique, embutava-se em sonhos os mais vãos. A revolução não tinha intelectuais, dizia-se. Os revolucionários eram uma minoria organizada, sem apoio de massas. Seriam prontamente esmagados.

Unidos, armado com dois canhões e destruído na península de Kola por um caça soviético, não estava encarregado de nenhuma missão de espionagem. Que fazia então essa fortaleza do ar, sobre as águas do mar Barents, na rota de Arkangel? Tudorismo com apoio de artilharia?

Hoje a própria imprensa capitalista abandonou o tema da traqueia soviética. Mas as potências capitalistas, principalmente os Estados Unidos, ainda não se convencem de que não são mais as donas da bola, que ditam as regras do jogo. Não se aperceberam de que já em plena guerra, na Batalha de Moscou, ante a derrota da estratégia de «Blitzkrieg», ocorreu um fato de significação histórica: a superioridade na arte militar era transferida do campo do capitalismo para o campo do socialismo. Depois, os progressos no domínio da mais moderna técnica deram aos es-

trategistas soviéticos os instrumentos necessários ao cumprimento de sua missão, de vigiar os passos dos «brancos» e provocadores de guerra, distancados sob o rótulo de defensores do mundo livre.

Como John Reed, Anatole France também previu o papel que desempenharia no mundo o nascente Estado socialista. Anatole esperava, saudando a revolução soviética: «Nascida na indignação, crescida na fome e na guerra, como pôde e a cumprir seu destino de realizar a justiça integral? O velho mundo, disse ainda Anatole: armou contra a Revolução de Outubro a calúnia, a riqueza, a violência».

Os tempos mudaram e contra o primeiro país socialista, contra o campo do socialismo, não adianta investir com as armas da calúnia, da riqueza e da violência.

MENSAGEM A TODOS OS TRABALHADORES DO BRASIL

Lott e Jango Assinam Com Líderes Sindicais Cariocas o Programa Nacionalista

Dezenas de líderes sindicais dos trabalhadores cariocas reuniram-se, no último dia 28 de junho, com o marechal Lott e com o Sr. João Goulart, para debater com os candidatos nacionalistas o seu programa de governo e as reivindicações mais urgentes aos trabalhadores. Na ocasião, foi elaborado e assinado pelos candidatos e pelos líderes sindicais presentes o manifesto que transcrevemos abaixo, e que se constitui no programa básico da Frente Operária Nacionalista, ora em organização:

Mensagem a todos os trabalhadores do Brasil

Os brasileiros, a 3 de outubro de 1960, irão às urnas reafirmar sua posição nacionalista, já manifestada em 1955, quando elegeram o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e o Vice-Presidente JOÃO GOULART.

Os trabalhadores e o povo sempre aprovaram as iniciativas do Governo, no sentido de acelerar o ritmo de desenvolvimento da economia nacional, que veio projetar o Brasil perante o mundo civilizado.

O desenvolvimento precisa, no entanto, dar maior passo à frente, a fim de atender mais diretamente às necessidades materiais do povo brasileiro.

Impulsos desse conceito os dirigentes do movimento operário e os candidatos nacionalistas — Marechal HENRIQUE LOTT e JOÃO GOULART — reunidos, declaram-se plenamente de acordo com as diretrizes que se seguem, como sendo as indispensáveis para assegurar o desenvolvimento econômico a serviço do povo brasileiro.

Posição política

- a) — Defender e ampliar as liberdades democráticas expressas em nossa Carta Magna;
- b) — Ação contínua na luta pela liberdade econômica e social do País;
- c) — Combater a alienação, a quem quer que seja, de qualquer parte do solo pátrio;
- d) — Democratização do ensino, através da preservação e fortalecimento da escola pública, tornando-a obrigatória e gratuita para todos;
- e) — Realizar a reforma agrária, estimulando e facilitando a posse da terra àqueles que desejem cultivá-la, os quais disporão de facilidades de crédito e de legislação social adequada, o que redundará na ampliação do mercado interno, em dias prósperos para a indústria e na melhoria de condições de vida para o povo;
- f) — Reformar a lei eleitoral, de modo a dar o direito de voto ao analfabeto, aos cabos e soldados das forças armadas e aos trabalhadores do grupo de transporte em viagem ou fora da circunscrição, bem como abolir as restrições antidemocráticas existentes.

Economia nacional

- a) — Afirmar que o êxito na luta contra o subdesenvolvimento só é possível em bases nacionalistas;
- b) — Defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo e pugnar pela gradual nacionalização da venda de seus produtos;
- c) — Criação da indústria nacional da energia elétrica instituindo a Eletrabrás e tomando medidas contra as forças econômicas e políticas que quizerem impedir tal realização;

- d) — Consolidar a economia das empresas de transporte aéreo e marítimo nacionais;
- e) — Ampliar a indústria nacional da construção naval e material ferroviário, incrementar a de caminhões, tratores e máquinas agrícolas, bem como defender a de produção têxtil;
- f) — Estabelecer o controle efetivo do Estado sobre as comunicações telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas em todo o território nacional;
- g) — Disciplinar a aplicação de capitais estrangeiros, regulamentando especialmente a remessa de lucros para o exterior, bem como restringindo aos cidadãos brasileiros a direção e a propriedade de bancos de depósito;
- h) — Ampliar nossas relações comerciais e diplomáticas na medida em que consultem os verdadeiros interesses do País;
- i) — Medidas enérgicas contra os açambarcadores e os sonegadores dos gêneros de primeira necessidade;
- j) — Amparar, no mercado da carne, o pecuarista nacional e os interesses do povo consumidor.

Salários

- a) — Encaminhar as revisões ao Salário-Mínimo, bem como as ações salariais, assegurando o incentivo à qualificação da mão-de-obra;
- b) — Empreender a escala móvel de salários, visando conter a ação anti-social dos monopolistas no mercado de gêneros de primeira necessidade e reduzir os dissídios entre empregados e empregadores;
- c) — Examinar, através de comissões paritárias, a instituição do salário profissional tendo em vista a estrutura econômica do País;



Compromisso entre homens honrados

d) — Incentivar, nas questões salariais, o exercício de convenções coletivas de trabalho.

Previdência Social

- a) — Entregar a direção dos Institutos aos contribuintes;
- b) — Tomar medidas para que a Previdência Social seja exclusivamente destinada à assistência social dos contribuintes e suas famílias;
- c) — Ampliar as bases do seguro social em termos de uma assistência mais efetiva aos trabalhadores e suas famílias.

Direito de greve

- a) — Assegurar o amplo e democrático direito universal de greve, levando em conta de que a greve é um fenômeno social que eclode nos países latino-americanos por força do baixo nível de vida dos trabalhadores e visa sempre defender o direito de sobrevivência;
- b) — Ter como princípio, em todos os litígios, estabelecer negociações mul-

tipolaterais, visando solucioná-los de forma a evitar as greves.

Isto posto, nos declaramos em condições de prosseguir com o maior entusiasmo na luta contra o subdesenvolvimento, dando à nossa Pátria o lugar que lhe é devido no concerto das nações.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1960

João Goulart, Marechal Henrique Lott, Deoclécio de Holanda Cavalcanti, Francisco Plácido Chagas, Osvaldo Veloso, Jayme da Silva Corrêa, Huberto Menezes Pinheiro, Aluizio Palhano Pedreira Feireira, Olympio Fernandes Mello, Wilmo Trindade de Oliveira, Otto Bracarense da Costa, Nelson Mendonça, Traumaturgo Gayo, Waldir Gomes dos Santos, Mecando Rachid, Eufrosiano Nunes Galvão, Ary Campista, Heraclides Santos, Antônio Erico de Figueiredo Alvares, Isaltino Pereira, Hercules Corrêa dos Reis, Giovanna Romita, Argemiro Rocha Junior, Roberto Morena, Irio Lima, Adalberto Rodrigues, Sebastião Luiz dos Santos, Faustino Reis, Manoel Gecy Farias, Francisco

de Assis Soares, José Vicente Alves, Odílio Borges, Walter Menezes, Felipe Ramos Rodrigues, José Manoel Teixeira, Fernando H. Autran, José Lelis da Costa, Armando Maia, Geraldo Soares, Aidé de Almeida Rodrigues, Manoel Inácio da Silveira, Jorge Coelho Monteiro, Sosthenes Freire de Barros, Manoel Azevedo, Rafael Martinelli, Raymundo Nonato da Costa Rocha, Herival Arneiro, Sebastião Alves Magalhães Sobrinho, Wilson Juvenato Reis, Alberto dos Santos, Walter Torres, Osvaldo Gois, Maria Segovia Jacobsen, Alvirna Corrêa do Rêgo, Floriano da Silveira Maciel, Antônio Gonçalves, Hermes Caires, Plínio Alves, Luiz Maurício Sobrinho, Newton Oliveira, Feliciano Honorato Wanderley, Josias M. A. Santos, Geraldo da Costa Mata, Demisthoclides Baptista, Aristóteles Miranda Melo, José Amaral de Menezes, Hemildo José Frois, Carlos Alberto de C. e Souza, João Vaz Coelho, Osvaldo Stafford da Silva, Luiz Ferreira Guimarães, Seledino Nunes de Oliveira, Epitácio Venâncio da Silva, Antônio Pereira da Silva Filho, Aldemir Souza, José Souto Sobrinho, Antonio Campos Vieira, Luiz Viégas da Mota Lima,

Frente Operária Nacionalista Para a Vitória em 3 de Outubro

Os mais representativos líderes sindicais dos trabalhadores cariocas estão organizando a Frente Operária Nacionalista, com o objetivo de construir uma rede de ação em todo o país, imprimir imediatamente um impulso decisivo na campanha pela eleição de Lott e Jango e suprir a deficiência de ação dos partidos que se comprometeram a apoiar os candidatos nacionalistas.

A constituição da Frente, foi decidida na reunião do Vice-Presidente João Goulart, no dia 6 de julho, com os líderes sindicais cariocas, na ABI, e surgiu como uma resposta dos trabalhadores à alegação do Sr. João Goulart de que as direções do PSD, e alguns setores do seu próprio partido, o PTB, se negavam a «arregoçar os mangos» e trabalhar pela vitória da chapa nacionalista. O Sr. João Goulart, manifestou imediatamente um apoio incondicional à idéia, dispondo-se a proporcionar à campanha da Frente todos os recursos necessários, utilizando-se dos meios à disposição de seu Partido e que não estão sendo utilizados.

Na reunião da ABI, foi eleita a Comissão Executiva Nacional da FON, integrada por dirigentes categorizados de todos os grandes sindicatos cariocas. Esta Comissão se encarregou de organizar a Frente no Rio e de organizar grupos de líderes sindicais que viajarão para os Estados, para ali organizar os ramos estaduais da FON, que terão autoridade e recursos para impulsionar a campanha nacionalista em seus Estados. Serão aprovados, dentro da Frente, as organizações de trabalhadores que já estejam atuando na campanha nacionalista, como, por exemplo, os comitês Lott-Jango organizados entre os diversos setores profissionais pelos trabalhadores cariocas.

A Comissão Executiva da FON, eleita na ABI, ficou assim constituída: Giovanni Romita, (Gráficos), Hercules Corrêa (Têxteis), Jayme da Silva Corrêa (Comercários), Waldir Gomes dos Santos (Marítimos), Osvaldo Stafford (Bancários), Mecando Rachid (Rodoviários), Roberto Morena (Marceiros), Geraldo Costa Matos (Ferroviários), Maria Segovia Jacobsen (Al-

faietas e Costureiras), Antônio Erico Alvares (Gráficos) e José Leliez da Costa (Metalúrgicos).

Compromisso popular e nacionalista

Como programa básico da Frente Operária Nacionalista, os líderes sindicais, ainda na reunião da ABI, decidiram apresentar o manifesto nacionalista e popular assinado dias atrás, naquela mesma sala, pelo marechal Lott, pelo Sr. João Goulart e por dezenas de representantes dos trabalhadores guanabarrinos.



Um programa nacionalista e popular

Defesa das riquezas nacionais contra a espoliação estrangeira, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, direito de greve, garantia das liberdades democráticas, defesa intransigente dos interesses nacionais — tais são alguns dos pontos do programa nacionalista e popular aprovado e assinado pelos candidatos nacionalistas, marechal Lott e João Goulart, e pelos líderes sindicais cariocas.

Jornalistas Cariocas Chamados Para Votar

Realizar-se-á nos dias 14, 15 e 16 do corrente a eleição da nova Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Ao pleito concorrerá uma chapa única, resultante de entendimentos havidos entre as diversas correntes que lideram o movimento dos jornalistas no Estado da Guanabara. A chapa, encabeçada pelos confrades Luis Ferreira Guimarães, Barros Vidal, João Guimarães Junior, José Cardoso da Silva, Orlando Bomfim Junior e Alberto Silva Lima, faz um apelo a todos os associados do Sindicato para que não deixem de votar, a fim de que seja alcançado o quorum. As urnas serão localizadas na sede do Sindicato e na ABI. Uma urna volante percorrerá a redação dos jornais.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905
SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00
Aérea anual, mais Cr\$ 100,00;
semestral, Cr\$ 50,00; trimestral,
Cr\$ 30,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

Revolução e Contradição

JOAO DAS NEVES

O teatro de Arena atirou-se à sua mais ousada experiência, desde que está entre nós. É a sua «Revolução na América do Sul» andou causando muita barafunda, provocando muitos equívocos. Tentaremos desfazê-los. E se acabarmos repetindo a anedota do matemático a quem todos diziam: «Sei muito bem qual a sua opinião — dois mais dois são cinco», paciência. Mas, vamos ao que interessa:

Boal justifica sua peça: «José da Silva», diz ele, «é explorado, negligenciado e traído. José nada faz a não ser queixar-se e mansamente conservar a fé nos dias melhores que não de vir... José apresenta aspectos negativos do operário... Todo o seu esforço converge unicamente para um almoço melhor, e isso lhe basta. Nas poucas vezes em que indaga as causas da sua situação, a resposta mais improvável o contenta».

Pretendeu o autor apenas «fotografar o desastre». E que o desastre servisse como advertência. Até aqui, estamos no mero plano das intenções. Se são válidas, ou não, é um caso a discutir. No momento, interessa-nos unicamente analisar até que ponto atingiu seu objetivo.

A «Revolução» começa por imitar a Brecht. Para quem, como o Arena, tenta uma experiência no campo do Teatro Épico, não poderia haver caminho mais correto, e aqui nos valemos do próprio Brecht: «Não há um acesso puramente teórico aos métodos do Teatro Épico: O melhor é, na prática, copiar e esforçar-se incessantemente por descobrir as razões dos agrupamentos cênicos, dos movimentos e dos gestos indicados. Em minha opinião, deve-se ter feito uma cópia antes de realizar-se, por si, um modelo... É preciso ter sempre em mente que há uma cópia servil e uma cópia soberba». Estas palavras, que foram pronunciadas em referência à encenação de suas peças, podem e devem ser transportadas a qualquer realização que vise o Teatro Épico.

No espetáculo do Arena, a equipe que o realizou se utiliza amplamente da cópia preconizada por Bertolt Brecht. Mas, ainda seguindo os ensinamentos do mestre, a sua não é uma imitação servil e sim positiva, uma imitação de pesquisa, de desbravamento em nosso panorama teatral.

Boal captou muito bem as nossas discussões de porta de botiquim, as nossas resoluções entre um café e outro, e tentou dar-lhes um tratamento épico. Seu herói, José da Silva, é um homem do povo, porém, um homem do povo sem consciência de classe, não é herói coisa nenhuma. É um simplório que se deixa enganar pelas arengas de patrões e políticos. Os elementos altamente positivos da crítica do autor estão nos aspectos caricaturais assumidos pelos exploradores de José da Silva (patrões, políticos e seus respectivos patrões — os trustes, organizações religiosas, etc.). E aí começaram os equívocos de julgamento em torno do trabalho apresentado pelo Teatro de Arena de S. Paulo. Acusaram o autor de exagero, desonestidade (sic) e de introduzir em sua crítica facilidades de revista. Que isso nada tinha de Brechtiano, etc., etc. Bobagens! Esqueceram-se quase todos que a «Revolução» pretende ser uma peça popular, que pretende entre muitas outras coisas ridicularizar os exploradores de nosso povo, esqueceram-se sobretudo que a caricatura é um gênero de arte popular (nunca vulgar) e como tal perfeitamente válida, que pelo próprio Brecht foi várias vezes utilizada, e utilizada inclusive com o fito de chocar o «bom gosto» da burguesia reacionária. Aliás, é sintomático no caso da «Revolução» que esta burguesia saia do teatro um pouco insatisfeita, arrependida talvez de ter se divertido tanto com o próprio retrato, «catando» as «vulgaridades» as «facilidades de teatro revista» do espetáculo. A luta de classes sempre foi um pouco incômoda, mesmo quando levada na brincadeira.

O trabalho de Augusto Boal tem um punhado de coisas boas. Cenas como a da frustrada tentativa de José da Silva para comprar alguma coisa com o novo aumento salarial são quase antológicas. O raciocínio burguês de que é o aumento do salário-mínimo a mola propulsora da elevação do custo de vida é levado às últimas consequências. E afinal, chega-se à conclusão de que a culpa toda cabe ao filho de José da Silva... que acabara de nascer. O absurdo só pode gerar o absurdo. José da Silva e sua esposa, apesar da completa alienação que os caracteriza, são personagens muito simpáticos, revelando ascendência nitidamente chapliniana, mas numa admirável transposição para o sentir, a psicologia, a ternura do homem do povo brasileiro. E sob o ponto de vista ideológico, José tem seu momento de reabilitação quando faz a sua autocrítica, a autocrítica da passividade que o leva a morrer... de almoço (numa cena que é talvez o melhor momento de humor negro já realizado em nossos palcos). E se a morte de José após ter adquirido a compreensão de seus problemas pode ser apontada como portadora de um germe negativo, não é menos válido o argumento de que essa morte vale como uma advertência, como um apelo à meditação e que essa análise do problema será sempre uma análise positiva.

Por outro lado, se os rasgos caricaturais das forças da reação são quase sempre bem realizados, a caricatura de Zéquinha Tapioca nos parece pouco convincente.

Zéquinha é um dos candidatos à liderança política de José da Silva (O povo). Ex-operário, um homem que empunhou a bandeira da revolução e agora empunha a da «honestidade», algo parecido com a «Revolução pelo voto», por exemplo. Honestidade, é claro, subvencionada, da mesma maneira que a desonestidade do então líder, por um país tão amigo nosso, mas tão amigo, que financia a campanha eleitoral dos dois candidatos. Não que a transformação não seja possível, apenas não foi bem realizada. É o que temos em consequência, são duas personagens inteiramente distintas, apesar de usarem a mesma

roupa. Não se estabelece uma ligação entre o Zéquinha Tapioca que passava fome ao lado de José da Silva e o Zéquinha Tapioca do final da peça, candidato à liderança. A caricatura final seria válida caso existisse aquele elo. Como está ausente ou pelo menos sua fragilidade não permite que seja projetado, os dois extremos ficam inteiramente soltos. São válidos de per si. Nunca como um todo. Há também «uma certa anarquia na seleção dos elementos da peça», para usarmos as palavras do autor. E embora saibamos que a grande variedade de cenas é predeterminada, que o que se procurou com isso foi «a análise de um personagem de frente com um problema» o que só poderia ser conseguido usando aquele tratamento, não vemos por que as cenas que não acrescentam nada a essa análise devam ser mantidas, prejudicando-a até.

O atual espetáculo do Teatro de Arena é uma pesquisa muito séria. Certa ou errada, no seu todo ou em sua maior parte, merece um julgamento mais lúcido do que o que tem sido feito até então. Não só ético como estético. Augusto Boal adianta no programa, que atualmente existe uma forte tendência a se fazer um julgamento ético, ou seja, moral, abandonando-se o artístico. Discordamos dessa opinião. Mas achamos, como ele, que os dois são necessários, interligados. Todavia achamos também que no caso da «Revolução na América do Sul», como de resto em quase todos os espetáculos do Arena, essa crítica global só poderá ser feita quando o T.A. encontrar sua platéia. Atualmente estamos assistindo, e os próprios mentores do grupo já se deram conta disto, a uma contradição viva. O Arena a fazer um teatro — que deveria ser assistido pela classe proletária, que pretende dirigir-se a ela, que deveria ser por ela criticado, ideológica e artisticamente — para a burguesia, para a gente «bem» de Copacabana. E usamos a palavra «bem» para delimitar exatamente a esfera financeira de quem assiste ou pode assistir aos espetáculos. Nem mesmo à pequena burguesia daquele bairro, de certo modo habituada ao teatro, é dado comprar ingressos



O preto no branco

Os preços em vigor, como em quase todos os teatros do Rio são proibitivos. No caso específico do Arena isso é muito grave. Se não pode cobrar menos no local em que se encontra deve procurar uma outra solução. Arranjar uma casa de espetáculos maior, mais ampla em local onde o «ponto comercial» possibilite o pagar-se aluguéis mais baratos e, em consequência, cobrar ingressos a um preço mais acessível. Levá-lo, como já pensou e, salvo engano, não chegou a realizar aqui em nossa cidade as suas encenações às fábricas aos ambientes de trabalho, discutir seus problemas com a classe proletária. É essa a função do Arena. Em último caso, fazer teatro para o povo «no peito», no meio da rua. E lembramos à equipe do Teatro de Arena de S. Paulo os dois versos finais da música que encerra a «Revolução na América do Sul»:

«No Teatro é brincadeira Mas lá fora é pra valer».

Muito bonita, aliás.

Augusto Boal, autor da farsa «Revolução na América do Sul», põe, como se costuma dizer, o preto no branco, rompendo com os preconceitos estípidos de uma sociedade em decadência.

«Caminho da Fonte» IN L -- 1959

O escritor mineiro Wilson Louzada aponta o Velho Afonso Arinos como o genuíno pioneiro do conto regional no Brasil.

No entanto, Josué Montello, no Caminho da Fonte, sugere que a novela Praga, de Coelho Neto, é que inaugurou o «caminho literário» por onde irão passar o contista de Pelo Sertão e outros.

Teria sido o livro do romancista maranhense o «possível modelo» de Afonso Arinos?

É certo que um dos contos reunidos pelo escritor mineiro em «Pelo Sertão» é dedicado a Coelho Neto, que tem em seu favor a prioridade cronológica, invocada por Josué Montello, ao dizer que, além dessa circunstância, existe a de lhe haver o seu confrade do Maranhão «possivelmente» comunicado, simultaneamente, o gosto da página barroca.

Nesse estudo do conto brasileiro, desde Machado de Assis a Montello Lobato, procurando mostrar a possível influência do livro citado de Coelho Neto na obra de contista regional do paracatuense, Josué Montello transcreve um pequeno trecho do «Buriti perdido», em que se fala de helenos. (Lembre-se a famosa ocasião em que o escritor maranhense bradou, na Academia Brasileira de Letras, que era o último dos helenos).

Note-se que a sugestão do autor de A décima noite é colocada no terreno das possibilidades.

Em verdade, o que pretende é contestar os que situam em Pelo Sertão, de Afonso Arinos, as origens do regionalismo brasileiro, deixando de lado, com «desprezo», a obra de Coelho Neto.

É certo que Josué Montello, recordando que são de 1886 as Cenas da vida amazônica, de José Veríssimo, aventa então a possibilidade de ter nascido com esse livro do crítico paraense o nosso regionalismo.

O intuito do registrador, ao escrever estas linhas, não é o de se meter no prelo em que vemos figuras de primeira linha da literatura brasileira. É tão só o de mostrar, através de um pequeno exemplo, o interesse desses estudos literários de Josué Montello, desses sete estudos em que se fala de Pio Baroja, Shakespeare, Cervantes, António Nobre, etc.

M. C. F.

LENINGRADO: PINTURA BRASILEIRA

Convidada pela Academia de Belas Artes de Leningrado, a pintora brasileira Vera Lúcia Recarey Eiras levará à URSS paisagens de Petrópolis, sua terra. Depois de passar um mês expondo na União Soviética, Vera Lúcia deverá levar suas telas à China e à Indochina. A partida da artista está prevista para o dia 18 de julho.

OS LÔBOS UIVAM

Vale a pena ser lido um livrinho publicado pela Editora Liberdade e Cultura de S. Paulo, organização patrocinada pelo «Comitê dos Intelectuais e Artistas portugueses pró-liberdade de expressão», do Centro Republicano Português e do jornal «Portugal democrático». Nêle é apresentado o texto integral da acusação e da defesa no processo de Aquilino Ribeiro sob o título Quando os lobos uivam, a justiça uiva.

Não conseguí até agora ler o romance de Aquilino Ribeiro, Quando os lobos uivam; procurei-o em várias livrarias, amigos têm prometido arranjar-me o livro mas até agora nada. Mas, de qualquer modo, é espantosa, para não dizer nojenta, a acusação do governo salazarista. E quanta imbecilidade! Há um trecho assim: «Foi escrito e publicado a coberto de floção literária, com exceção do prefácio, principalmente com o fim de desacreditar as instituições vigentes e não o de fazer crítica construtiva».

Não é para meter ralva? E pensar que Aquilino Ribeiro, grande romancista português tem setenta e quatro anos de idade e é um dos mais conhecidos e aplaudidos escritores de Portugal. Na sua defesa está dito: O requerente tem 74 anos. Quando a atual situação se guindou revolucionariamente ao Poder, já o requerente tinha 41 anos. Já ele cá estava com sua lealdade no passado, as suas idéias, as suas convicções arraigadas, as suas simpatias políticas, ao seu caráter de cidadão.

E depois esta frase que defendendo Aquilino Ribeiro cai como uma carapuca na cabeça de muita gente, principalmente neste nosso Brasil: «O escritor que tem que ser um intelectual e um homem de caráter, não muda de credo como quem muda de camisa. Tampouco muda de idéias a não ser um troca-tintas».

Vai-se reunir agora em Congresso o Pen Clube. Seria bom que todos os escritores — nacionais e estrangeiros — tomassem conhecimento do processo de Aquilino Ribeiro e contra ele protestassem junto a Salazar.

O livrinho vale a pena ser lido. Mais uma vez se toma conhecimento das infâmias da ditadura salazarista.

Encido

Tópicos Típicos

«Maldito seja o homem que confia no homem!» é a frase bíblica que inspirou a Gustavo Corção o artigo publicado no suplemento do «Diário de Notícias» de 10-7-60. Depois de algumas considerações pessimistas a respeito de Brasília, Corção revela que esperança absoluta ele só tem mesmo em Deus. Mas esquece de acrescentar: em Deus e no Dólar, por via das dúvidas.

Quem nos surpreende com um bom artigo sobre Aquilino Ribeiro, no «O Globo» de segunda-feira passada, é o cronista Rubem Braga, que esquece um pouco do «spleen» habitual e clama, sentidamente, contra a safadeza que o policiamento salazarista está fazendo com o velho autor de «Quando os lobos uivam».

Numa interessante entrevista que concedeu a «O Metropolitano», número do último domingo, Moacir Lopes, autor de «Maria de Cada Pórtos», relata um problema que teve e que é bem expressivo das dificuldades encontradas pelos escritores novos e não apadrinhados, entre nós: levou dez anos procurando editor para o seu livro e acabou, com grande sacrifício, editando-o por conta própria.

Corre o boato de que o escritor João Neves da Fontoura, pai putativo dos editoriais de «O Globo», estava em Copacabana por ocasião das chuvas e enchentes do dia onze — e quase morreu afogado. O incidente preocupou bastante o sr. Mário Saladin, pois o escritor é, sem dúvida, uma das grandes atrações turísticas da Guanabara, por ser, precisamente, o smolar anão do mundo».

Acusamos o recebimento de uma carta do leitor A. R., com a sugestão de que não perdêssemos tempo com o Cláudio Mello e Souza, «esse burguês». Nota-se que o leitor ficou irritado — e com justiça — por causa da badalada do Cláudio, querendo ensinar marxismo a Kruschov. Mas nós não estamos perdendo tempo com ele, não. Por enquanto, ele é menos um «burguês» do que um menino mimado que precisa de puxões de orelha.

No mais, registramos a notícia de que o tradutor de «Lolita» para o hebraico tentou contra o pudor de uma menina, dizendo-se influenciado pelo livro. Há quem diga que tudo é golpe publicitário. De qualquer modo, sendo ou não sendo, fica-nos um retrato da civilização ocidental e dos seus valores espirituais.

Pedra Severino



Sérgio Milliet: Presidente da União Cultural Brasil-URSS

SÃO PAULO (da Sucursal) — Realizou-se na semana passada, na sede da Clínica Pavlov, a cerimônia de instalação da União Cultural Brasil-URSS.

A reunião esteve concorridíssima e foi em meio a um ambiente muito fraternal que se anunciou a constituição da diretoria, do conselho consultivo e dos departamentos da nova sociedade.

São presidentes de honra da entidade os professores Fernando de Azevedo e Jesuino Maciel e a presidência efetiva será exercida pelo escritor Sérgio Milliet. São vice-presidentes o prof. Paulo Guimarães Fonseca, o dr. Dácio de Arruda Campos, o desembargador Breno Caramuru Teixeira e o dr. José Eduardo Fernandes. Secretários o prof. João Beline Burza, Dr. Aldo Lins e Silva e jornalista Tito Fleury. Tesoureiros o escritor Oscar Mendes e prof. Alvaro Badra. O departamento científico é chefiado pelo prof. Cantídio de Moura Campos; o departamento cultural pelo escritor José Geraldo Vieira; o departamento de teatro pela artista Maria Della Costa; o departamento de lin-

guas pelas senhoras Tatiana Belinck, Ester Chlaverini e prof. Israel de Castro; o departamento de turismo pelos senhores Joaquim Fogaça de Almeida e Ari Doria; o departamento filatélico pelo prof. Miguel Costa Jr. Outros departamentos — jornalismo, rádio e televisão, música, cinema, folclore, etc. estão em organização.

O Conselho Consultivo é integrado pelos professores Lucas Nogueira Garcez, Almeida Junior, Gabriel Teixeira de Carvalho, Lívio Ferreira, Florestan Fernandes, David Rosenberg, José Monteiro de Camargo, Mario Degni, José Fernandes Moreira, José Martins Costa, Samuel Pessoa, Mario Schenberg, Caio Prado Jr., Omar Catunda, dona Helena Silveira, dona Maria de Lourdes Prestes Maia, dona Maria de Lourdes Teixeira, desembargador José Frederico Marques, senhores Edgar de Moura Bittencourt, Wilson Rahal, Julio Gouveia, Mario Donato, Jamil Almansur Haddad, Dr. Carlos Figueiredo Sá e outros.

A posse da diretoria, Conse-

lho Consultivo e Departamentos será realizada numa sessão pública a realizar-se nos próximos 30 dias.

Acesso de raiva

O fato de um tão grande número de personalidades, das mais destacadas nos círculos intelectuais e sociais de São Paulo, terem prestigiado e integrado os diversos órgãos dessa organização cultural, provocou um acesso de raiva no órgão oficial do reacionarismo, «O Estado de São Paulo». Arvorando-se em dono da verdade e em juiz das atitudes de pessoas que nada lhe devem, em violento editorial publicado na edição de domingo, o sr. Júlio de Mesquita Filho reviveu todas as teses do obscurantismo e do lassismo em relação ao país onde os cuidados com a educação estão na vanguarda de todo o mundo.

Na foto, da esquerda para a direita, o presidente Sérgio Milliet, dr. José Eduardo Fernandes, deputado Coutinho Cavaleanti e a.sra. Eva Fernandes.



Greve no Moinho Continua Firme

Os trabalhadores de Santos, liderados pelo Fórum Sindical, continuam decididos a promover uma nova paralisação geral do trabalho na cidade, desta vez por 48 horas, caso a administração do Moinho Paulista não solu-

cione satisfatoriamente a questão dos 31 operários transferidos de Santos para Curitiba. Os operários da Fábrica de Biscoitos Aymoré, de S. Paulo, prosseguem, por outro lado, na sua greve de

solidariedade aos seus companheiros santistas, reivindicando ainda o estabelecimento de um contrato coletivo de trabalho e a demissão do chefe do Departamento Pessoal da empresa, sr.

Carmino Ursioli. Na tarde da última terça-feira os trabalhadores em greve promoveram uma passeata pelo centro da cidade, conduzindo faixas e cartazes exigindo o atendimento das suas reivindicações.

CINCO PAULISTAS GANHARAM 20 MIL ALQUEIRES

Terras do Estado Doadas Por Jânio à "Gente Bem"

Veio à tona um escândalo inédito em São Paulo, ocorrido durante a gestão Jânio Quadros. Um grupo de paulistas de «quatrocentos anos» apoderou-se de vinte mil alqueires de terras devolutas do Estado, cujo valor aproximado calcula-se em 750 milhões de cruzeiros. Precedente de tal ordem e proporção na administração do Estado, abalou a opinião pública.

Sabe-se que o Estado possui cerca de 250 ações discriminatórias, num total de um milhão de alqueires, das quais um terço são julgados devolutos. Alirando a primeira pedra, deixaram livre o caminho para a repetição da vergonhosa «grilagem legal».

O caso

Em 1958, os srs. Abílio Pereira de Almeida, Wallace Simonsen, Nelson Berlinck, Antônio Fleury Camargo e José de Queiroz Matoso requereram, através do primeiro, ao então secretário da Justiça Pedroso Horta a demarcação das terras do 16.º perímetro territorial de Jacupiranga, para que os mesmos fossem reconhecidas como sendo de sua propriedade.

Contrariando o acórdão de 1942, posteriormente homologado em 1955, que declarava aquelas terras devolutas como pertencentes ao patrimônio do Estado, o requerimento teve despacho favorável, sendo depois homologado pelo então procurador-substituto e o juiz de Direito da Comarca de Iguape.

Procurador-efetivo é contra

Porém, ao reassumir suas funções na Procuradoria do Patrimônio Estadual, o sr. Raul Tucunduva, procurador-efetivo (que durante 46 meses esteve afastado do cargo, devido à perseguição janiista) não se conformou com a decisão a respeito dessas terras, pois o despacho importou em alienação, que somente poderia ter sido feita mediante autorização da Assembleia Legislativa. Ao requerer a homologação por parte do juiz de Direito de Iguape, a procuradoria teve seu pedido negado.

Ainda em última tentativa o sr. Raul Tucunduva solicitou correição parcial, também denegada, bem como um mandado de segurança igualmente recusado. O recurso que resta é a apelação da Secretaria da Fazenda ao Supremo Tribunal, cujo julgamento decidi-

rá sobre a alienação ou não dos 20 mil alqueires de terras pelo grupo liderado pelo sr. Abílio Pereira de Almeida.

Garagem ao IDORT e outras doações

Durante o seu governo, Jânio desbaratou inúmeras áreas do Estado já consolidadas. Tais foram os casos do terreno do Instituto de Menores, cuja maior parte foi doada a um grupo de particulares o que causou grande alar-

Metalúrgicos Das Américas Preparam Seu Encontro

Os metalúrgicos brasileiros encontram-se empenhados na campanha pela participação em dois importantes conclaves. O primeiro, o Congresso Sindical Nacional, a realizar-se de 11 a 14 de agosto próximo, no Estado da Guanabara; o segundo, o Encontro Continental de Metalúrgicos, programado para o dia 15 do mesmo mês, na cidade de Volta Redonda.

A propósito do conclave dos metalúrgicos nossa reportagem ouviu o líder sindical Benedito Cerqueira, que declarou:

«O espírito de fraternidade que caracterizou o contato que tivemos com os delegados fraternais latino-americanos, quando do último congresso dos metalúrgicos realizado em Itanhaém, leva-nos a crer que o próximo encontro interamericano será coroado de êxito. O que pretendemos, continuou, é discutir assuntos comuns a todos os trabalhadores, como a questão da melhoria salarial, condições de vida e trabalho, previdência e seguro social, defesa das liberdades sindicais e democráticas, desenvolvimento da indústria, defesa da soberania nacional e da paz, abolição das armas termonucleares, desenvolvimento das relações comerciais entre todos os países, Operação Pan-Americana e Mercado Livre Latino-Americano».

«Cremos, prosseguiu o líder metalúrgico, que objetivas resoluções serão aprovadas, tendo em vista os interesses comuns que nos unem. Os nossos povos clamam por melhores dias e compreendem que somente alcançarão o seu bem-

estar com a industrialização, a reforma agrária e outras medidas necessárias ao seu desenvolvimento. Compreendem, também, os nossos povos e, especialmente, os trabalhadores, a necessidade de boas relações de amizade com todos

os países, de amplo comércio sem discriminações e, sobretudo, a concretização da paz como aspiração máxima para a realização dos princípios humanitários de que estão envolvidos todos os homens de boa vontade».

de Assis e de 562 m² à Prefeitura de Cosmópolis; de 940 m² à Prefeitura Municipal de Vinhedo; de 326,205 m² à Prefeitura de Itatinga, e outros terrenos às Prefeituras de Santa Adélia, Capivari, Manduri, Matão, Cosmópolis, Manduri, Álvares Machado, Itariri, Pôrto Feliz, etc.

Cedeu em comodato ao Clube 220 do Brasil um terreno litorâneo de 1.920 m², situado em Vila Balneária, município de São Vicente e a outras entidades recreativas «de gente bem».



Cerqueira lidera o encontro

Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara, é um dos líderes na luta pela aproximação dos trabalhadores latino-americanos, que têm inúmeros problemas em comum.

Sindicatos Paralelos

Ouviu o ministro do Trabalho, em sua última reunião com os dirigentes sindicais de São Paulo, na Delegacia Regional do Trabalho, severas críticas em virtude da falta de critério na concessão de cartas a associações profissionais e sindicatos de trabalhadores. Com efeito, tais cartas, concedidas sem nenhum controle, vêm possibilitando a que o princípio da unidade sindical seja violado freqüentemente. Assim, vêm sendo reconhecidas entidades manobradas por empregadores, como é o caso da associação criada na Refinaria Capuava, cujos trabalhadores já têm sindicato próprio. E ainda agora foi pedido reconhecimento para o Sindicato dos Trabalhadores em Diversões Públicas, dirigido por um elemento já repudiado pelos empregados no comércio hoteleiro. Os empregados em casas de diversões públicas, de acordo com o enquadramento sindical, pertencem à categoria profissional do pessoal hoteleiro.

Mas, a coisa vai além. Os partidários da pluralidade sindical já avançam em direção às federações, fundando organizações paralelas, como a Frente Nacional do Trabalho, que pretende congrega os sindicatos de primeiro grau, dando-lhes orientação e assistência. Tal entidade está funcionando abertamente, defronte ao prédio em que está instalada a Justiça do Trabalho, em São Paulo. Seus diretores agem, fazendo entendimentos junto à Delegacia Re-

gional do Trabalho. Atraíram para sua órbita política dois ou três sindicatos, subscrivem em nome dessa organização documentos sindicais, inclusive os de movimentos grevistas, substituindo, na verdade, as entidades sindicais de segundo grau.

Se não for pôsto um parapeiro a esse estado de coisas, chegaremos a ter um sindicato para tantas quantas forem as tendências políticas existentes no país e até um em cada fábrica, ao invés de uma comissão ou um elo a ligar os trabalhadores da empresa ao único sindicato da categoria profissional. Vamos, enfim, retroceder mais de vinte anos na vida sindical.

O sr. João Batista Ramos durante a reunião, comprometeu-se a não permitir o reconhecimento de nenhuma entidade sindical, daqui por diante, sem ouvir previamente os diretores do sindicato interessado e a conjunção do movimento sindical, em São Paulo.

Entretanto, isto não pode ficar em formais promessas. É preciso que se faça uma revisão das cartas já concedidas, eliminando-se aquelas organizações fictícias, que forem a unidade sindical.

Isto deverá ser acompanhado de amplo trabalho de esclarecimento junto aos associados dos sindicatos e às categorias profissionais em geral, criando-se um movimento de repúdio, com base popular, que impossibilite a proliferação de tais tipos de organização.

“Carvalhetas” Invadem S. Paulo

As negociatas do governo do sr. Carvalho Pinto — «exemplo de administração», como ele mesmo o chama — continuam a ser denunciadas da tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na sessão de terça-feira, dia 5, o deputado Jéthero de Faria Cardoso pronunciou importante discurso, no qual denuncia a descaça do governo de São Paulo pelos problemas do Vale do Paraíba e do Pôrto de São Sebastião.

Comentando o fato de que os grandes petroleiros não podem entrar no pôrto de Santos sem oferecer sérios perigos à navegação e à própria cidade, com o constante perigo de enchentes e incêndios, disse o seguinte: «O sr. Governador precisa ter mais responsabilidade: estamos na iminência de desastres calamitosos no Pôrto de Santos, de incêndios, de vidas humanas que deixam de existir. Os jornais abordam este assunto diariamente. No entanto, as Diretorias de Viação e de Obras Públicas ficam impedidas de solucionar a matéria. O sr. Secretário cruza os braços e deixou que a cota federal dos portos vá ter aos cofres da Docas — cinco bilhões de cruzeiros — e a Docas ainda conseguiu que se faça a construção do oleoduto de Conceiçãozinha a Sabão, isto é, liquidou com a terminal oceânica de São Sebastião, derrotou a Petróbrás».

Comentando ainda o Decreto do Governador paulista, que criou uma nova organização para o desenvolvimento do Vale do Paraíba, organização essa heterogênea e que permite até à Sociedade Rural Brasileira o exame de projetos técnicos, afirmou ainda o deputado Jéthero de Faria Cardoso: «Não corremos o risco de novas protelações. Não há necessidade de correr trens, nem despachar em vagões. Mas, o sr. Octávio Marcandres Ferraz recebeu 20 milhões de cruzeiros para «projetar»

pela quarta vez a usina de Caraguatuba, quando, numa concorrência imoral e indecente, havia ganho para projetar por oito milhões. Mas o tema é vasto e colocaria muita gente alta da Secretaria da Viação no banco dos réus.»

Comentando ainda o fato de o governo paulista estar praticamente liquidando com os técnicos do Estado afirmou ainda: «... o Estado está administrado pela iniciativa particular. O Executivo paulista timbra em liquidar a máquina administrativa do Estado, com a técnica, pagando vilmente aos seus técnicos, sejam médicos ou engenheiros, o que está acarretando o seu êxodo do funcionalismo público. Resultado: as «carvalhetas». Mas as «carvalhetas» não construirão coisa alguma. É sintoma de crise, para não dizer pânico. Se o Sr. Secretário da Viação declara, em seu gabinete, que não precisa de engenheiros para administrar aquela Secretaria, que resultados esperar? Quando experientes engenheiros do Departamento de Águas e Esgotos, do Departamento de Estradas de Rodagem e de outros deixam o serviço público face às ofertas de firmas particulares e ao estado de quase inanição, que mais resta ao Estado?».

Mineiros

aplaudem

«Novos Rumos»

Os trabalhadores do Estado de Minas Gerais, reunidos em seu III Congresso Sindical, aprovaram, sob calorosa salva de palmas, uma moção de congratulações com NOVOS RUMOS, pela sua conduta em defesa dos interesses das massas trabalhadoras e do país.

Jornalista Não Põe Visitar EUA

Numa atitude antidemocrática e discriminatória, o consul geral dos Estados Unidos em São Paulo negou visto ao passaporte do jornalista Dorian Jorge Freire, colunista e redator político do jornal «Última Hora» de São Paulo, não permitindo que visitasse os Estados Unidos. A maneira de proceder das autoridades norte-americanas em São Paulo, causou viva repulsa entre os profissionais do jornalismo, que se manifestaram unânimes contra a sua ação.

“Time is money”

«São as tímidas autoridades do consulado americano poderão responder com segurança porque me foi proibida a entrada nos EUA». Declarou o NOVOS RUMOS o sr. Dorian Jorge Freire. «O funcionário do Consulado informou que a proibição decorria de minha oposição à política yanque. Não foi além. Possivelmente porque «time is money». Os motivos reais da proibição, porém são vários: defesa do monopólio estatal do petróleo e demais riquezas mineiras; oposição à entrega de Fernando de Noronha às tropas norte-americanas; combate à discriminação racial nos EUA; combate ao assassinio legal nas câma-

ras de gás e cabos elétricas; e ainda, defesa do governo Fidel Castro contra as investidas dos trustes internacionais».

Fraqueza dos EUA

«Foi uma típica demonstração de fraqueza do governo dos EUA, prosseguiu. Principalmente se lembrarmos que aquele país tem como indesejáveis em seu território quantos não concordem, de olhos fechados, com a sua política. A potência que se sente forte para ir a uma guerra nuclear, numa aventura criminosa, teme o julgamento de um jornalista desarmado, mas independente e sincero».

Burrice

Finalizando, o jornalista afirmou não esperar aquela atitude, pois não se considerava inimigo dos Estados Unidos.

«Embora seja esta uma política de inimizade burrice — acrescentou — é aquela que atende melhor aos interesses dos trustes. A desconfiança entre os povos é também um objetivo desses trustes».

Govêrno Revolucionário Defenderá Soberania Cubana

«Antes da revolução a produção de petróleo cubano era inteiramente controlada pelas duas companhias de capital norte-americano, a Esso e a Texaco e pela anglo-holandesa Shell. Estas companhias tinham concessões para pesquisar o subsolo e explorar as possíveis jazidas petrolíferas da ilha. Apesar de terem feito estudos, principalmente na província de Oriente, em poços experimentais, nunca se soube onde estão situadas as jazidas e os resultados dos exames constituem segredo dos trustes». Com estas palavras, Geraldo Figueras, secretário de relações exteriores do «Movimento 26 de Julho» e presidente do comitê cubano preparatório do 1º Congresso Latino-Americano da Juventude, iniciou sua entrevista a N.R.

Figueras veio ao Brasil acompanhado de Antonio Carcedo, dirigente da Juventude Socialista e secretário de propaganda do comitê cubano numa viagem pela América Latina em preparação do Congresso, que se iniciará a 26 de julho em Cuba.

Confirmando as palavras de Figueras, Carcedo lembrou ao repórter que os trustes petrolíferos refinavam em Cuba o petróleo que eles mesmos produziam na Venezuela. Depois da revolução foi criado o Instituto Cubano de Petróleo para planejar a política petrolífera do país. Dentro desta política, foi assinado um acordo com a URSS para a importação de um quarto das necessidades de petróleo da ilha. Todo o restante continuaria sendo importado da Venezuela. Observou então Carcedo que foi o próprio ministro Perez Alfonso, da Venezuela, que disse que as medidas do Govêrno cubano ao comprar petróleo

em outro país não era uma medida agressiva contra a economia venezuelana, «já que a maior parte do nosso consumo procedia deste país e que Cuba tinha direito, como país soberano a comerciar com todos os países».

O boicote

Voltando a falar, Figueras disse ao repórter que o Govêrno cubano chegou a comprar petróleo de uma companhia independente a preços bem mais baixos do que os impostos pela Esso, Texaco e Shell. Entretanto, depois de concluídas as negociações, a companhia foi impossibilitada de enviar o petróleo porque não conseguiu contratar navios para transportá-lo. Disse ainda Figueras que a balança comercial de Cuba tanto com a Venezuela como com os Estados Unidos era deficitária, daí a vantagem representada pela compra de petróleo soviético.

«Quando começou a chegar à ilha o petróleo soviético, as refinarias estrangeiras se negaram a refiná-lo, desobedecendo uma lei que nem sequer é do Govêrno revolucionário, e sim de 1938, e que determina que estas companhias são obrigadas a refinar o petróleo do Estado, quer o proveniente do subsolo, quer o importado. Esta desobediência determinou que o Govêrno revolucionário desse um prazo para que as companhias retificassem sua atitude. Fimido este prazo, sem que houvesse mudança de atitude, o Govêrno procedeu à intervenção para evitar a interrupção do abastecimento de combustível. A intervenção não é desapropriação e sim uma medida visando a garantir o funcionamento normal das refinarias, uma vez que aquelas compa-

nhas começaram a retirar seus técnicos.»

Neste momento, Carcedo comentou que foi só depois disto que o Govêrno revolucionário estudou a possibilidade de desapropriar, mediante indenização, as refinarias estrangeiras. Na lei que autoriza o Govêrno cubano a nacionalizar as empresas e propriedades norte-americanas, previu-se que os fundos para indenização dos bens seriam fornecidos pelos excedentes da venda de açúcar aos EUA acima da cota fixada. «Isto constituía uma medida preventiva contra o anunciado corte na cota de Cuba naquele mercado», observou Carcedo.

A agressão yanque

Perguntamos a Figueras e Carcedo qual a atitude do povo cubano diante dos EUA. Figueras começou dizendo que é preciso não esquecer que a agressão norte-americana contra Cuba é de longa data. «Desde a guerra da independência contra a Espanha, tornamo-nos colônias dos Estados Unidos, o que trouxe como consequência duas intervenções militares: o estabelecimento de uma base militar e a dissolução do exército libertador para a criação de um exército parasita e mercenário.» Além disso, existe ainda a intervenção econômica, representada pelo controle pelos EUA de 50% do capital bancário, 80% da principal indústria, a açucareira, de todos os serviços públicos, de 50% das terras aráveis por apenas 11 companhias norte-americanas, e de toda a produção mineira.

Com a vitória do movimento revolucionário esta situação de submissão não podia continuar. Seguiram-se, então as medidas de agressão do imperialismo norte-americano, diante da firmeza do Govêrno cubano em defender a sua soberania. Com a repetição desses atos hostis, como a presença nos EUA de conhecidos criminosos de guerra do regime Batista e a utilização do território norte-americano para vôos criminosos sobre Cuba, tornou-se necessária a organização de milícias populares para defender o país contra uma intervenção que usaria como pretexto uma auto-agressão na base naval de Guantánamo.

«Diante do perigo dessa agressão, os camponeses, operários, empregados, estudantes, mulheres e mesmo os funcionários públicos se organizam em milícias armadas cujo treinamento militar já foi concluído, inclusive no que diz respeito à tática de guerrilhas. Temos agora 150 mil milicianos que, somados aos 50 mil soldados do exército rebelde, fazem 200 mil cubanos com eficiente prática militar para evitar qualquer agressão. Isto foi necessário, apesar de o povo cubano não ser belicista, diante da política agressiva yanque praticada contra a grande luta dos povos latino-americanos e aguçada contra Cuba. A essa força defensiva é preciso acrescentar a força de todos os homens livres da América Latina e do mundo que não permitirão que o povo cubano seja esmagado.»



Grande número de estudantes, intelectuais, operários e empregados compareceu à solenidade de instalação da Comissão Paulista de Solidariedade a Cuba, presidida pelo deputado federal Coutinho Cavalcanti. A assembleia resolveu dirigir-se aos trabalhadores do porto de Santos para que não seja embarcado açúcar brasileiro para os EUA.

Paulistas são pró-Cuba

Cresce Solidariedade Brasileira a Cuba

Com o aguçamento da campanha de agressão dos Estados Unidos contra o Govêrno revolucionário cubano, avoluma-se o movimento de solidariedade a Cuba em todo o Brasil, visando a impedir que o Govêrno brasileiro se preste ao vergonhoso papel de cúmplice dos planos gangsteristas norte-americanos. As medidas legítimas de defesa da soberania cubana foram defendidas no Congresso Nacional, especialmente pelo deputado mineiro Celso Brant, que expressou a solidariedade de nosso povo aos revolucionários de Fidel Castro.

Na primeira linha do movimento de solidariedade a Cuba estão os estudantes. Em nota conjunta, as duas entidades nacionais dos estudantes, a UNE e a UBES hipotecaram «a mais vigorosa solidariedade ao povo cubano na sua luta em prol da liberdade. Não é de hoje que os povos latino-americanos vêm sofrendo a exploração mais desumana. Contra este estado de coisas é que agora se rebelam os povos de nossos países. Identificamos em Fidel Castro o homem que o Departamento de Estado precisa silenciar para prosseguir em sua ação.» Termina a nota da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundários afirmando a legitimidade do ato de intervenção do govêrno cubano nos trustes petrolíferos.

Outro setor da opinião pública brasileira que já tomou posição a favor do povo cubano em sua luta contra a agressão imperialista, é o dos bancários, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores

nas Empresas de Crédito e do Sindicato dos Bancários da Guanabara. No telegrama da CONTEC, os bancários declaram: «Com a nossa integral solidariedade, reiteramos, também, aos companheiros trabalhadores de Cuba os nossos votos pela inteira consolidação da luta que empreendem no sentido da completa emancipação política, social e econômica dessa Pátria tão grande pelos exemplos que vem fornecendo às demais nacionalidades.»

Deputados paulista solidários

Em São Paulo, dez deputados estaduais, encabeçados pelo deputado Farabulini Júnior, enviaram um telegrama de solidariedade ao govêrno cubano. No mesmo dia, o coronel Plínio Rolim de Moura, ex-comandante do Corpo de Bombeiros e sub-chefe da Casa Militar no Govêrno de Jânio Quadros, telegrafava ao embaixador cubano no Brasil prestando sua solidariedade e declarando-se pronto a lutar como voluntário «para a defesa da heróica nação, em caso de agressão armada.»

Em grande solenidade realizada no dia 5 último, no salão nobre da Associação Paulista de Imprensa, que contou com a presença de centenas de pessoas, foi instalada a Comissão Paulista de Solidariedade a Cuba. A diretoria da Comissão eleita é presidida pelo deputado federal Coutinho Cavalcanti e composta de outros parlamentares paulistas, dirigentes sindicais, estudantes e intelectuais.

Durante o entusiasta encontro vários oradores dirigiram calorosas palavras aos presentes, destacando-se as poesias lidas pelo poeta Jamil Hamansur Haddad, de sua autoria, sobre a revolução cubana. Ao final, várias resoluções foram adotadas, a saber: a realização de um comitê de solidariedade a Cuba e de protesto contra os atentados à sua soberania, no dia 15, às 18 hs., na praça da Sé; colocação de um retrato de Fidel Castro na torre de petróleo da praça Ramos de Azevedo; envio de telegramas ao presidente da República reivindicando a não permissão de exportação de açúcar aos Estados Unidos, solidarizando-se com o govêrno revolucionário cubano, bem como pelo confisco da Texaco, Shell e Esso; envio de telegrama à embaixada norte-americana protestando contra a violação do espaço aéreo cubano. Foi proposto e aprovado também o envio de um ofício ao Sindicato dos Estivadores de Santos solicitando que não embarquem nem uma grama de açúcar par aos E.U.A., caso seja feito o boicote de navios, cubanos na América do Norte. Foi aprovado um voto de louvor a atitude solidária da URSS à revolução cubana.

A mesa que dirigiu os trabalhos foi presidida pelo dr. Aldo Linz e Silva e composta pelos srs. Luiz Carlos Roque da Silva, da Maria Prestes Maia, dr. Gaspar Fiori (representante do P.T.B.), Armando Piani, Armando Gimenez, João Louzada e Luiz Tenório de Lima (dirigentes sindicais).

KRUSCHIOV

URSS Não Tolerará Ameaça Yanque a Cuba e à Paz

Depois de anunciar que a URSS tinha abatido outro avião de espionagem norte-americano quando procurava entrar em seu território sem autorização, Nikita Kruschiov definiu claramente a atitude de seu Govêrno diante deste ato de agressão dos EUA, assim como em relação à América Latina. Em primeiro lugar, salientou Kruschiov que a realização do vôo do avião RB-47 «permite comprovar que as declarações feitas em maio pelo Presidente Eisenhower sobre a proibição dos vôos de espionagem sobre a URSS de nada valem», o que revela qual é a verdadeira atitude dos que fizeram fracassar a conferência de cúpula.

O chefe do Govêrno soviético revelou que a URSS apresentou protestos formais junto aos Estados Unidos, responsáveis por mais este ato de incitação à guerra, e à Inglaterra e Noruega, cúmplices dos yanques. «Em nome do Govêrno e de todo o povo soviético, desejo chamar, com maior gravidade, a atenção de todos os países do mundo para o fato de que os círculos dominantes dos Estados Unidos, com a conivência de seus aliados dos blocos agressivos, estão claramente provocando um sério conflito militar. Suas ações não podem ser interpretadas de outra maneira. A União Soviética continuará defendendo os interesses da paz e da segurança internacional. Aquêles que tentarem pôr à prova a nossa paciência estarão cometendo um grave erro. A União Soviética e seus aliados, aos quais se acha ligada por compromissos sérios, estão em condições de reter qualquer agressor.»

Apoio a Cuba

Referindo-se à campanha de agressão política e econômica e aos preparativos de intervenção militar dos Estados Unidos contra a revolução cubana, disse Kruschiov que a URSS não interfere nos assuntos internos dos países do Hemisfério Ocidental, mas não poderá deixar de prestar ajuda ao povo cubano em caso de agressão yanque, inclusive lançando mão de seu reconhecimento poderio em foguetes.

Kruschiov desmascarou a declaração de Eisenhower, segundo a qual os Estados Unidos «não permitiriam» a instalação de um regime comunista na América, dizendo: «Quem pede aos Estados Unidos que permitam ou não isso ou aquilo? São eles, por acaso, um tribunal ou fiscal, para decretar autorizações ou proibições deste tipo? Washington já perdeu a facultade de ditar sua vontade a seus vizinhos americanos, que têm o di-

reito legítimo de dispor de si mesmos e de escolher o caminho que melhor lhes convier.»

O dirigente soviético afirmou que a «Doutrina Monroe», que transformou os Estados Unidos em dono das Américas, «morreu de morte natural». Por outro lado, observou ainda Kruschiov, os países socialistas estão prontos a ajudar Cuba, inclusive comprando seu açúcar, e que os EUA se encarregam, eles mesmos, de mostrar aos países latino-americanos que a verdadeira solução para a sua luta contra a exploração e a dependência econômica e política está no socialismo. «O regime cubano não é comunista, mas os Estados Unidos preparam o caminho para o comunismo em Cuba ao mostrar a Fidel Castro que o marxismo-leninismo é a única oportunidade de salvação contra o colonialismo norte-americano.»



Cuba Sim, Yanques Não!

O deputado mexicano Emilio Sanchez Piedra, líder do govêrno de Lopez Mateos no Congresso afirmou no fim da semana passada que seu país apoiava inteiramente o Govêrno cubano contra as ameaças yanques. Procurando intimidar o Govêrno mexicano, o Departamento de Estado norte-americano «interpelou» o ministério do exterior do México. Essa intromissão yanque nos assuntos mexicanos, entretanto, foi um tiro que saiu pela culatra. Sindicatos, entidades estudantis e mil-

lhares e milhares de pessoas apoiaram a posição de Sanchez Piedra (foto) e o Govêrno Mateos declarou que os mexicanos são simpáticos a Cuba e «compreendemos e compartimos suas aspirações de melhoria econômica e justiça social.»

Colonialismo Belga Não Desistiu do Congo

O desenvolvimento da situação política no Congo vem mostrar quanto é falsa a «teoria» de que as potências coloniais atualmente estão dispostas a desistir de seus privilégios e entregar suas colônias pacificamente. Depois de anos e anos de luta, o Govêrno belga percebeu que não poderia evitar a libertação final dos congolezes e resolveu então preparar a cama para poder conservar sua dominação no Congo através de outros expedientes. Em primeiro lugar, os colonialistas belgas se encarregaram de provocar movimentos separatistas, principalmente na rica província da Katanga, e lutas entre tribos para minar a autoridade do Govêrno central.

As eleições congolezas, «organizadas» pelos belgas, foram feitas de modo a aguçar a luta entre os principais partidos políticos do Congo, em particular o Abako de Josef Kasavubu e o Movimento Nacional Congolês do primeiro ministro Patrice Lumumba. Na Katanga, os belgas ajudaram a tendência separatista e divisionista de Moise Tchombe.

Com a vitória do partido de Lumumba, apoiado por vários setores progressistas independentes, os colonialistas procuraram, com certo êxito, criar dificuldades para a formação de um govêrno de unidade. Fracassadas as suas manobras diante da firme posição de importantes setores do partido Abako, que fez o presidente da Re-

pública do Congo, Kasavubu, passaram os belgas a se infiltrar no próprio Govêrno, servindo-se para isso dos elementos mais vacilantes do Abako.

Nas próprias comemorações da independência, depois do discurso de condenação do colonialismo belga proferido por Lumumba na presença do rei Balduino da Bélgica, alguns elementos do Govêrno congolês passaram a tomar posições pró-Bélgica. Enquanto isto, na Katanga, principal base mineral do país e riquíssima em cobre e urânio, continuava o trabalho de sapa destinado a desligar a província do resto do país e submetê-la à Bélgica e aos fascistas da Federação constituída pelas Rodésias do Norte e do Sul e pela Niassalândia, e dirigida por Roy Welensky.

A luta do povo congolês contra o colonialismo belga já é secular e tornou-se cada vez mais sangrenta depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Em janeiro do ano passado, todo o país foi sacudido pelas manifestações pró-independência e pela bárbara repressão policial lançada pelo colonialismo. A persistência do colonialismo belga, generosamente auxiliado por seus colegas ingleses e norte-americanos, que não vacilou mesmo em enviar soldados para o Congo depois de proclamada a independência, vem mostrar que o povo congolês ainda terá que lutar muito contra seus inimigos externos e seus agentes dentro do país.

DESEMPREGO EM MASSA

Investida da "Hanna" Ameaça 4.000 Operários da Mina de Morro Velho

A liquidação da mina de ouro de Morro Velho é uma das etapas da formação do Império Hanna no Brasil. Com a compra das ações da antiga «St. John Del Rey», que explorava a mina de Morro Velho, o truste siderúrgico visou apenas o ferro e os lucros palpáveis que lhe traria sua exportação. Mas a liquidação da mina, além de ferir os interesses nacionais, põe em risco o destino de 4.000 mineiros e suas famílias, cuja saúde se consumiu nas galerias que enriqueceram os ingleses.

Desemprego ameaça 4.000 mineiros

Os lucros do ouro já foram levados pelos ingleses da «St. John», durante mais de 70 anos de exploração. A partir de 1953 a produção de ouro de Morro Velho começou a declinar. Hoje, com seus 3.000 metros de canais subterrâneos asfixiantes e insalubres, a mina já não dá mais os lucros de outrora.

Ficaram as galerias infectas, nas quais se consumiu a saúde de 4.000 operários. Grande parte deles, em virtude da absorção da poeira mineral, sofre de silicose, doença pulmonar que predispõe à pneumonia e à tuberculose.

Quando a doença se agrava, é preciso transferir o mineiro do trabalho subterrâneo para a superfície. Por isso, embora se afirme que 1.500 operários bastariam para operar a mina, foi preciso empregar 4.000. A medida que um operário doente era transferido para a superfície, um outro homem tinha que substituí-lo, consumindo seus pulmões para enriquecimento dos ingleses.

Deficit é artifício contábil

Há alguns anos atrás, a «St. John» começou a apresentar «deficits» em seus balanços, «deficits» logo subsidiados pelo Tesouro Nacional. E embora um técnico do Ministério da Fazenda incumbido de examinar a contabilidade

de da «St. John» tenha constatado que houve exagêro artificial, meramente contábil, destes «deficits», o fato é que a velha companhia inglesa desinteressou-se do negócio e vendeu suas propriedades.

A «Hanna» é a nova proprietária, mas interessada apenas no ferro que rodeia a mina de ouro, procura manobrar no sentido de livrar-se desta e de seus 4.000 operários. Para fechar a mina teria que arcar com despesas de quase 1 bilhão de cruzeiros das indenizações dos operários, alguns com dezenas de anos de serviço.

Truste quer livrar-se dos mineiros

O truste buscou um meio de livrar-se dos operários. A solução encontrada foi o desmembramento em várias empresas, no sistema de «holding», ficando uma delas, a Mineração Morro Velho, com a mina de ouro e a responsabilidade das indenizações em caso de fechamento.

Separando as empresas juridicamente, a «Hanna» procura escapar à responsabilidade de pagar as indenizações aos operários da mina de ouro com os lucros fabulosos que obteria com o ferro. Além disso, pretende disfarçar a manobra com a alegação de que a mina de ouro foi restituída a um grupo brasileiro. Em verdade este «grupo brasileiro» não passa de conhecido testa-de-ferro da Ferrostaal que, desta vez, terá recebido uma boa «comissão» para poupar à «Hanna» o bilhão de cruzeiros em indenizações e empurrar a de-pesa para o Governo.

Pedido de nacionalização

Referindo-se a este desmembramento de empresas providenciado pela «Hanna», o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Ferro, deputado Último de Carvalho, a 10 de junho, fez da tribuna da Câmara um «apelo» ao sr. presidente da República para que tome providências urgentes no sentido de que, antes de ser bi-

partida a organização seja desapropriada a Mina de Morro Velho para que, com as propriedades que ela possui no Quadrilátero Ferrífero sejam indenizados os empregados da empresa.

Este foi igualmente o sentido das reivindicações da comissão de dirigentes sindicais de Nova Lima que foi especialmente a Brasília assistir a instalação da Comissão de Inquérito, cumprindo decisão da assembleia de mineiros realizada pelo Sindicato de Trabalhadores em Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima.

Além da nacionalização das propriedades da antiga «St. John» hoje em poder da «Hanna» — tanto da mina de ouro como das jazidas de ferro — os operários de Nova Lima querem a instalação nesta cidade de uma usina siderúrgica, que utilizaria o ferro das jazidas agora pertencentes ao truste siderúrgico.

Presidente cede

As manobras da «Hanna» para livrar-se da mina de Morro Velho com seus operários, vêm sendo denunciadas pelas forças nacionalistas há quase três meses. Não obstante todas as denúncias, não obstante constar do programa da CPI a investigação da situação de Morro Velho e seus trabalhadores, não obstante o Congresso haver pedido, na primeira semana de junho, a sustação das negociações com a «Hanna», o presidente da República assinou no dia 21 de junho o decreto autorizando o funcionamento da Mineração Morro Velho S. A., subsidiária da «Hanna».

A assinatura do decreto foi providenciada a «toque de caixa», a ponto de ter sido publicado sem data no «Diário Oficial». Com esse ato, o Executivo aceitou a manobra do desmembramento, em desrespeito flagrante ao Congresso, mostrando uma pressa especial em atender às pressões da «Hanna» antes do término dos trabalhos da CPI, sem qualquer consideração pela sorte dos 4.000 mineiros de Nova Lima.



Manobras para facilitar o saque

Criando o «caso Cleveland Cliff», a «Hanna» procura facilitar e justificar o domínio sobre a exploração do minério de ferro no Brasil. Se conseguir, os caminhões que hoje percorrem as estradas transportando matéria-prima para o Brasil, passarão a fazê-lo para o espoliador estrangeiro.

A VERDADEIRA HISTÓRIA DA «CLEVELAND CLIFF»

Trustes Mistificam Para Desmoralizar CPI

Paralelamente à pressão para que o Executivo aprove a «toque de caixa» os seus projetos, a «Hanna» tenta lançar o descrédito e a suspeição sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito do Ferro e o movimento de opinião pública que lhe deu origem, fazendo publicar com esse objetivo uma série de reportagens no Diário Carioca.

Hanna quer confusão

Procurando lançar confusão no seio da opinião pública, apresenta-se a luta que ora se desenvolve em defesa do minério de ferro brasileiro contra as investidas da «Hanna», como mero ante-para dos interesses de um outro truste norte-americano poderoso, concorrente da «Hanna»: a «Cleveland Cliff Iron Co.». Entre outras mentiras, afirma-se que a «Cleveland» já tem o monopólio das vendas da Cia. Vale do Rio Doce sem que ninguém proteste, o que seria prova da suspeição da campanha contra a «Hanna».

O referido monopólio das vendas teria sido garantido à «Cleveland» por um Protocolo assinado entre ela e o Governo brasileiro em 1958. Com a alegação de que a assinatura deste Protocolo não provocou qualquer protesto, procura-se ironizar a atitude das forças nacionalistas e da Comissão Parlamentar de Inquérito, «que se teriam deixado envolver pela «Cleveland Cliff».

As exportações da Vale do Rio Doce

O intuito confusionista de mais esta manobra do truste «Hanna» é evidente. Em primeiro lugar, mais de 60% das vendas da Vale do Rio Doce se destinaram a companhias europeias (e não à «Cleveland» ou qualquer outra companhia americana), tendo sido comercialmente colocadas diretamente pela nossa empresa estatal.

Da parcela de 979 mil ton. que a «Vale» vendeu nos EUA em 1959 (e que constitui só 30% do total exportado por ela neste ano), apenas 353 mil ton. foram colocadas pela «Cleveland», que recebeu em 1954 (e não pelo tal Protocolo de 58) a designação de agente comercial da «Vale» nos EUA. As 626 mil ton. restantes foram vendidas nos EUA diretamente pela empresa estatal a «Armco.» e à «United States Steel». Os números desmentem, pois que a «Cleveland» tem o monopólio das vendas da Vale do Rio Doce.

Nem «Cleveland Cliff», nem «Hanna»

Quanto ao citado Protocolo de 58, constitui-se ele de fato em uma das várias tentativas dos trustes internacionais de assumirem o controle da exportação de minério de ferro do Brasil. O Protocolo foi firmado entre as autoridades brasileiras e o americano Nobert Mc-

Kenna como representante das cias. International Basic Economic Co. (Rockefeller), Reynolds Sa.; Cleveland Cliff e Chesapeake Railway, e concedia a estas empresas privilégios abusivos. Um grupo brasileiro associado à Rockefeller e chefiado pelo Sr. Ricardo Jafet, igualmente assinava o Protocolo).

Mas os favores do Protocolo de 58 aos trustes internacionais só não provocaram os protestos que hoje se levantam contra a «Hanna», porque este documento foi mantido em sigilo. A imprensa e ao público chegaram apenas referências muito vagas. Só ago-

ra vem a público o que aconteceu na ocasião. Contudo, em reunião do Conselho de Desenvolvimento de 20-3-58, a Cia. Vale do Rio Doce externou sua estranheza diante do Protocolo, cujo texto só lhe fora dado conhecer 48 horas antes da reunião em questão.

Os fatos desmascaram, pois, a manobra confusionista com que a «Hanna» quer levantar suspeitas contra os nacionalistas e a Comissão Parlamentar de Inquérito. Aos interesses nacionais repudia tanto a «Cleveland» como a «Hanna».

NOVOS RUMOS

O Padre e a Escola Pública

Clero e determinada elite travam, nesse momento, apesar da forma de governo republicano e da separação da Igreja do Estado, uma das mais inglórias batalhas contra a escola pública, isto é, a favor do analfabetismo. Aproveitam a campanha eleitoral para, descaradamente, incluir até em plataformas a proteção ao ensino particular. Querem que a história volte, sobre os próprios passos, ao tempo em que só aos filhos dos barões feudais era concedido o privilégio de todas as letras, as primeiras e as últimas. E se nos tempos coloniais os jesuítas acediam em ensinar alguns rudimentos aos índios era, sem dúvida, visando ganhá-los para a religião e para certos trabalhos dos quais necessitavam. Com os negros nunca se preocuparam. Ninguém lhes perguntava, quando desciam nesta terra, como gado, dos porões dos navios negreiros, se tinham alma, cérebro, coração. Só lhes examinavam os braços, para aproveitá-los até às últimas forças.

Em vários pronunciamentos de muitas figuras importantes do clero, vamos encontrar o ódio à escola pública, porque só a escola pública, e eles sabem disso, será capaz de abrigar, sem discriminações, a necessidade de conhecimentos das crianças pobres, aqueles conhecimentos que os pais nunca poderão comprar. Onde o «deixai vir a mim as crianças?» A tática é bem clara: conservar essas crianças analfabetas, para neutralizar a consciência de luta, mais tarde, contra uma elite gerada na ignorância do desenvolvimento social, na ignorância de que a história não se repete, porque essa ignorância lhe serve, sob medida, para ir explorando negros, brancos e mulattos. E aparece em cena o padre Alvaro Negromonte, que até agora só era conhecido como evangelista do sexo. Escreveu vários livros aconselhando sobre questões sexuais, assunto em que, segundo as leis da Igreja, não devia ter maiores nem menores experiências. Agora, vem o padre Negromonte se preocupando com as questões culturais às avessas. E, num país onde 50% da população é analfabeta, e o analfabetismo cresce em números relativos, cheio de ódio antierístico, anatematiza os candidatos a postos eletivos, que se pronunciam a favor da escola pública, única forma viável de fazer enxergar a essa metade de cegos, dando sua contribuição à causa da ignorância. Que o sr. Carlos Lacerda assim se pronuncie, já que é um domo de ódio às conquistas sociais, entende-se, mas devia esperar-se, da Igreja, um pouco mais de reserva, pois, o combate ao analfabetismo é parte importante do combate ao subdesenvolvimento.

Uma das reivindicações defendidas na Revolução Francesa era o da instituição do ensino público universal. E, então, compreende-se o ódio dos «clericalistas» contra o clero e a nobreza, que, há séculos, como hoje, se empenham em conservar o povo na escuridão, cuidando em que não enxergue a verdade de seus direitos. Mas, presentemente, os fatos, no mundo inteiro, não deixam que ninguém tape o sol, nem mesmo com uma peneira. Por isso, bem avisado anda D. Helder Câmara que, piedosamente, se torna cruzado de uma campanha menos inglória, a campanha contra os pingentes nos trens da Central do Brasil, embora não informe como esses pingentes conseguirão lugares dentro do trem. É prudente, pois, que o padre Negromonte volte aos seus penates, pois os descendentes daqueles negros, que os jesuítas, «eristamente», ajudaram a escravizar, quebram as suas correntes e começam a conquistar o direito à escola pública para os seus filhos.

Ana Montenegro



Quatro mil trabalhadores da mina de Morro Velho estão ameaçados de desemprego em virtude da investida da «Hanna». Um dos objetivos do truste americano é levar a velha mina à liquidação com a consequente dispensa de todos os que nela trabalhavam.

Desemprego à vista

Armas do Camponês: a Liga e a Foice

De braços dados com o governador Cid Sampaio, desde o momento em que este passou a apoiar a candidatura Jânio Quadros, os latifundiários e a reação política de Pernambuco vêm desencadeando uma onda de perseguições contra os camponeses, visando especialmente as suas organizações contra os camponeses, visando de luta — as Ligas Camponesas.

Já há algum tempo, na própria Assembléia Estadual, os deputados Cunha Primo e Dias da Silva vinham dirigindo contra as Ligas as piores provocações, numa grosseira tentativa de dividir os camponeses e os seus líderes e, assim, levar à derrota o movimento patrocinado pelas Ligas e seu presidente, o deputado Francisco Julião. Essas manobras entretanto, fracassaram por completo: é cada dia mais forte a unidade entre os camponeses e maior é o prestígio de suas organizações.

Uma farsa invasão de Manassu

Não conseguindo êxito em seu trabalho divisionista, a reação passou a agir. Seu objetivo é, ao mesmo tempo, intimidar os trabalhadores, através de exhibições de um enorme aparato policial, e os proprietários, trazendo-os para o apoio ao Governo e à candidatura Jânio Quadros.

Este, precisamente, foi o objetivo visado com a espalhafatosa farsa da «invasão» do engenho Manassu, no município de Jaboatão. A farsa foi tramada pelo proprietário do engenho, o latifundiário Nicéia Gusmão, e elementos do Governo, entre os quais o chefe de polícia, coronel Costa Cavalcanti. A suposta invasão não passou, na verdade, de um pretexto para uma autêntica «operação de guerra» contra os dirigentes das Ligas Camponesas.

A farsa foi arquitetada do seguinte modo: o sr. Nicéia Gusmão, proprietário em Jaboatão de uma área de terra de 900 hectares, praticamente

devolutas, «anunciou» que 130 homens armados estavam preparando a invasão do Engenho Manassu, que se daria no dia 9 de junho. A «denúncia» foi divulgada com escândalo pelo «Diário da Noite». Os demais jornais repetiram a «denúncia», sempre em tom de alarma. Criado o ambiente, o sr. Nicéia requereu à Justiça um interdito proibitório, ao mesmo tempo em que entrava em contato com a polícia, exigindo imediatas garantias.

As «garantias» oferecidas pela polícia consistiram em mandar para o engenho um contingente de 30 homens da Polícia Militar, fartamente armados e municionados, sob o comando do tenente Alencar, braço direito do secretário de Segurança. Esse contingente, depois de realizar «reconhecimentos» de terreno e outras operações preparatórias, ocupou de assalto as terras do Engenho — não encontrando, porém, os «invasores», aos quais devia dar combate.

Caía por terra, assim, a farsa forjada contra as Ligas Camponesas. Os jornais, que tanto alarde fizeram com a «denúncia» do sr. Nicéia, calaram o bico de um dia para o outro.

Violências contra um líder

A chantagem da «invasão» serviu porém para que a polícia cometesse uma série de arbitrariedades e violências contra os camponeses de Jaboatão. A sede da Associação dos Camponeses desse município foi brutalmente invadida e, à base de um falso flagrante, os policiais agrediram e prenderam um dos seus dirigentes — o conhecido líder camponês Joaquim Camilo de Santana. A acusação contra Camilo é de que ele conduzia uma arma: a sua foice de trabalho.

Imediatamente, em Jaboatão, Recife e outros municípios, surgiu e se avolumou um amplo movimento de solidariedade a Joaquim Camilo de Santana e à Associação Camponesa. No Engenho Galiléia — cuja recente de-



«Guerra» no sertão

sapropriação foi uma importante vitória das Ligas e dos trabalhadores de Pernambuco — realizou-se uma reunião de cerca de quinhentos camponeses, protestando contra as arbitrariedades policiais e solidarizando-se com o seu companheiro vítima da agressão policial.

Advogados requereram ao juiz Marinho dos Santos uma ordem de «habeas-corpus». Concedendo-a, o magistrado condenou o arbítrio policial, dizendo textualmente que «a polícia foi quem exibiu das suas funções ao tomar a iniciativa do desarmamento e prisão do paciente». Disse ainda o juiz: «A foice não é instrumento de uso proibido, porque de utilidade agrícola, constituindo assim violência o seu desarmamento».

Novas manifestações de solidariedade à Associação Camponesa de Jaboatão parte de vários pontos do Estado. Uma grande festa está sendo preparada em homenagem ao camponês Joaquim Camilo de Santana.

Novas arbitrariedades

A «invasão» do Engenho Manassu foi o sinal para que os reacionários desencadeassem uma onda de ar-

bitrariedades contra os camponeses também em outros municípios. Os objetivos são os mesmos: intimidar os trabalhadores do campo e pressionar os proprietários para o apoio à candidatura de Jânio Quadros. Em Goiana, Vitória de Santo Antão e Pau d'Alho, por exemplo, brutais violências foram e estão sendo desfechadas contra os camponeses. Neste último município, na propriedade «Pau Santo» os camponeses tiveram suas lavouras e casas destruídas, tendo participado pessoalmente desse crime o deputado udenista José Misto de Oliveira. Em Pau d'Alho, na fazenda Pindobau, o peruano José Aimar Ruiz, estão

sendo perseguidas 154 famílias ali residentes. Foi criado na propriedade um comissariado de polícia, tendo à frente o sargento Enoch. Ai os policiais realizam constantes varejamentos nas casas dos camponeses e cometem verdadeiras barbaridades. As condições de vida dos camponeses são nesse latifúndio as mais miseráveis. Basta dizer: que as «casas» em que «residem» com suas famílias têm apenas as duas paredes laterais, não existindo portas nem fundos.

A Liga Camponesa vem procurando através de uma série de medidas, pôr termo a essa onda de violências. Ainda recentemente o presidente da Liga, deputado Francisco Julião, pro-

testou pessoalmente junto ao governador Cid Sampaio, que prometeu expedir imediatamente uma circular ao Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, a todos os delegados do interior, mandando retirar as forças de polícia nas propriedades em que elas existam e encaminhando à justiça qualquer dissídio entre camponeses e proprietários.

Através dessas lutas e das tremendas dificuldades criadas pela reação, o fato é que as Ligas Camponesas em nosso Estado adquirem um prestígio cada dia maior entre os homens do campo e se transformam em um movimento cada vez mais poderoso.

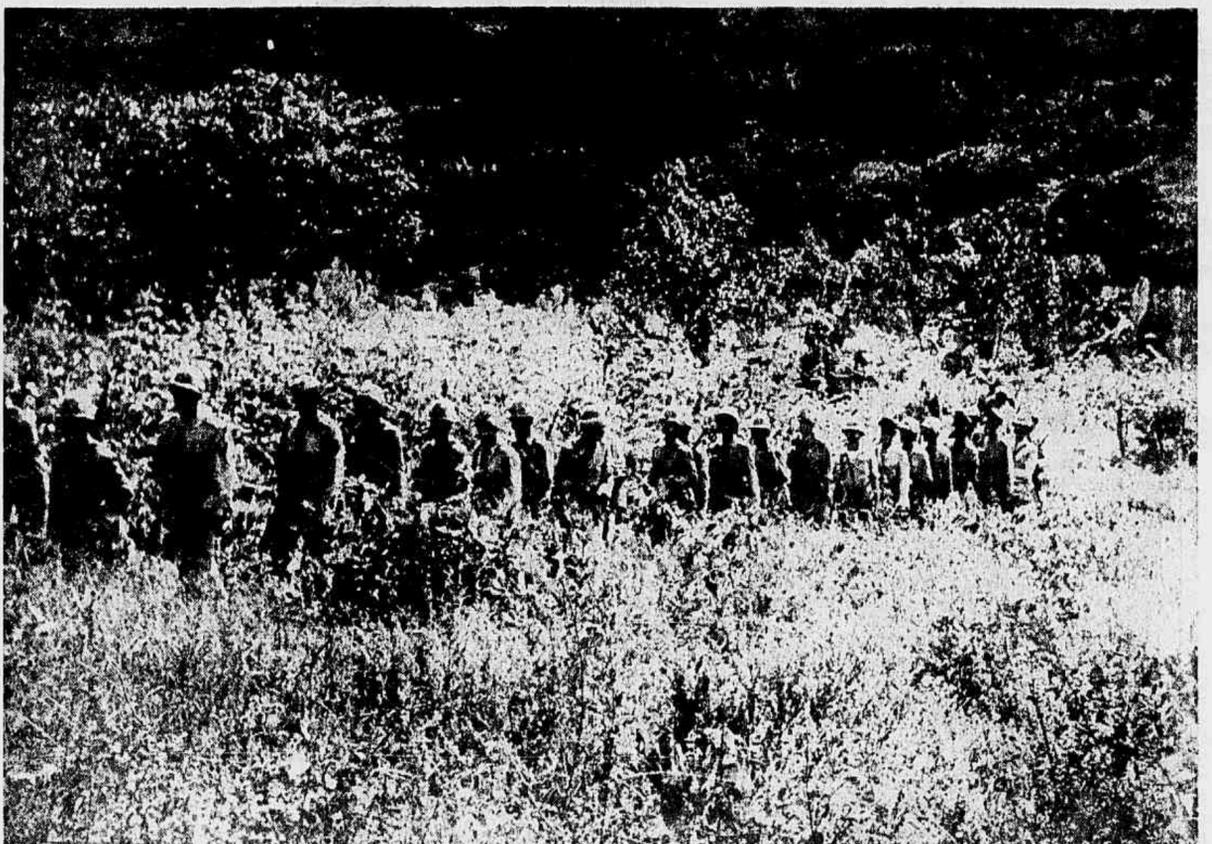
NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 15 a 21 de julho de 1960 Nº 72



O líder Joaquim

Vítima de violências da polícia pernambucana, o líder camponês Joaquim Camilo de Santana recebeu manifestações de solidariedade de todo o Estado.



A serviço do latifúndio

Cid Sampaio, o homem de Jânio em Pernambuco, colocou as forças policiais do Estado a serviço dos latifundiários. Montou a aparatosa invasão do engenho Manassu para intimidar os camponeses que lutam pelos seus direitos. A operação deveria servir também para «persuadir» os camponeses e seus líderes a adotarem a candidatura Jânio Quadros à presidência da República. Aliás, o sr. Cid Sampaio, desesperado com a derrota certa do «homem da vassoura», procura utilizar todos os recursos para modificar a situação.

MAIS 63,2% ENTRE JANEIRO (59) E ABRIL (60)

Aumento do Custo de Vida Faz Necessário Aumento do Salário Mínimo

Se os trabalhadores não conquistarem o quanto antes um aumento no atual salário mínimo, suas dificuldades de vida serão tremendamente aumentadas dentro dos próximos meses. Efetivamente, o último reajustamento, conquistado em janeiro de 1959, já está de há muito anulado. Desde então, até abril do ano em curso, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas publicados na revista «Conjuntura Econômica», o custo da alimentação no Estado da Guanabara sofreu o formidável aumento de 63,2 por cento. É fácil compreender o que isto representa para os trabalhadores, que têm na alimentação o item mais dispendioso do seu orçamento.

Até abril, o aumento foi, então, de 63,2 por cento. E daqui para a frente? Um exame da política econômico-financeira do governo, notadamente no que se refere à comercialização da safra cafeeira 1960-1961, mostra que as coisas não tendem a melhorar, senão a piorar e que a maiores privações para os trabalhadores deverá corresponder mais dinheiro nas mãos dos grupos privilegiados, entre os quais estão os fazendeiros e exportadores de café. Além disso, fatores que no primeiro semestre contribuíram para tornar mais lento o processo inflacionário, neste segundo semestre atuarão em sentido inverso, como é o caso da liquidação das letras do Banco do Brasil correspondentes a parte da receita cambial obtida com a exportação de alguns produtos que passaram para o mercado livre de câmbio.

Mais dinheiro para o café

Até mesmo os setores mais conservadores da opinião pública consideram errônea a política do café

que vem sendo adotada pelo governo. Consiste tal política em estimular a produção cafeeira mediante a transferência de recursos públicos para esse setor da lavoura, mesmo estando o país abarrotado de café produzido mas não vendido, por falta de mercado. Ora, em tal caso, o menos que se poderia esperar de um governo que atentasse para os interesses do povo seriam providências para restringir a produção de café. Dá-se, porém, o contrário. Novas medidas de estímulo à produção são adotadas com gravíssimos prejuízos para o país e, em particular, para os assalariados, em geral.

Foi publicado há dias o Regulamento de Embarques para a safra de café de 1960-1961, isto é, o conjunto de normas segundo as quais deverá ser comercializada a safra. O dólar-café foi fixado em 90 cruzeiros, contra 76 cruzeiros da safra de 1959-1960. E o preço médio por saca no Interior foi estabelecido em 3.000 cruzeiros. Isto significa que jorrarão mais algumas dezenas de bilhões de cruzeiros, eminentemente inflacionários.

O aumento do dólar-café

O café contribui com cerca de 60 por cento dos dólares obtidos pelo país através de todas as suas exportações. Se o governo aumenta a quantidade de cruzeiros que paga por cada um desses dólares, é evidente que deverá tirá-los de alguma parte. E de onde sairão esses cruzeiros adicionais? Do fundo de ágios? Mas, se assim for os ágios correspondentes aos dólares vendidos pelo governo terão que ser aumentados, para que lhe proporcionem mais cruzeiros — e nesse caso todas as importações feitas mediante o sistema de ágios (nos trilhões ou fora deles) terão seus preços aumentados.

Sairão esses cruzeiros do aumento do chamado câmbio de custo, fixado em 100 cruzeiros por dólar? Mas, nesse caso subirão os preços das importações feitas a câmbio de custo (petróleo, trigo, maquinarias, etc.), com as consequências bem conhecidas sobre o custo de vida. Sucede que a política adotada pelo governo no ano em curso tem consistido em estabilizar e até reduzir (mediante ofertas maciças de divisas) os ágios. E, por outro lado, segundo declaração do sr. Juscelino Kubitschek, o câmbio de custo não será mais elevado em seu governo. De onde, pois, sairão os cruzeiros adicionais para pagar o aumento do dólar-café de 76 para 90 cruzeiros? Só resta uma fonte: as emissões de papel-moeda.

Na safra anterior, as exportações de café elevaram-se entre junho e dezembro de 1959, a cerca de 11 milhões de sacas, que, calculadas a um preço médio de 42 dólares por saca, corresponderam a cerca de 460 milhões de dólares. Por esses dólares, o governo pagou aos exportadores a quantia de 32 bilhões de cruzeiros (420 milhões de dólares a 76 cruzeiros por dólar). Na hipótese de que se repetam nesta safra as vendas da anterior e se mantenham os preços em dólar, o que de resto corresponde ao otimismo do IBC, como se pode ver pelo Regulamento de Embarques, o governo terá que pagar aos exportadores já não

os 32 bilhões, mas sim cerca de 38 bilhões, isto é, 6 bilhões a mais do que em 1959. Para toda a safra, tal aumento será sensivelmente maior.

Aumento do preço no interior

Por outro lado, ao passar de 2.100-2.200 para 3.000 cruzeiros o preço da saca de café no Interior, o governo oferece novos estímulos para que a produção continue a aumentar, mesmo com a manutenção de lavouras marginais, anti-econômicas, de baixa produtividade. E não é só. Com o aumento do preço mínimo no Interior, nada poderá impedir a queda dos preços internos e, por mais ginásticas que venha o governo a fazer, haverá a queda também dos preços externos. E a queda dos preços externos significa desvalorização da moeda, encarecimento das exportações, elevação do custo de vida no país, isto é, exatamente a mesma coisa que vem sendo feita até aqui, com as piores consequências para a economia nacional, em geral, e para os trabalhadores, em particular.

Compra dos excedentes

Outro forte elemento inflacionário será a compra pelo governo dos 6 ou 8 milhões de sacas excedentes da safra de 1959-1960. As bases de compra, já fixadas pelo IBC, são de 3 mil cruzeiros por saca. Se os excedentes forem de 6 milhões de sacas, o governo terá que desembolsar 18 bilhões de cruzeiros; e se forem de 8 milhões, o desembolso subirá a 24 bilhões. De onde sairão mais estes cruzeiros para o café? De novas emissões inflacionárias.

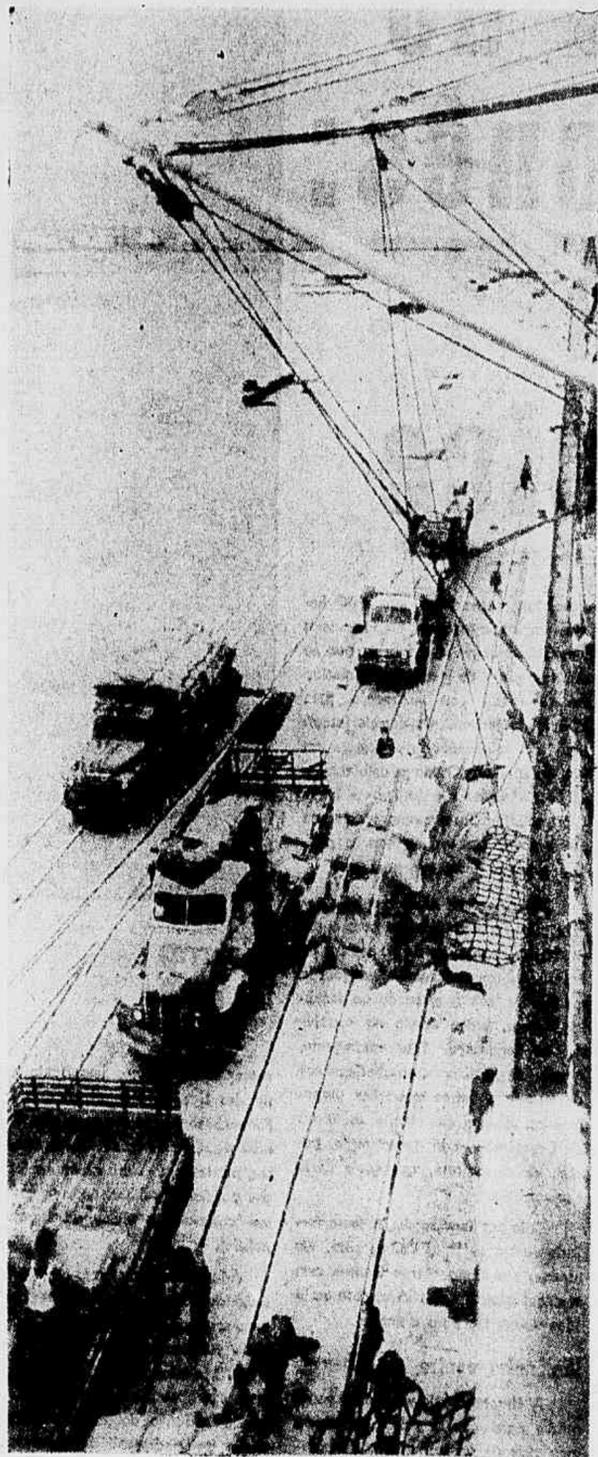
Duas opiniões

A propósito da política traçada pelo governo para a comercialização do café na presente safra, até mesmo um jornal como o «O Estado de S. Paulo», no seu Suplemento Comercial e Industrial de 30 de junho último, é levado a reconhecer: «É evidente que a nova política cafeeira se traduzirá num impacto inflacionista enorme».

Ainda sobre o assunto, isto é, sobre a política de financiamento oficial do café, transcrevemos aqui um trecho de trabalho do economista Aluísio Peixoto, do BNDE, publicado na Revista do Conselho Nacional de Economia, no qual se afirma: «Esse volume de crédito se expressa ainda mais significativamente quando se vê que, em apenas 18 meses, isto é, entre janeiro (inclusive) de 1958 e junho de 1959, o seu incremento foi da ordem de Cr\$ 38,5 bilhões, ou seja, mais de Cr\$ 2 bilhões por mês. Mais ainda: todo esse fabuloso volume de dinheiro se aplica para financiar estoques de café comprados pelo IBC. Não se trata, pois, de financiamento à produção ou ao comércio que interessam à economia nacional. Trata-se de financiamentos que apenas resguardam e solidificam os interesses de uma classe: a dos cafeicultores, isto é, daqueles que apregoam falsa e deliberadamente que o que é bom para eles é bom para o Brasil.»

Liquidação das letras do B. do Brasil

Ao apagar das luzes de 1959, a SUMOC baixou uma instrução — de número 192 — transferindo para o mercado livre quase todos os produtos de exportação (exceto café, cacau, petróleo, mamona). De acordo com essa instrução, os exportadores receberiam por dólar de produto exportado tantos cruzeiros quantos valesse o dólar no câmbio livre; entretanto, nem tudo lhes seria pago em dinheiro; uma parte, precisamente o que excedesse de 130 cruzeiros, seria paga em letras do Banco do Brasil vencíveis a 6 meses e rendendo juros de 6 por cento ao ano. O sistema começou a vigorar em janeiro e, portanto, neste mês de julho começam a vencer as primeiras letras (até o fim do ano deverão ser resgatadas todas as emitidas até junho). As exportações compreendidas na mencionada instrução proporcionaram ao país, no semestre, um total aproximado de 210 milhões de dólares. Calculando-se o dólar no câmbio livre à razão de 188 cruzeiros (média do primeiro semestre), obteríamos que até o fim do ano o governo terá que desembolsar no pa-



Mais café menos dólares

gamento dessas letras cerca de 12 bilhões de cruzeiros. De onde retirá-los? Só há um recurso: as emissões.

Ofensiva patronal

Esses são alguns aspectos importantes da economia do país no segundo semestre. As perspectivas são, portanto, de agravamento da inflação. Entretanto, no momento em que os trabalhadores se lançam à campanha pelo aumento do salá-

A política do café adotada pelo governo brasileiro consiste em transferir para toda a população os prejuízos decorrentes da baixa do preço do produto em dólares. Em tudo isso, lutam apenas os cafeicultores.

rio mínimo, a imprensa a serviço dos interesses patronais começa a difundir a falsidade de que «se houver aumento de salário mínimo os preços subirão». Os trabalhadores, entretanto, perguntam: e por que os preços já subiram sem que tenha havido aumento do salário mínimo? As causas da carestia, como vimos, são bem outras e o aumento de salários surge, aqui, não como um fator de agravamento, mas como simples recurso dos assalariados para poder sobreviver.

Nota Econômica

Tanto por quem o diz, como pela posição que ocupa, reveste-se de grande importância o discurso pronunciado há poucas semanas pelo sr. Válder Moreira Sales perante a Câmara de Comércio de New Orleans, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, grande banqueiro e próprio homem identificado com a política conciliadora do governo Kubitschek, não pode, por isso mesmo, o pronunciamento do sr. Moreira Sales ser acolhido de jacobinista ou extremado. Baseando-se só e só nas próprias estatísticas oficiais norte-americanas, deu o sr. Moreira Sales uma resposta esmagadora aos que vivem glorificando o capital estrangeiro, ou aos que a ele atribuem o papel decisivo nos progressos obtidos pelo Brasil em seu desenvolvimento econômico. São palavras do sr. Moreira Sales: «Visando, contudo, o assunto de um ponto de vista estritamente estatístico, e utilizando as fontes dos Estados Unidos, vemos que no período 1950-1958 o valor dos investimentos diretos dos Estados Unidos no Brasil aumentou em mais de duas vezes, de 614 milhões para 1 bilhão 345 milhões de dólares. Esse aumento é impressionante levando-se em conta que no mesmo período as companhias norte-americanas ganharam no Brasil 761 milhões de dólares, ou 80 milhões de dólares a mais do que o aumento do valor dos seus investimentos. E mais adiante: «...no período sob consideração, a renda destas companhias excedia o investimento de capital em 57 milhões de dólares. A essas cifras deveria ser acrescentada uma soma para a qual não existem estatísticas disponíveis, na forma de royalties e taxas para a assistência técnica e a administração.»

Que indiquem estas palavras do embaixador Moreira Sales? Que longe de funcionar como um fator impulsor do nosso progresso, o capital norte-americano atua como uma bomba de sucção. Com efeito, enquanto o aumento das investições em nove anos (1950 a 1958) foi da ordem de 701 milhões de dólares, os lucros aqui auferidos ascenderam a ordem de 761 milhões de dólares. Tratase, portanto, não de investimento norte-americano no Brasil, mas de investimento de capital nacional nas empresas norte-americanas.

Mas, esses números, como assinala o embaixador Moreira Sales, não dizem tudo. Há que levar em conta, ademais, as remessas sob a forma de royalties e taxas para assistência técnica e administração. Ora, apesar de não haver estatísticas específicas, qualquer funcionário da SUMOC sabe que são precisamente os royalties, a assistência técnica e a administração que constituem o grosso, a quase totalidade do item Serviços diversos do nosso Balanço de

Dicionário

Desconto e Redescoto

O redescoto é uma operação bancária que consiste, como o nome indica, no desconto de um valor mercantil já anteriormente descontado. Tomemos um exemplo: a firma A vende à firma B mercadorias no valor de 1 milhão de cruzeiros, a serem pagas no prazo de 120 dias, suponhamos. Sucede que, tendo efetuado a venda, a firma A tem necessidade de dispor da quantia antes do vencimento do prazo do pagamento, ou, mesmo, imediatamente. Para isso, toma as duplicatas referentes à venda das mercadorias à B e dirige-se a um banco solicitando-lhe que as desconte, isto é, que chame a si a dívida de B, em troca de uma taxa de juros determinada. Aqui no Brasil, a taxa máxima de juros admitida por lei (mas quase sempre violada pelos bancos, em face da inflação) é de 12 por cento ao ano, ou 1 por cento ao mês. Assim, no caso em apreço (1 milhão de cruzeiros, no prazo de 120 dias, a 12 por cento ao ano), a firma A receberá do Banco 960 mil cruzeiros, isto é, suas duplicatas sofrerão um desconto de 40 mil cruzeiros.

Por sua vez, de posse das duplicatas, o banco que as descontou — geralmente depois de prévio entendimento com a Carteira de Redescoto do Banco do Brasil — levava à mencionada Carteira, transferindo para ela a dívida de B, também em troca de determinada taxa de juros, em favor da Carteira de Redescotos. No Brasil, a taxa de redescoto é de 8 por cento. No nosso exemplo, o banco entregaria à Carteira as duplicatas já descontadas pagando de juros 26.666 cruzeiros (1 milhão de cruzeiros, no prazo de 120 dias, a 8 por cento ao ano), isto é, receberia 973.334 cruzeiros líquidos.

No final da operação apresentam-se, pois, os seguintes resultados: a firma A, que vendeu um milhão de cruzeiros em mercadorias à B, em vez de esperar os 120 dias para receber aquela quantia, recorre ao banco e recebe logo 960 mil cruzeiros; este por sua vez, transfere a dívida de B à Carteira de Redescotos, mas ao mesmo tempo divide com esta última parte do lucro que auferiu na operação inicial, devida à diferença nas taxas de juros; finalmente, em troca de 26.666 cruzeiros, a Carteira de Redescotos compra a dívida de B, que deverá ser resgatada no prazo do seu vencimento.

Em geral, as operações de redescoto são feitas pelo Banco Central, em cada país. No Brasil, deveriam ser feitas pela SUMOC, que faz as vezes de banco central. Entretanto, são feitas por uma carteira do Banco do Brasil, entidade de economia mista, controlada pelo governo. E há, ainda, outra particularidade: as operações de redescoto também são feitas, aqui, sobre empréstimos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

A maior ou menor facilidade no desconto (e redescoto) de títulos está relacionada, geralmente, com a maior ou menor facilidade de crédito e é usada pelo governo para regular o crédito e muitas vezes com critérios políticos.

Capital Americano Tira Mais do Que Traz

Pagamento. Em cifras, são anualmente dezenas e centenas de milhões de dólares a serem adicionados ao lucro mencionado.

Seria interessante saber o que dizem a isto os que vivem a apregoar as excelências do capital estrangeiro entre nós, como respondem a esses números os Gudin e Garrido Torres, os Roberto Campos e Lucas Lopes e, também, certos prestidigitadores da SUMOC, que se dedicam a fabricar estatísticas de encomenda, «provando» justamente o oposto. E o caso de perguntar: e agora, José?

Vejamos, em seguida, em que atividades foram aplicados os investimentos norte-americanos no Brasil. Destinaram-se eles, essencialmente, ao fomento da economia nacional, foram eles um fator decisivo no desenvolvimento econômico do país, como afirmam os entusiastas? Não, responde o embaixador Moreira Sales, ao afirmar que 52 por cento de tais investimentos destinaram-se à indústria manufatureira atraída pela alta rentabilidade desse setor, em nosso país. E aqui muito se poderia acrescentar, notadamente quanto ao caráter específico de tais investimentos dentro da indústria manufatureira, à qual imprimem um desenvolvimento que absolutamente não é o que mais convém ao Brasil, segundo uma determinada ordem de prioridade. Além disso, como indicou o embaixador Moreira Sales, quando para aqui vêm esses investimentos supõem a prévia existência de condições — como um mercado interno, economias externas razoavelmente desenvolvidas, etc. — que não foram criadas por aqueles investimentos. Ao contrário, eles são apenas beneficiários de tais condições. Encontram a cama feita e só têm o trabalho de deitar-se.

Voltaremos ao discurso do embaixador Moreira Sales na próxima nota, mas desde já não podemos deixar de oferecer um reparo a certas conclusões a que ele chega. Como falar, por exemplo, de participação desse capital em nosso desenvolvimento sem assinalar que contribuição, se houve, foi objetiva, condição mesmo para a extração dos fabulosos lucros que constituem a nota marcante e o objetivo único dos capitais americanos que para aqui vêm? De fato como poderiam os imperialistas americanos retirar lucros fabulosos do Brasil se para aqui não trouxeram pelo menos algumas máquinas obsoletas? As máquinas condicionam a extração dos lucros mas não podem esconder o aspecto principal, básico: os investimentos americanos são, em primeiro lugar, uma bomba de sucção da economia nacional.

J.A.

«ESTUDOS SOCIAIS» (n.º 8)

Nas bancas do Rio e de São Paulo, na próxima semana

O oitavo número da consagrada revista marxista «Estudos Sociais» apresentará, entre outras, as seguintes matérias:

- O problema do escritor — Rui de Pina;
- Sociologia oficial versus desenvolvimento econômico — J. Migloli;
- A questão Hegel — Jacob Gorenster;
- Fatores contrários ao crescimento da produção agrícola brasileira — grupo de técnicos;
- A nova situação internacional e o problema da coexistência pacífica — Fausto Cupertino;
- O nacionalismo econômico e a coexistência pacífica — Domingos Velasco;
- Diretrizes e bases, um atentado à escola pública — Mariza e Henrique Coutinho;
- Sobre o Teatro — Bertolt Brecht.

Além destes artigos e ensaios, o n.º 8 de «Estudos Sociais» apresentará a sua habitual seção de Crítica de Livros e um índice remissivo, correspondente às quatro últimas edições.

NOVIDADES MARXISTAS em castelhano:

SOBRE LA RELIGION, de Marx e Engels. Valiosos materiais para estudo do importante problema da religião. Brachura. 330 páginas	240,00
EL PAPEL DE LAS MASAS POPULARES Y EL DE LA PERSONALIDAD EN LA HISTORIA, da Academia de Ciências da URSS — Instituto de Filosofia. Livro de palpante atualidade	270,00
MATERIALISMO Y EMPIROCRITICISMO, de Lenin. Livro indispensável para os que hoje querem se orientar acertadamente no terreno político-filosófico	270,00
BREVE HISTORIA DE LA LITERATURA CLASICA CHINA, de Feng Yuan-Chun. Com ilustrações de famosas obras artísticas da literatura classica china	120,00
UN BRILLANTE DECENIO. Coletynea de estudos, dos mais destacados dirigentes chineses, onde se vê os êxitos da aplicação do marxismo-leninismo na China Popular	220,00

Pedidos à

Livraria das Bandeiras Ltda.

RUA RIACHUELO, 342 — LOJA 2 — SÃO PAULO

Atendemos pelo Reembolso Postal. Solicitem nosso catálogo de atualidades soviéticas.

Tribuna de Debate

RENATO CUPERTINO ARENA

Vamos Brigar, Sim, Mas Sem Dar Murro em Ponta de Faca

O problema da adequação da luta de classe do proletariado com a burguesia, na atual etapa da nossa revolução, é um dos mais centrais neste debate das «Teses para Discussão». A exata e justa compreensão pelo proletariado e sua vanguarda, da necessidade dessa adequação e da forma que ela deve tomar, é de vital importância para o cumprimento de nossas tarefas revolucionárias presentes. Não é por outra razão que a tendência oportunista «de esquerda», nesta «Tribuna de Debates», se tem lançado com avidez sobre essa questão, procurando de toda forma distorcer e desvirtuar a formulação que a Declaração de Março e as Teses dão ao problema, no afã de desmoralizar e «desvilitar» a linha política proposta nestes documentos.

Segundo a oposição dita «de esquerda», a Declaração e as Teses pregam o «amainamento da luta de classes», em benefício da unidade das forças antiperfuralistas. «A própria classe operária não é devidamente considerada, uma vez que suas reivindicações são inteiramente subestimadas», grita o camarada Gracioso; «o que faz eco, indignado, o camarada Amazonas: «Ela (a linha das Teses) só pode conduzir o proletariado e as massas trabalhadoras (...) a depositar suas esperanças no desenvolvimento do capitalismo e na burguesia». Outro camarada, Calli Chade, com menor temor ao ridículo, vai mais longe e «interpreta» assim a formulação da linha pelas Teses: «Em outras palavras, ajudemos a burguesia a se enriquecer, isto é, a explorar mais e mais a classe operária».

Deixando entretanto de lado essas «interpretações» da Declaração e das Teses, e voltando-se para os próprios documentos postos em discussão, nenhum leitor honesto e sem preconceitos encontrará nêle qualquer fundamento para tais ataques. O que está dito na Declaração e repetido nas Teses é apenas essa verdade irrecusável, que chega a ser redundante de tão óbvia: que a luta do proletariado com a burguesia deve ser conduzida de forma a ajudar, e não a prejudicar («de forma adequada») os interesses do proletariado na frente única nacional e democrática, e, conseqüentemente, de forma a ajudar e não a prejudicar o encaminhamento vitorioso de nossas tarefas revolucionárias na atual etapa antiperfuralista e antifeudal de nossa revolução. Em outras palavras, isso quer dizer apenas que a luta do proletariado deve ser conseqüente e revolucionária, e não anarquista, inconseqüente e contra-revolucionária. Não fossem os exemplos passados e, mesmo, recentes, de aventuras sectárias a que os comunistas e a parcela do proletariado que os acompanha foram conduzidos — por esses mesmos apressados que hoje reclamam contra a «moleza» das Teses — e não haveria sequer a necessidade dessa advertência tão óbvia. O proletariado de qualquer país do mundo, em qualquer etapa da revolução, deve conduzir a sua luta «de forma adequada» às tarefas e aos objetivos que ele se propõe cumprir e atingir, na etapa.

A Declaração e as Teses afirmam o que nenhum dos «esquerdistas» (pelo menos publicamente) nega: o caráter antiperfuralista e antifeudal da atual etapa de nossa revolução. Daí decorre necessariamente que o proletariado não pode aspirar a uma solução radical em sua contraditória com a burguesia, nessa etapa, que, por definição e desenrolar, ainda nos quadros do capitalismo; e daí decorre também que, sendo parte da política do proletariado atuar em frente-única com os setores da burguesia que marcham (empurrados, arrastados, ou de boa-vontade — não importa, no caso) com a revolução, nesta etapa, a luta do proletariado com a burguesia não pode ser conduzida como se o objetivo do proletariado fosse o isolamento e a liquidação da burguesia. Não, ela deve ser conduzida tendo em vista que o inimigo principal é o imperialismo e que, por conseqüente, a luta contra o imperialismo tem caráter subordinativo, em relação à luta contra o regime burguês de exploração. Isso é óbvio, e é o que está nas Teses, nem mais nem menos. Isso quer dizer apenas que os comunistas não mais darão ouvidos à política aventureira que pretendia fazer de qualquer greve, por menor que fosse, uma greve geral revolucionária, que pretendia ver a véspera do socialismo em todo protesto contra a carestia.

Isso não significa entretanto, de forma alguma, nem necessária nem eventualmente, qualquer «abrandamento» em relação à burguesia. Pelo contrário: satisfaz a condição básica da coerência, da adequação, são as próprias tarefas revolucionárias da etapa atual que passam a exigir o máximo aguçamento da luta do proletariado com a burguesia. O elemento de luta com a burguesia é tanto ou mais importante que o elemento de apoio às posições antiperfuralistas da burguesia, na política do proletariado dentro da frente única nacional e democrática.

De fato, é na luta com ela, no terreno econômico e no político, que o proletariado obrigará a burguesia — por natureza conciliadora, e, relação ao imperialismo — a voltar-se contra o imperialismo, e a não mais descarregar sobre as massas populares a sua parte no ónus da opressão imperialista. E é dentro da política ampla e unitária traçada pelas Teses que os comunistas têm a sua maior, senão única possibilidade, nas atuais condições brasileiras, de promover o efetivo aguçamento da luta de classes do proletariado por suas reivindicações próprias, políticas e econômicas, frente à burguesia. Incorporando-se ao movimento real em curso na sociedade

brasileira, compreendendo e indo ao encontro do sentimento nacionalista que espontaneamente criou raízes nas massas do povo que, antes de nós, defenderam Getúlio contra o golpe entreguista de 54 — é que os comunistas podem aumentar sua influência no seio do proletariado, e fazer com que este atue no movimento de emancipação nacional sem colocar-se à reboque da burguesia, sem renunciar à sua posição necessária de independência e de luta em relação à burguesia. E por meio da política ampla e unitária traçada pelas Teses que os comunistas poderão assumir efetivamente o seu papel de vanguarda na luta da classe operária por suas reivindicações específicas. E cada conquista parcial alcançada neste caminho passará a ser um novo fator de modificação da correlação de forças dentro da frente única em favor do proletariado, e de aumento da influência dos comunistas no seio deste, desde que saibamos liderar a luta pela consolidação e pelo aprofundamento da conquista. Uma conquista parcial, uma reforma, representa assim muito mais do que o seu valor isolado; representa, as novas condições brasileiras, um poderoso instrumento de mobilização e de reforçamento da luta, nas mãos da vanguarda do proletariado.

A posição sectária, pelo contrário, é que ajuda a burguesia. Não há política de mais «amainamento» da luta de classes que a política sectária e aventureira proposta pelos ditos «duros» que frequentam esta tribuna de debates — política que muitos deles aplicaram no passado, e alguns ainda hoje estão aplicando, com os nefastos resultados que todos conhecem. O sectarismo isola os comunistas, e assim contribui para a desorganização e o recuo da luta do proletariado, para uma posição reboquista do proletariado, além de facilitar a repressão policial ao próprio movimento comunista. Não há, dessa forma, nada mais favorável à burguesia do que a peste do sectarismo nas fileiras dos comunistas. Vimos isto, claramente, na história recente de nosso Partido. Isolados das massas, porque propunham a elas palavras-de-ordem desmoralizantemente avançadas, em relação com o movimento real em curso na sociedade brasileira, os comunistas deixaram praticamente entregue ao PTB e outros grupos demagógicos e burgueses a direção do movimento operário, particularmente o movimento sindical. Só depois da política inaugurada pela Declaração de março esta situação começou a se modificar, e tem se modificado substancialmente, a ponto de hoje já podermos afirmar que os comunistas gozam de uma influência sólida e crescente no movimento sindical, e já não permitem mais que ele esteja a reboque do PTB.

A política ao mesmo tempo de luta e de unidade do proletariado com a burguesia, dentro da frente única nacional e democrática, é revolucionária, e por vários títulos.

É revolucionária porque faz avançar a revolução antiperfuralista e antifeudal, que é uma etapa no caminho brasileiro para o socialismo.

É revolucionária porque permite e favorece a acumulação de forças do proletariado, com vistas à conquista da hegemonia na frente única nacional e democrática e, conseqüentemente, à criação de condições subjetivas para a passagem, após o cumprimento da presente etapa, à etapa socialista de nossa revolução. Na aplicação da política de unidade e de luta com a burguesia, na prática dos movimentos de massa dentro da frente única, serão criadas — e já o estão sendo — condições inauditas em nosso país para a formação e a educação dos quadros de vanguarda do proletariado, e para a consolidação e crescimento do movimento operário. Em vez da meia dúzia de «escolinhas» ilegais, de triste memória, e que outro dia eram lembradas com nostalgia pelo camarada Gracioso, num de seus artigos neste debate, devemos aspirar a ter dezenas de grandes escolas legais, que possam acolher os milhares e milhares de jovens que hoje despertam em nosso país para o marxismo e o socialismo; e, mais importante do que tudo, estaremos cada dia mais adiantados nessa escola insubstituível que é a prática revolucionária da qual participam as grandes massas do povo.

É revolucionária porque atua diretamente no sentido da revolução socialista, no plano mundial, ao concentrar o fogo proletário na luta contra o imperialismo, particularmente o imperialismo norte-americano, que é o grande e último sustentáculo do sistema capitalista mundial, o grande e decisivo obstáculo à implantação do socialismo em todo o mundo. Deste ponto de vista, este fato dá aliás à luta antiperfuralista do proletariado um caráter revolucionário mais avançado que o da luta antifeudal, que visa ao cumprimento de uma tarefa da revolução burguesa, qual seja a reforma agrária. Não têm assim qualquer procedência os arroubos do camarada Gracioso e seus amigos, que pretendem se fazer passar por esquerdistas, ao advoarem uma ênfase maior na luta pela reforma agrária, mesmo em detrimento da mobilização contra o imperialismo.

É bem verdade que, para os nossos «esquerdistas», esses argumentos pouco ou nada valem. Para eles, nenhum interesse ou importância tem a organização, por exemplo, de um debate entre o Marchal Lott e os intelectuais nacionalistas, mesmo que esse debate se transforme numa efetiva manifestação de massa de acentuado caráter antiperfuralista. Não, para eles, atos como este nada têm de revolucionários; «que há de revolucionário numa tertúlia entre burgueses?» Para eles, apenas são revolucionárias aquelas proezas que se al-

guns bravos — «poucos, mas bons!» — conseguem realizar, contra tudo e contra todos; e, sobretudo, é preciso que a polícia esteja presente, dando tiros e borrachadas a granel. Fora disso, tudo é conversa, é «embelezamento do capitalismo». É simplesmente lamentável que alguns camaradas não tenham instrumento mais preciso e apurado que o cacete da polícia, para medir o caráter revolucionário de um movimento.

Na raiz desse sectarismo de nossos «esquerdistas» está uma profunda incompreensão da realidade da luta que se trava na sociedade brasileira, e do caráter da política de frente única do proletariado, proposta pelas Teses e já em execução desde a Declaração de março de 58. O elemento principal dessa política de frente única é o seu caráter de instrumento para o isolamento e a liquidação do imperialismo e seus agentes internos, em nosso país. Dois elementos acessórios se seguem ao principal: o de luta e o de unidade com a burguesia. Esses dois elementos acessórios, entretanto, estão de tal forma vinculados um ao outro, e interdependentes, que nunca podem ser desenvolvidos isoladamente; nem a luta pode esquecer a unidade, nem a unidade pode dispensar a luta, ou transformar-se em apoio puro e simples à burguesia e ao capitalismo. Se a política de luta e de unidade favorece um desenvolvimento capitalista independente do país, ela também favorece — e em escala muito maior, na medida em que for dirigida e aplicada com mão firme pelo proletariado — a criação de condições para a passagem à etapa socialista e à ditadura do proletariado. O apoio à burguesia, para que esta enfrente o seu inimigo imediato e interno — o imperialismo e seus agentes no país — se transforma em seu contrário quando representa um elemento de luta contra o aliado fundamental da burguesia no plano mundial e externo, que é o sistema capitalista mundial, hoje escorado no imperialismo norte-americano; e se transforma também em seu contrário, quando representa um caminho para a acumulação de forças pelo proletariado e para a conquista, por este, da hegemonia entre as correntes antiperfuralistas e democráticas que participam da frente única. Só a história, a prática é que decidirá qual dos dois contrários prevalecerá, e até quando; e depende também da formulação e aplicação de uma política justa por parte dos comunistas que ela decida a favor do proletariado.

Nossos «esquerdistas», entretanto, não vêm nada disso na política de frente única. Não vêem o elemento principal — o isolamento do imperialismo e seus agentes internos. E dos dois elementos acessórios dessa política — a unidade e a luta com a burguesia — só enxergam um, o de unidade, e ficam obcecados, cegos por ele. Eles, que reagem a tudo como se o inimigo principal fosse a burguesia, e não o imperialismo ouvem falar em aliança com a burguesia e arregalam os olhos, qual púdicos beatos, às quais se propuzesse um pacto

IGNÁCIO JOSÉ DA GAMA MEDEIROS (E. Guanabara)

Como Entender?

Oportuníssima a nota da comissão de debates publicada nos dois números de NOVOS RUMOS. Concordamos plenamente, até porque, já veio atrasada. Relembro o conceito partidário do debate.

É nosso dever estreitar contatos com os materiais teóricos, daí sobrevivendo o conhecimento dos homens através suas idéias, pois, concomitantemente ao que transmitem, se revelam. O novinho que leu as Teses e que acompanha sua discussão na tribuna de debates, com interpretações, adaptações, confirmações e tergiversações de todos os tipos, embora com o melhor propósito de contribuir, sente certa perplexidade ao ler determinados artigos, pois aprendeu que os princípios marxista-leninistas devem valer para toda a etapa da revolução, para sua atividade política e até mesmo à sua conduta pessoal, porém, apesar dessa confusão, ficou patente que a luta de classes é uma constante na sociedade capitalista, o essencial, e, por isso mesmo, poderá ser ver na incomodante posição sectária, não obstante os esforços que realize para não trilhar por tal senda.

Temos a impressão que se forem vencidas certas concepções deformantes da realidade brasileira, consubstanciadas nas Teses, com as quais nos opomos, teremos a magna reunião dos comunistas, de onde sairá importante documento reitor às nossas atividades futuras. Temos fé mesmo, que isto ocorrerá. Mas, até lá, vejamos o que se passa nas Teses, onde, uma formulação originária da Declaração não nos onocenceu. Refiro-nos àquela que trata dos setores de latifundiários na frente única. Convém dizer nessa altura que em todas as oportunidades possíveis procuramos discutir e também aplicá-la, por entendermos ser esta a decisão partidária, com o que obtivemos, de outro lado, os subsídios à sua análise crítica, oriunda desse processo de aplicação prática, como aliás, não tem recomenda a introdução da referida Declaração.

Sentimos desvanecer tal formulação, por imposição mesma da própria vida.

com o diabo. «Embelezam» a burguesia de tal forma que a enxergam por toda parte, exagerando ao máximo a sua força e o seu papel no Brasil de hoje. E naturalmente não compreendem que se possa falar em aliança do proletariado com a burguesia; preferem uma política de isolamento que nos deixe «inúteis» a influência burguesa, mas que, na prática, deixa à burguesia a liderança e a hegemonia da luta pela emancipação e pelo desenvolvimento do país.

Vejam-se, por exemplo, o artigo do camarada Amazonas. Ele cita a conclusão das Teses à luta pelo reforço dos setores nacionalistas do governo, e exclama, escandalizado: «mas estes setores não são burgueses?! Sim, camarada Amazonas, são burgueses. Mas, para que isso pudesse constituir motivo de estranheza seria preciso que os outros setores, que se pretende substituir, também fossem, no mínimo, burgueses, e que não houvesse distinção entre os diversos setores da burguesia. E o camarada Amazonas procede como se assim fosse; «embelezam» de tal forma a burguesia que a torna perfeitamente homogênea, e a coloca na posse de todo o poder do Estado. A realidade, no entanto, é bem outra. Não somente a burguesia está dividida, sendo que uma considerável parte dela está estreitamente associada com o imperialismo, como ela ainda divide o poder com os latifundiários. Assim, o setor nacionalista da burguesia é minoritário no governo, e a palavra-de-ordem de reforço de suas posições é progressista, embora ninguém pretenda com ela mudar o caráter de classe burguês do Estado. E o reforço dos setores nacionalistas do governo representará também, necessariamente, o reforço da posição do proletariado na frente única.

O pior é que nossos «esquerdistas», se rejeitam o caminho da frente única, não têm outro a propor, além de um amontoado de velhos chavões, que se resumem num único tema: «errar fileiras, e esperar; quando a revolução cair do céu, estaremos prontos para a luta!» Querem ou tudo ou nada, e de uma vez. Querem o caminho reto, puro e sem escalas para o socialismo.

Não é preciso ser comunista, nem versado em marxismo-leninismo, para preferir o caminho reto ao caminho tortuoso, o caminho limpo ao obstruído. Mas qualquer motorista de caminhão do interior brasileiro, sem ser comunista, também sabe que, muitas vezes, sua mercadoria apodrecerá e ele perderá seu dinheiro, se não esperar que as estradas, nem que a lama desapareça das estradas, para então fazer uma viagem rápida e sem percalços. Os comunistas brasileiros estão como este motorista. Eles não querem que apodreça a sua mercadoria revolucionária, nem querem perder o encontro com a sua revolução, o proletariado. Eles vão, por isso, trilhar o caminho indicado pelas Teses; apesar de difícil, às vezes lento, e ainda com muitos trechos a desbravar e conhecer, este é o caminho brasileiro para a libertação nacional e para o socialismo.

J. CAMARA FERREIRA (São Paulo)

Algumas Observações

Em primeiro lugar desejo manifestar minha satisfação pela publicação da Nota da Comissão de Debates, de 7 do corrente. Creio que ela ajudará a manter o debate dentro do terreno dos princípios e será uma arma de defesa da unidade do Partido. Esta é uma questão que jamais podemos perder de vista. E neste sentido não bastam as afirmações unitárias. É necessário que os atos correspondam às palavras.

Ninguém tem dúvida de que o debate se fazia necessário. Todos sentíamos não apenas a necessidade de definições mais precisas a respeito de determinados problemas, mas também de liquidar-se com uma situação anômala, criada com a revogação, pela realidade, do Programa de 54. Todos sentíamos a necessidade de uma direção eleita e fortemente prestigiada pelo coletivo do Partido. A luta interna era e é indispensável. Mas ela tem de ser travada dentro de determinados limites. Os limites impostos pela conveniência do Partido.

Por isso mesmo, creio que o debate foi mal iniciado. Creio que alguns artigos publicados inicialmente contribuíram para criar um ambiente mau, muitas vezes de luta sem princípios e fora dos organismos, com prejuízos para o conjunto do Partido.

Ao travarmos a luta interna, devemos ter sempre bem presente que ela deve contribuir para o fortalecimento do Partido e que esse fortalecimento se fará em torno das opiniões aprovadas pela maioria do Partido. E cada um de seus membros deve ser bastante modesto para, lutando embora por seus próprios pontos de vista, considerar que o ponto de vista vitorioso pode vir a ser o defendido por outros camaradas e que isto constituirá o certo para o Partido, a partir de então. Por isso mesmo, toda tentativa de menosprezar as opiniões de terceiros, ou de formular críticas desarrazoadas, só pode ser prejudicial ao Partido.

Outra questão é a do limite de tempo. Se há normas que devem ser respeitadas, também deve haver limite de tempo. A profundidade das divergências não significa que o assunto em debate possa ser melhor esclarecido com o passar de muitos meses.

A esta altura, por exemplo, o debate já está praticamente esgotado. Os camaradas que tiveram condições de tomar conhecimento deles já compreenderam quais os pontos básicos da divergência. E ainda quando não tenham condições teóricas para distinguir de que lado está a razão terço, sem dúvida, o necessário bom-senso e o justo espírito revolucionário para justificar, diante de si mesmo e do Partido a posição assumida.

Alguns problemas em discussão

Muito embora não tenha a pretensão de acrescentar qualquer argumento novo sobre as questões em debate, desejo afirmar minha própria posição.

Creio que a Declaração, e com muito maior razão as Teses, constituíram um avanço importante, tanto no sentido de nossa autocritica de princípios, quanto no da pesquisa do caminho brasileiro da revolução. Na minha opinião, a concepção estratégica e tática das Teses está perfeitamente justa.

A predominância da contraditória com o imperialismo norte-americano, por exemplo e uma realidade que já na discussão do Programa começava a se impor e se aprofundar

a ser mais discutida foi porque certamente o clima não era então muito favorável a essas «especulações». A existência de uma contraditória principal entre as duas fundamentais decorre da própria realidade brasileira e ainda quando queiramos fechar os olhos a isso, ela acaba se nos impondo.

Por outro lado, é evidente que da frente única para a luta contra o imperialismo podem participar certos setores de latifundiários. Mesmo quando essa participação seja parcial, momentânea, vacilante, etc. ela pode, deve existir. E na realidade, de uma ou outra forma, existe mesmo. Os criadores e inventores de gado que têm contraditórias com os trigoneiros norte-americanos colocam-se nesse campo. Também certos produtores de algodão e até alguns fazendeiros de café, na medida em que tomam posições contra o imperialismo, em que agem concretamente contra ele, situam-se no campo da frente única.

Deve isso significar que devemos considerar esse aspecto o elemento essencial do esquema estratégico das Teses? Claro que não. Aliás a formulação das Teses 25 me parece muito justa. E é de notar que ela inclui um elemento novo, o de que a revolução nacional e democrática se deve desenvolver ininterruptamente.

É evidente que a justa valorização da participação de setores de latifundiários ou da burguesia na frente única não significa que isso seja o essencial. O essencial é a mobilização das massas, da classe operária, dos camponeses, de todo o povo.

Também penso que as Teses estão certas quando se referem ao tipo de governo pelo qual devemos lutar e ao caminho pacífico. São contribuições novas e que bem refletem o esforço para aplicar, à realidade brasileira, tanto as teses do XX Congresso quanto as melhores lições de tática dos partidos irmãos. O grande problema da revolução é o das formas de aproximação, já dizia Dimitroff, ao fundamental a tática de frente popular, na década de 30.

Não é fácil encontrar-se a palavra de ordem justa, capaz de encontrar a menor resistência e ser, por isso mesmo, a mais justa. A palavra de ordem de luta por um governo nacionalista e democrático, da mesma maneira que os esforços práticos, e já algumas vezes em parte vitoriosos, pela modificação do governo que ali está, representam, a meu ver, uma forma justa de nos aproximarmos da modificação radical que desejamos. E aqui ainda uma breve observação. Ser revolucionário não é ser «radical». É, sim, saber fazer a revolução avançar.

Tenho também para mim que a questão da hegemonia está bem colocada nas teses 25 e seguintes, especialmente na tese 28. Talvez algumas formulações possam ser mais precisas. Mas creio que na essência estão certas.

Significa isto que esteja tudo muito bem na atividade e na orientação do Partido? Que não haja defeitos a corrigir?

Em minha opinião há certamente coisas a corrigir. Nas teses, sinto a necessidade de se dar mais ênfase, no conjunto, a importância das lutas de massas. E na atividade diária penso ser necessário travar mais batalhas porciais, para manter o Partido mobilizado. É necessário apelar mais para as massas. Agora temos, por exemplo, a batalha eleitoral, e isso é positivo. Mas um certo relaxamento orgânico anterior prejudicou a mobilização agora. Mesmo no terreno do trabalho de finanças, praticamente não se fazem apelos a massa. Por quê? Isso é criado? Corresponde ao «velho» Não o creio. Ainda outra questão: a da nossa imprensa. Não há dúvida de que foi um grande êxito a saída de NOVOS RUMOS. Mas o jornal diário faz falta. É ele que pode realmente travar a batalha política, enquanto a função do semanário e, por sua própria natureza, muito mais organizativa e propagandística. Entretanto, também este problema — apesar dos passos positivos já dados, para sua solução — não é colocado francamente diante das bases do Partido e das massas.

Ainda algumas observações de passagem, a respeito de questões da dia a dia. Penso que existe da parte de alguns camaradas uma certa tendência a obscurecer, com a crítica, os aspectos positivos da nossa atividade no passado. Cometeremos, sem dúvida, muitos erros, tanto no que diz respeito à orientação quanto aos métodos. Esses erros devem ser analisados, mesmo agora. Mas o passado e um patrimônio do coletivo do Partido e apresenta também muitos aspectos positivos.

Existe atualmente, entretanto, uma outra tendência a negar os aspectos positivos do presente, e isso me parece ainda mais grave. Os elementos de «censura» que negavam, há três anos atrás, qualquer possibilidade de avanço democrático, não acreditavam que o camarada Prestes e os demais dirigentes do Partido pudessem conquistar a relativa liberdade de que gozavam hoje. Os fatos demonstraram tal previsão. É igualmente a partir de então damos passos importantes no sentido da própria legalidade do Partido. Em relação à orientação sindical também e reaguel que avançamos. E o «Balanço dos Debates» constituiu também um fator sério no sentido de análise de nossos erros do passado, preparando o caminho para as Teses. Ao mesmo tempo, cresceram as fileiras dos comunistas.

Isso tudo não significa que não haja debilidades, algumas das quais apontamos acima. Creio, entretanto, que existem realmente muitas maiores possibilidades agora de avanço. O fato mesmo de se realizar um debate pré-congressual tão amplo e democrático como este constitui uma das provas do vigor da direção e das vantagens dos novos métodos que estão sendo postos em prática. Poder seria, sequer, sonhar com isto há alguns anos atrás? Creio que foi esta a razão por que, em um velho camarada operário, um primeiro comentário, assim que foram abertos os debates: «Os que querem voltar ao passado compreenderão, com o próprio debate, que o Partido não o permitiu».

É, finalmente, desejo ainda manifestar a convicção de que o Partido continuará marchando unido e confiante disposto a aprovar uma linha política e a eleger uma direção capazes de, prestigiadas por todo o Partido, conduzir-nos a novas vitórias. São Paulo, 17-6-1960.

Estado da Guanabara, 6 de julho de 1960
Ignácio José da Gama Medeiros

Tribuna de Debate

PEDRO MOTTA LIMA

Falta Uma Tese: Sobre o Desenvolvimento Cultural

As Teses não assinalam um dos mais evidentes fatores, e não mero reflexo, do surto de progresso verificado em nosso país: o desenvolvimento da cultura nacional.

Dessa lacuna poderia resultar uma compreensão insuficiente do processo histórico em curso. Porque assim teríamos uma visão unilateral do fenômeno, levando a concepções de caráter espontaneísta. As mudanças qualitativas que aguçam as contradições e, portanto, provocam o choque entre as forças antagonistas, resultariam do simples desenvolvimento capitalista, que, por sua vez, se origina da acumulação interna. Verdadeiro e, mesmo, fundamental, esse aspecto não deve ser apresentado em forma tão simplista, como causa exclusiva.

Deveria por exatidão quem dissesse que as Teses omitem o fator subjetivo, no que se refere à luta econômica e política das forças progressistas. Mas, embora sem cair num determinismo econômico de cunho mecanicista, as Teses menosprezam ainda o papel das ideias.

Orá, sendo para nós uma lei a interação do objetivo e do subjetivo, não podemos limitar nosso campo de investigação à infra-estrutura e suas reações imediatas, quer dizer, a luta de classes nas mais elementares manifestações. Merece ainda nossa atenção o processo que se desenrola parcialmente na superestrutura. Esse processo — já o assinalavam Marx e Engels, respondendo à deturpação em que se apoia a crítica reacionária — não se reduz a um eco dos motivos econômicos na consciência dos homens. Funciona, em determinado grau, ao impulso também das próprias contradições intrínsecas, adquirindo personalidade. E, condicionado basicamente pela situação econômica, sobre esta influi, em reciprocidade, orientando-a, modificando-a.

Como deviam as Teses abordar o processo de desenvolvimento na superestrutura, particularmente no que diz respeito ao movimento cultural?

Mediante a verificação do choque de ideias, não apenas dentro de um ou outro setor político ou filosófico, mas interessando a toda a sociedade. Na negação dos conceitos inexactos, sublinhando por outros, na maior aproximação da verdade, orientado o pensamento básico para o conhecimento da realidade e para a busca do sentido e dos meios necessários à sua transformação.

Qual a orientação dominante no pensamento brasileiro há quarenta anos passados? Em que rumo evoluiu esse pensamento, até nossos dias? Como vem contribuindo nossos pensadores, economistas, sociólogos, historiadores, cientistas técnicos, artistas, legisladores, homens de Estado, para formar uma opinião pública e indicar as soluções correspondentes às necessidades sociais?

Dada a limitação deste artigo, tanto pelo espaço disponível como em seus objetivos práticos, não aprofundaremos os temas ali enunciados. Seria tarefa, aliás — sedutora tarefa —, para uma equipe. E, a traços muito gerais, portanto, que procuraremos levantar essas questões.

O pensamento de há 40 anos

Até as duas primeiras décadas deste século, o pensamento dominante em nosso país estava muito mais penetrado de superstição, preconceitos pseudo-científicos, noções falhas ou inexactas, informações deficientes e, mesmo completamente falsas do que decorria um quadro bem trilhado da realidade nacional. Nosso solo, evariado por ventos alísios, segundo a versão difundida pela literatura colonialista e baseada no fatalismo geopolítico, era tido como árido ou pantanoso, muito acidentado e recoberto ora de selva impenetrável, ora de caracaras estériles, impróprio a qualquer atividade agro-pecuária e insubstancial, em cerca de quatro quintos de sua imensa área. Nesta se perdiam, ainda por cima, os núcleos de incipiente civilização, isolados uns dos outros por grandes distâncias. Quanto ao subsolo, não haveria nenhum mais pobre. Não tinhamos carvão mineral, nem petróleo, nenhuma das principais fontes de riqueza a que se atribuía o avanço dos países industriais. Nosso minério de ferro, cuja abundância seria impossível ocultar, acusaria teor por demais alto para uma siderurgia rentável, sobretudo quando carecíamos do coque metalúrgico e nossas exigidas reservas de manganês se situavam perdidamente longe.

Derivados de teorias racistas, sem o menor fundamento biológico ou histórico, insultos grosseiros à nossa população completavam a paisagem. Não passaríamos de uma sub-raça em degenerescência, mestiçagem de elementos étnicos já por si considerados inferiores: o índio «selvagem», o negro «esqueto», o «chono» português. O próprio elemento branco de nossa origem era, assim, vítima de igual desprezo por se tratar do branqueado celtalbérico, e não do dólco-leão, nórdico, o ariano do grupo anglo-saxônio que habitaria em determinadas latitudes nobres do globo, a quem estaria destinado o domínio sobre todos os demais povos. E de tal elemento bastardo não feria cabido, para a composição «híbrida» de mulatos e cafusos, o rebulhão, a ralé que por seus crimes fora condenada ao degrado. Note-se que até este último dado não é nada convincente, pois ladrões, falsários e demais criminosos não poderiam causar escândalo nem ser incómodos naquela corte de Lisboa. Os degradados teriam caído no desagrado do Santo Ofício e da Coroa, ao contrário, por motivos políticos e religiosos, do que se desprende que eram a parte inteligente, menos inculta e mais honesta da comunidade portuguesa.

Uma tal deformação de nossa geografia, era aceita, até bem pouco tempo, por historiadores e sociólogos, refletindo-se mesmo no que de melhor tivemos em arte e literatura. Só poderia inspirar uma psicologia de resignação, apatia e conformismo. Era como se pretendia explicar a fatalidade de nosso atraso, apesar de que estávamos economicamente na frente das colônias inglesas do norte, quando proclamaram sua independência e constituíram os Estados Unidos. Deveríamos continuar sendo, para sempre, um país essencialmente agrícola, de tipo não mais escravista porém latifundiário, impondo-se, através do monopólio da terra, a monocultura reclamada por um «tradicional amigo e credor» — ontem o inglês, hoje o norte-americano. A nossa incapacidade física para o desenvolvimento da indústria, resultava da inaptidão para as lavouras nobres do trigo, do centeio, do linho. Dali a teoria dos céus: pau-brasil, ouro, cana-de-açúcar, borracha e café. A dádiva da terra roxa e dos privilégios conferidos por Deus Nosso Se-

nhor à aristocracia agrária, grileiros de hoje ou herdeiros de grileiros do passado, a cuja boa vida era preciso sacrificar na nudez, na fome e no analfabetismo os crescentes milhões de bralaleiros.

A reconstituição de um tal panorama vamos referindo mentalmente autores de projeção, inclusive as figuras mais progressistas, como Silvio Romero, José Veríssimo, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, o próprio Euclides da Cunha, além dos Oliveira Vianna e outros que tais. Endoçaram, senão todas, os principais conceitos que Paulo Prado sintetizou na sua monstruosa tela — fixando, à Dorian Grey, as nascelas não confessadas do latifúndio em seu coito danado com o triste estrangeiro — o infidelíssimo Retrato do Brasil. Roberto Simonsen, padroeiro do capitalismo nacional, porém em compromisso com o imperialismo e o latifúndio, ainda sustentou que nosso atraso, em relação aos Estados Unidos, derivava de contingências geográficas, particularmente a falta de carvão. O camarada Caio Prado Júnior, se não me engano, repete esse fundamento geográfico em sua História Econômica do Brasil. Mas uma seqüência de fatos sobretudo no período posterior à segunda grande guerra, ali está a desautorizar tais concepções.

Não esqueçamos a outra face da apresentação irreal. Aquela da apologia óca, não menos arbitrária. O utianismo, de que foi mais alta expressão Afonso Celso, conde papalina e um dos derradeiros molanos da restauração monárquica. Olavo Bilac andou igualmente por esses caminhos da exaltação patriótica sem sentido realista e sem aplicação prática. «Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste. Criança, não verás país como este». Puro abstracionismo, no campo da política e da economia. Ausência do homem, abstração da realidade, que tinha o mesmo caráter de fuga, o abandono de um terreno que nos cumpre esquadriñar e defender concretamente.

Reviravolta metodológica

Foi a partir da década de 1920-30, ao surgir a corrente de pensamento marxista-leninista na arena cultural do país, que tais ideias e noções falsas deixaram de gozar a impunidade anterior. Não obstante o esquematismo e o sectarismo que os caracterizavam, os mais antigos representantes dessa nova corrente atraíram as primeiras pedras ao pantano, através de polémicas em que se mostraram incansáveis. Então o gato por lebre deixou de constituir o prato único. Terá sido apenas uma coincidência? Mas daí por diante vem-se notando no trabalho cultural uma atitude menos superficial e leviana. Maior preocupação pela pesquisa e inegável reviravolta metodológica na obra de nossos mais conceituados publicistas.

Não seria justo atribuir essa mudança exclusivamente à intervenção polémica dos comunistas brasileiros. Porque, na verdade, boa parte de nossa intelectualidade se abeberou diretamente em outras fontes, marxistas ou não, graças ao material recebido do estrangeiro. Além disso, sobre sua atitude no trabalho de investigação e criação, sua posição filosófica e seu comportamento social não podem deixar de ter influído a experiência do movimento revolucionário internacional, particularmente a revolução soviética, a construção vitoriosa do socialismo e os êxitos da luta no mundo colonial e semicolonial. Do que não se pode concluir, portanto, que se hajam tornado marxista ou simpatizantes comunistas todos os que receberam aquela influência. Mas é inegável tal influência em nossa cultura, de um modo geral, como de resto, na cultura de todo o sistema capitalista mundial. Até os países imperialistas, apesar de já vontade para com a cultura socialista e o marxismo, aproveitaram o quanto podem os resultados positivos alcançados pelo adversário ideológico, do mesmo modo, aliás, como o proletariado se serve da experiência burguesa e de todo o patrimônio cultural da humanidade, reelaborando-os e adaptando-os à construção de uma vida nova.

No vasto cenário das lutas em que estão engajados os brasileiros, pela desenvolvimento independente da economia nacional, pela utilização das riquezas naturais em nosso proveito, pela reforma agrária e outras transformações democráticas, vieram-se alinhando, os melhores expoentes de nossa cultura. Suas discordâncias com os comunistas, mesmo em pontos de doutrina fundamentais e irreconciliáveis, não impedem que tenham chegado, mais ou menos por seus próprios meios e através de caminhos diferentes, a opiniões inteiramente diversas daquelas que há quarenta anos circulavam com foros de autenticidade. Senão relativamente a todos os problemas, a alguns deles, são decisivos no momento atual. E assim que o pensamento dominante no Brasil corresponde às aspirações das forças que atuam em frente única e tendem à luta comum durante o curso da presente etapa revolucionária, nacional e democrática.

Quem não estiver convencido dessa mudança, confronte, por exemplo, os antigos rodapés do Sr. Tristão de Ataide no «O Jornal» com o que ele escreveu hoje em dia sobre alguns problemas nacionais. Como é, em menor e mais das vezes em maior grau, poderíamos citar dezenas de nomes ilustres. O caso mais expressivo é o de Monteiro Lobato, que evoluiu do Jeca-Tatu para o Zé-Brasil, do entusiasmo por «Minha Filhosota», de Henry Ford, como seu produtor e prefador, para os livros, os artigos e toda uma ação pioneira, sustentando a existência do petróleo e a possibilidade de sua exploração por

nós mesmos. E' tão poderosa a opinião progressista, não somente como opinião pública, um sentimento coletivo, uma bandeira de luta das massas populares, mas também como cerne de um pensamento novo, orientando o labor cultural, que nem os mais ferrenhos adversários podem negar a frontalmente. Nenhum deles se atreve mais a atacar o nacionalismo, sem relucos, como antinacionalista declarado. Preferem combatê-lo como o «falso nacionalismo», o «pseudonacionalismo» e outras fórmulas defensivas que tram a sua convicção prévia de derrota, denunciando aquele sentimento íntimo de incapacidade catábarca, tão evidente nos artigos em que o Sr. João Neves da Fontoura ainda insiste no propósito de alienação da soberania nacional, a favor da Standard Oil e outros trustes norte-americanos.

Porque a omissão de cultura

As Teses são omissas relativamente a esse fenômeno do desenvolvimento cultural, à influência do pensamento novo, nacionalista e democrático e por isso, quando abordam o papel de coisas importantes, o desocêrto nas relações com os intelectuais comunistas, no seu aproveitamento dentro de uma política de quadros correspondente às tarefas específicas.

AMADEU MARTIN (Estado do Rio)

A Verdade às Claras

Em primeiro lugar quero saudar os debates, que vão decidir de uma orientação para melhor, no sentido de vencer as dificuldades que ainda temos na realização de nossos trabalhos, tendo em vista as organizações do Partido e das massas para marcharmos no caminho da libertação nacional, em benefício da Nação e do povo, em direção ao socialismo.

Ao meu ver, o maior de todos os males que entravam um melhor trabalho é a não aplicação, com justiça, até o momento, do documento da «Declaração» do P.C.B. de 1958, por parte de alguns camaradas mais responsáveis que se ressentem ainda dos costumes do passado e não fazem esforços para assimilar o novo ou não o querem fazer. Devemos procurar os caminhos mais justos, isto deve ser a nossa preocupação central.

Antes da «Declaração» de 1958 a nossa tática consistia em agitação de objetivos por demais avançados. Por essa razão, não organizávamos as massas. Elas não nos acompanhavam; eram secretários, sectarismo esse que é um dos grandes inimigos do movimento operário e do povo, sem falarmos do mandonismo, da auto-suficiência, do individualismo e do esquematismo, etc.

Quero falar do primeiro por ser o mais prejudicial. A burguesia era vista como inimigo, só os operários e camponeses é que eram vistos como material para avançar. Os Partidos eram todos iguais. Exemplo: «Danças das letras», PR, PSD, UDN, etc., eram todos a mesma coisa.

Os aliados e amigos eram vistos com desconfiança. Se um camarada falasse com um deputado ou um vereador que não fosse eleito pelos comunistas já era motivo de suspeita, e que o mesmo estava sendo ganho para a ideologia da burguesia. Se um camarada dançava, dizia-se logo que estava com minhoça na cabeça. Os intelectuais e os aliados eram subestimados pelo Partido. O motivo era que estavam cheios da ideologia do inimigo e transportando-a para dentro do Partido. Outras coisas não preciso citar por que os camaradas sabem.

Não estou dizendo nada de novo, é apenas para lembrar. Quero dizer que isto não era feito de propósito, alguns assim procediam pensando estar ajudando e que estava certo, inclusive eu. Havia um sectarismo aguçado em consequência do culto à personalidade. Todas estas coisas traziam um tremendo prejuízo para o movimento operário em nossa Pátria. Com a «Declaração» do Partido concebi a sentir que o mesmo abria caminhos novos, ligação com as massas e todas as camadas sociais, e com os partidos políticos. Estava, ao meu ver, no caminho das coisas certas, das facilidades, das organizações, dos entendimentos, de se viver não no subjetivismo mas no que há de mais objetivo. Sinto que vamos ganhando a confiança das massas e dos aliados. Temos que fazer política com todos, procurando respeitar opiniões e aceitar sugestões sem prejuízo para o movimento revolucionário. Ainda hoje alguns camaradas atuam com imposições, esquematismo, com sectarismo, auto-suficiência e patronismo junto às massas. Isto traz prejuízos, não pode unir, e ninguém gosta deste tratamento.

Mais adiante, ainda como perspectiva, sem fixar a realidade presente, uma das teses programáticas alude superficialmente também ao problema cultural. E' a tese n. 45, que, tratando especificamente da Educação e da Saúde, faz ligeira referência à cultura nacional, para fundamentar o princípio de que é básico o papel do Estado no âmbito do ensino, em seus diferentes graus. Eis tudo quanto é dito a respeito: «O progresso da nação brasileira precisa ter» como um de seus componentes o florescimento de uma autêntica cultura nacional e democrática, constituída de dever do Estado proteger e estimular, material e moralmente as manifestações desta cultura.

Aquêle precisa ter, que está trazido na transcrição, é por demais eloquente. Não se trata de mero lapso, de um esquecimento do problema cultural. Essas referências indicam que ele entrou em pauta. Mas não foi tratado devidamente. Continuou sendo menosprezado, com a estreiteza sectária que vem de longe e explica, entre outras coisas importantes, o desocêrto nas relações com os intelectuais comunistas, no seu aproveitamento dentro de uma política de quadros correspondente às tarefas específicas.

Tentei levantar esta questão em dois artigos, escritos há seis anos, para o debate que antecedeu o IV Congresso. No primeiro desses artigos investigava o porque da subestimação a respeito da cultura e das atividades intelectuais. No segundo, procurava estudar as diferentes manifestações dessa substi-

mação, no trato com os intelectuais comunistas e na atitude do Partido para com a intelectualidade e o trabalho cultural. O controle do debate afogou essas opiniões, recusando-lhes espaço. E esse comportamento da direção confirmou, na forma contundente que lhe é peculiar, o desprezo pelo tema e, sem dúvida, a discriminação, sistematicamente provada, contra a origem do quadro intelectual — a mesma, aliás, embora guardada a distância de Marx, Engels, Plekanov, Lenin, Mao Tse-Tung, para citarmos somente os maiores comunistas de origem intelectual, que aqui não teriam vez.

O porque da subestimação da cultura tem suas raízes no extremismo da posição geral, relativamente à questão nacional. E' ao radicalismo de fundo subjetivista que se deve o desinteresse pela Nação, quanto a alguns de seus elementos básicos. Isso, porque o doutrinarismo parte, no seu estilo primário, de um dogma tomado abstratamente: «o proletariado não tem pátrias. Situa-se por antecipação no plano da completa realização comunista, em escala mundial, supondo que os problemas nacionais são problemas burgueses. E, movido por seu escrupulo «esquerdista», o doutrinarismo entrega a bandeira das reivindicações nacionais e a hegemonia prática, na etapa em curso, à burguesia e à pequena-burguesia, embora continue exigindo previamente a hegemonia da classe operária, como

uma determinada situação. Devemos, isto sim, formar um bloco maciço e irresistível com todos os antiperistas para a emancipação econômica do Brasil.

No momento, é esta a tarefa para melhor satisfazer ao povo e a Nação. Não devemos dispersar nenhuma força nesta luta mesmo com as suas contradições internas, pois do contrário prejudicaremos a luta contra o imperialismo norte-americano, que é a tarefa mais importante.

As «Teses», no meu entender, abrem caminho para a conquista pacífica pelo poder, em etapas, e não exclui a intensificação das lutas de classe, facilitando as organizações de massas e do Partido.

Não podemos ser revolucionários em palavras e sim na prática. Por quê? 1) — Não é traçando tática e aglutinando forças fora da realidade que se pode avançar. 2) — Isto é prejudicial, mesmo parecendo para muitos uma posição cem por cento partidária, com as vistas voltadas para o passado do PCUS, não levando em conta nossos costumes, religiões, épocas, etc., nas condições do mundo atual. 3) — A revolução se faz avançando e não parado no lugar, com uma tática na mão que não corresponde com o campo da luta, gastando cartuchos e desgastando material humano.

Há um equívoco entre alguns camaradas em dizer que o Partido está se diluindo e perdendo o seu caráter partidário. Afirmando que isto não tem nada a ver com a linha traçada na «Declaração» de 1958, e sim por parte de camaradas que subestimam a «Declaração» de 1958. A esse respeito temos um exemplo bastante convincente: no setor onde estou atuando, enquanto a «Declaração» não era compreendida e posta em prática, o Partido diminuiu de seus efetivos; quando passamos a compreendê-la e pô-la em prática, passamos a recuperar os seus efetivos, aumentamos, melhorando o trabalho. Entretanto, temos muito que fazer para superar as debilidades ainda existentes dentro de nossas fileiras. Existe, sim, um liberalismo nas organizações do Partido, trabalho não controlado que dificulta uma melhor disciplina consciente e partidária, mas, isso, meus camaradas, não tem nada com a «Declaração» e as «Teses» em discussão, como alguns levantam. Digo isso porque os que pensarem ao contrário não encontrarão na «Declaração» e nas «Teses» tal argumentação. Por outro lado, acho sim, que as «Teses» são longas, podiam ser mais resumidas para uma melhor apreciação por parte da maioria dos militantes que têm dificuldades de ler e debater, devido a ainda não serem os trabalhadores protegidos por facilidades escolares como em outros países mais avançados.

Camaradas! Devemos fazer todos nós o debate dentro dos princípios partidários, sem auto-suficiência. Embora os pontos-de-views sejam contrários, nosso Partido dará a palavra final, com uma direção que vá dar cumprimento às mesmas decisões.

condição para que sejam incluídas outras forças na frente-única por nós préfabricada.

Sabemos que, teoricamente, a Nação se constitui de quatro elementos: continuidade territorial, comunidade de interesses econômicos, língua e cultura. Basta que falte um só desses elementos para que a Nação não exista como tal. Nós como partido nos preocupamos com um desses elementos acima de tudo, o econômico. Defendemos o território, se bem que não tão sentidamente, conforme se vê da débil posição no caso de Fernando de Noronha, em grau muito inferior ao da defesa do petróleo, dos minérios atômicos, do mercado interno, do desenvolvimento independente de nossa economia. Da Língua nacional nem cogitamos — por sinal, muito maltratamos. Quanto à cultura, é o que se vê. A iniciativa de uma conferência interna há mais de dez anos, para o estudo, pelos intelectuais comunistas, dos seus problemas, versou apenas sobre temas éticos e ideológicos, baseando-se em materiais teóricos dos partidos irmãos, sobretudo do P.C.U.S., numa alta de mira, portanto, muito elevada para as nossas condições peculiares. Nossa participação na Conferência de Guáiana, com intelectuais de diferentes tendências, não obstante a primazia dos objetivos políticos — a alta política da paz mundial e da defesa nacional — marcou ainda assim uma exceção louvável. Mas não passou de uma exceção, sem consequência.

Nosso trato com os intelectuais

Quando ao trato com os intelectuais comunistas, só podia corresponder a essa subestimação da cultura. O intelectual não tem o que fazer especificamente na sua atividade partidária. Batemos ao peito, autocríticamente nos pela subestimação do trabalho com os intelectuais. E é comovente o esforço de certos camaradas — bem poucos — ao fazerem das tripas coração no afã de entenderem-se com aqueles bichos estranhos. Falar a linguagem que eles compreendam, descer às suas «questionculas». Prometemos maior atenção à sua frente — mera abstração — e ao invés disso não se realiza nenhum trabalho cultural, mas apenas o mesmo «trabalhinho» com os intelectuais, para fazerem atuar num círculo de finanças, num comitê pré-candidaturas, em organizações pela paz ou pela emancipação nacional. Nunca em tarefas realmente culturais, que por sua natureza influam também, e poderosamente, para a realização dos demais objetivos de nosso povo e nossa pátria. Nunca, em forma adequada, nas associações profissionais, nos clubes, nas academias, ali onde esteja organizada a massa de trabalhadores intelectuais. E' como se pretendêssemos continuar propondo altas questões políticas aos operários — tal qual fazíamos ainda recentemente — desinteressando-nos por seus problemas imediatos, o salário, o repouso semanal remunerado, as férias, as reivindicações do dia a dia na vida sindical. Se tal experiência foi negativa com os operários, que esperar de sua repetição junto aos intelectuais?

Tinha de ser o intelectual o menos seguro de si mesmo, dentro de nosso movimento, quando o XX Congresso do P.C.U.S. nos revelou tantos erros, e começamos a reconsiderar métodos e restabelecer princípios. A procedência de classes não proletárias exerceu evidentemente sua influência má. Cada intelectual ainda não assimilado pelo partido, por culpa dessa política falsa, entrou em crise, sentiu-se um corpo estranho no destacamento de vanguarda da classe operária. Graças a esforços honestos, voltaram muitos e tendem outros a voltar às fileiras de uma causa que é sua também. Mas: para que se saiam os velhos danos e se trabalhasse convenientemente, é mister que nossa autocrítica não fique em palavras.

Começemos voltando nossa atenção para a realidade na superestrutura social. Extraiamos dessa realidade a tese correspondente. Talvez possamos formulá-la mais ou menos assim:

Tese: — A medida que as condições econômicas aprofundavam o fossô entre a nação, de um lado, e, do outro, o imperialismo norte-americano e seus agentes, entre as forças produtivas crescentes e as relações de produção baseadas no monopólio da terra, desencadeava-se no campo das ideias uma luta renhida. Através do conflito entre as duas culturas, expressão, a cada momento, das forças sociais antagonistas — em última análise, o duelo milenar entre os dois partidos filosóficos, o idealismo e o materialismo entre os dois métodos, o metafísico e o dialético — uma opinião veio-se definindo. Isso, através de árdua e prolongada luta. Luta no jornal, no livro, na cátedra, na tribuna pública. Não obstante a tremenda desigualdade de meios, dispondo as forças nacionais e reacionárias de abundantes recursos para desinformar, confundir e corromper, essa luta de várias décadas permitiu a substituição das velhas e superadas concepções por concepções novas e fecundas. Estas foram sustentadas pela vanguarda da classe operária e, gradativamente, por outras forças populares, pelo movimento estudantil, por importantes setores da intelectualidade, ensinadas nas escolas, utilizadas no labor científico e tecnológico, atingindo em seus postulados centrais a maioria ativa da sociedade, refletindo-se, por fim, em prestigiosas instituições e em órgãos e atividades estatais, para integrarem-se definitivamente no patrimônio cultural do Brasil. Nossa cultura se distingue, na atual etapa da revolução, por um pleno florescimento, que já está a serviço da causa antiperista, e antifundada, e é preciso estimular, sobre a base da reelaboração crítica de toda uma herança positiva, legada a nós pelos mais destacados representantes do pensamento brasileiro, desde os primórdios da formação nacional.

Encerramento do Debate

A comissão responsável pela «Tribuna de Debate» comunica a todos os companheiros que, de acordo com as normas estabelecidas para a presente discussão, o prazo para recebimento dos artigos e cartas destinados a publicação expira no dia 29 de julho.

Tribuna de Debate

H. MACEDO

Alguns Aspectos do Papel da Burguesia na Revolução Brasileira (III)

Reforma ou revolução

O problema pode ser colocado ainda de forma diferente: qual o tipo de contradição que opõem as diversas classes da sociedade brasileira à burguesia imperialista? Se estas contradições são antagônicas a sua resolução só poderá ser feita por um salto revolucionário. Se, porém, forem não-antagônicas, a evolução poderá seguir um caminho reformista.

A contradição entre o proletariado e o imperialismo é, evidentemente, uma contradição antagônica pois é um aspecto da contradição mais geral entre o trabalho e o capital. Resolvê-la segundo reformas é inadmissível. O único caminho que leva à libertação nacional acompanhada pela libertação social do proletariado é o caminho revolucionário.

Entre a burguesia nacional e a burguesia dos países imperialistas as contradições são não-antagônicas. Podem ser superadas por uma reforma. A libertação nacional, para a burguesia, não significa a instauração de um regime social qualitativamente novo que liquide a exploração do homem pelo homem. A libertação nacional para a burguesia é um processo evolutivo que passa por transformações graduais (o que não implica, necessariamente, em não assumirem, às vezes, caráter agudo) por diversas etapas da formação de um estado capitalista.

Esta característica permite apreciar outra questão: quando, para a burguesia brasileira, por exemplo, está conquistada a independência nacional? A independência não pode, é claro, envolver uma resposta unívoca e precisa. A independência nacional sob a égide da burguesia não terá (salvo em mesmo formalmente) um 7 de setembro. O que ocorrerá será a gradual transformação das contradições da sociedade brasileira. A contradição antagônica classe operária-burguesia, que hoje não é dominante no país, irá pouco a pouco determinando o desenvolvimento social. Quando o país estiver industrializado, com o capitalismo no campo (ou em grande parte dele), entrado como país capitalista no sistema mundial do capitalismo, então ela será a contradição dominante e uma nova etapa da revolução brasileira se iniciará — a da revolução socialista que só o proletariado pode conduzir.

Contradição burguesia-imperialismo

Examinemos mais de perto as contradições que opõem a burguesia ao imperialismo no Brasil. Além da contradição que a opõe ao imperialismo no mercado interno (onde são concorrentes) uma contradição não menos importante é a que ocorre no terreno das relações comerciais internacionais.

O problema coloca-se com agudeza para o Brasil: o desenvolvimento das forças produtivas só pode ser realizado através de uma etapa inicial mais ou menos longa de absorção da tecnologia estrangeira avançada. É uma etapa em que grande parte da capitalização é conseguida pela transformação dos processos de produção e pela introdução de novos processos. Para realizar estas transformações o caminho viável é o da importação da técnica estrangeira. Importação não só de máquinas como de técnicos e da tecnologia.

O financiamento desta importação deverá ser feito às custas da exportação tradicional do país enquanto não for possível entrar no mercado internacional da venda de manufaturas ou elaborar no próprio país a tecnologia necessária. O choque com o imperialismo é, então, inevitável. As divisas da exportação não conseguem financiar a importação desejada pela burguesia. A política geral do imperialismo tenta manter em níveis baixos os preços do café, das matérias-primas, etc. A situação leva a crises cambiais, à inflação. A contradição não tem um caráter conjuntural mas constitui elemento inerente ao próprio processo de desenvolvimento capitalista.

As formas realizadas no Brasil para superá-las são de grande atualidade. A burguesia sustenta, artificialmente, os preços externos do café, subvencionando-o internamente por um processo inflacionário em que a redistribuição de renda é feita, relativamente, às custas das massas trabalhadoras das cidades e do campo. A receita de divisas é seletivamente utilizada para a importação de matérias-primas e máquinas indispensáveis à indústria. Para fomentar o aumento das forças produtivas são oferecidas vantagens a indústrias de alto coeficiente de multiplicação como a da automotiva, de construção naval, mecânica pesada, etc. Embrionariamente tentam modificar os sistemas vigentes de formação de técnicos e da técnica nacional (18).

(18) A mais recente iniciativa da burguesia brasileira — a COSUPI — destina-se a modificar a estrutura universitária brasileira e os moldes tradicionais do ensino superior através da criação de institutos destinados ao fomento de atividades tecnológicas. Apesar de erros e defeitos do plano original,

apesar da oposição de muitos setores universitários e científicos, o programa da COSUPI está crescendo e recebendo apoio e estímulo dos meios industriais. (Ver E. L. de Oliveira Junior, Ensino Técnico e Desenvolvimento, Rio, 1959).

O imperialismo americano, por sua vez, decide-se a participar, e participa da evolução industrial. Exporta fábricas inteiras de indústria pesada. Aproveita vantagens ocasionais da política tributária e cambial (instrução 135, por exemplo). Pressiona para conquistar vantagens em pontos estratégicos (petróleo) enquanto sua colaboração com a burguesia brasileira em setores básicos já em seu poder é ampliada (energia elétrica). (19)

(19) Com as devidas modificações que se impõe ocorre no Brasil o que Marx apontava ocorrer na Índia sob o domínio inglês: «Certamente o motivo da Inglaterra, ao desencadear na Índia uma revolução social, era o mais mesquinho egoísmo. A maneira como impunha seus interesses era estúpida. Mas não é esta a questão. A questão é saber se a humanidade pode realizar seus fins sem uma revolução fundamental nas relações sociais da Ásia. Se não pode, então a Inglaterra, sejam quais forem os crimes cometidos, terá sido também o instrumento inconsciente da história para realizar esta revolução.» (Marx, Die Britische Herrschaft in Indien, Ausgewählte Schriften, I, 325 Berlin, 1959).

No Brasil o imperialismo concorrendo para o desenvolvimento das relações de produção capitalista contribui para a formação do proletariado que acabará derrubando, concomitantemente, o jugo opressor da burguesia brasileira e o do capitalismo monopolista.

O resultado líquido desta política (encorajada, fomentada e conscientemente realizada pelo governo Juscelino) é o de um amplo entrosamento, em novas bases, da burguesia brasileira com o imperialismo. Em novas bases porque este entrosamento é diferente do que existe entre a burguesia de uma metrópole e a burguesia de suas colônias. As relações de dependência e submissão foram substituídas pelas relações de concorrência e colaboração.

É importante insistir na importante diferença que existe entre as novas formas que o imperialismo americano está utilizando no Brasil e as que antes utilizavam. Principalmente no terreno industrial.

Uma das mais antigas indústrias americanas é a dos frigoríficos. É uma indústria sem grandes interligações industriais, isto é, é uma indústria que não cria em seu entorno um grande número de novas indústrias. Sua base principal é no campo, na criação de gado. Uma indústria de automóveis, porém, é diferente. Interessa a setores extremamente amplos e diferentes de fabricantes nacionais. Para ela trabalham centenas de indústrias (mecânicas, metalúrgicas, têxteis, de plásticos, de material elétrico, etc.). A rede de interesses industriais em torno de uma fábrica de automóveis cobre um amplo setor da burguesia brasileira que está, assim, associada ao imperialismo. Este, por sua vez, não pode prescindir desta colaboração nem muito menos abandonar o mercado. Se isto ocorrer não só perderá um excelente setor para a aplicação de seus excedentes de capital como permitirá o fortalecimento local de concorrentes. As relações da burguesia brasileira com o imperialismo americano, são, por tudo isto, qualitativamente diferentes das antes existentes. (20)

(20) Ver em Naciones Unidas (CEPAL), Estudio Económico de América Latina, 60, México, 1958, as razões que têm levado capitalistas americanos e europeus a transferir indústrias manufatureiras para a América Latina.

A burguesia em ascensão ainda tem um terceiro grupo de contradições com o imperialismo. São as que decorrem da necessidade de modificação da estrutura agrária.

O desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das relações de produção de tipo capitalista levam à necessidade da realização da reforma agrária como medida indispensável à ampliação do mercado interno. Esta reforma esbarra, por um lado, com a resistência dos latifundiários como classe. De outro com a necessidade da manutenção, em determinada etapa do desenvolvimento econômico, da exportação de produtos agrícolas para financiar a importação.

É um dilema colocado diante da burguesia, dificultando e adiando a realização de reformas mesmo parciais. O problema complica-se diante das ligações — formadas em longo processo de evolução histórica — entre os latifundiários e os meios dirigentes do imperialismo. O choque entre a burguesia e o latifúndio é, assim, também um choque entre a burguesia e o imperialismo.

Procurando buscar solução para o problema a burguesia lançou mão de várias medidas que podem levar à sua parcial solução. No Brasil, além de outras, são visíveis as seguintes: a) penetração de formas de produção capitalista no campo em alguns setores (21); b) ampliação dos mercados urbanos. A ampliação deste mercado não pode persistir indefinidamente, uma vez que a

transformação de grande massa de lavradores para a cidade não é possível com a manutenção dos atuais processos de exploração agrícola; c) utilização política de câmbio para manter o nível das exportações de café e conseguir o financiamento da industrialização. (22)

(21) Os mais importantes: trigo, pecuária leiteira em algumas regiões, café no norte do Paraná. Alguns economistas nacionais burgueses admitem formas típicas capitalistas nas plantações de café destinadas à exportação ou até em todas as fazendas cafeleiras de São Paulo. O problema merece maior atenção e análise do que até agora tem recebido. Ver a propósito: Rangel, I. — Dualidade da Economia Brasileira, Rio, 1957. Mello Franco, A. F. — Síntese da História Econômica do Brasil, Salvador, 1958. Furtado, C. — Formação Econômica do Brasil, Rio, 1959.

(22) A explicação deste esquema, em termos exclusivos de fluxo de renda, foi feita com maior clareza por C. Furtado A Economia Brasileira, Rio, 1959. A miopia política do autor — determinada pela sua posição de intérprete dos «técnicos» que pretendem desenvolver o Brasil acima e independentemente das classes — impede veja as profundas razões de classe que levaram e contribuem para a sua adoção.

Até onde irá a burguesia? fará uma reforma agrária radical? ou ficará a meio caminho?

Aqui, como no caso das contradições diretas com o imperialismo, a burguesia procurará soluções de meio termo (a reforma é o caminho e a solução natural-burguesa). Uma reforma agrária radical não é desagradável e indesejável pelas camadas sociais que pode causar. Mas a reforma agrária, mesmo parcial não é imposta pelas circunstâncias objetivas. A transformação capitalista do campo impor-se-á pela própria natureza das transformações econômicas do país. As iniciativas em andamento na Índia e Egito, as transformações da agricultura mexicana, indicam as possibilidades de atuação da burguesia neste terreno.

Novas formas de atuação do Estado capitalista

No processo da conquista da independência nacional a burguesia de determinados países semidependentes adotou novas formas de organização estatal e econômica. Tais formas visam a fortalecer internamente suas posições de classe e externamente a superar suas contradições com o imperialismo.

Entre os aspectos peculiares à organização da burguesia dos países que enveredam pela forma de desenvolvimento capitalista após a segunda guerra mundial estão:

1) A forte acentuação das iniciativas capitalistas estatais. O capitalismo de estado decorre da pequena acumulação de capital e dos níveis relativamente baixos da poupança capitalista inevitável nos períodos do desenvolvimento dos países atrasados. Só o Estado é capaz de captar e empregar os grandes recursos necessários à execução de empreendimentos indispensáveis ao desenvolvimento. O capitalismo de Estado, nestes países, dirige-se, particularmente, para a execução de iniciativas sobre as quais se podem elevar, posteriormente, empreendimentos executados pelos empresários burgueses. Os exemplos industriais mais importantes no Brasil, Volta Redonda, Petróbrás, CEMIG, CEMIG, etc., têm, sem exceção, esta característica. O Estado, no Brasil, também interveio na economia através do sistema bancário e do controle de câmbio exercendo, não raro, as atividades de um grande empresário de iniciativas capitalistas.

2) A planificação parcial da economia. É uma planificação limitada e parcial, uma vez que o Estado não dispõe e não pode dispor dos controles dos meios de produção. A planificação burguesa não visa a elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, mas sim ao maior aproveitamento da manufatura retirada aos trabalhadores.

O Estado exerce, pois, um papel acentuadamente importante para o desenvolvimento dos países semidependentes. É um instrumento de classe eficaz para resolver as dificuldades da burguesia. É um instrumento de importância no processo de desenvolvimento econômico.

A partir dos últimos anos as novas formas de atuação estatal ditada pelos interesses da burguesia são bem visíveis no Brasil. O poder político — compartilhado ainda com os latifundiários — é utilizado para garantir a permanência do impulso à industrialização e a economia, com a possível racionalização e consolidação dos recursos nacionais para consolidar e ampliar as relações de produção capitalistas.

Dos comunistas de Barretos recebemos um comunicado, com pedido de divulgação, afirmando que o sr. Antônio Fernandes não está autorizado a falar em nome dos comunistas e não mais pertence às fileiras dos comunistas.

Barretos

FRANCISCO GOMES

Luta Armada e Formas Pacíficas de Luta Pelo Poder

Os ensinamentos de Marx e Lenin comprovados pela vida, indicam que todas as nações chegarão ao socialismo, inevitavelmente, mas não chegarão de um modo absolutamente igual; cada uma trará algo de original nesta ou naquela forma de democracia, numa ou noutra variante da ditadura do proletariado, em tal ou qual ritmo das transformações socialistas dos diferentes aspectos da vida social, neste ou naquele caminho para a tomada do poder.

Lenin predisse que a emancipação dos povos do Jugo imperialista se realizaria sob múltiplas e variadas formas e de acordo com as condições históricas.

Estamos verificando pelas opiniões emitidas nos debates em curso que alguns camaradas não admitem a possibilidade real de um outro caminho para a revolução brasileira que não seja unicamente o da luta armada. E, de uma ou de outra maneira, como o camarada Daniel, procuram negar a existência da possibilidade real de um caminho menos doloroso para o nosso povo. Isto é, de um caminho pacífico para a revolução brasileira.

Não creio que seja uma posição de D. Quixote, é, quero crer, uma falsa compreensão do que é a revolução, talvez desconhecimento ou conhecimento deformado dos ensinamentos de Marx e Lenin e uma atitude de alheamento em face das condições atuais do mundo em que vivemos.

Voltem, camaradas, sua atenção para as mudanças que se realizam nas condições históricas, onde mudam não somente as forças sociais que podem apoiar a classe operária em sua luta pelas transformações revolucionárias, mas, também, os métodos que se utilizam para levar a cabo estas transformações, particularmente, no que diz respeito, a correlação da luta armada e das formas pacíficas da luta pelo poder.

Tenho a certeza de que se assim fizessem não teriam tanto temor de lutar para tornar realidade a possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução em nossa terra. Não pensariam que foi o nosso Partido que teve o mérito de descobrir a possibilidade do caminho pacífico, não afirmariam que a sua formulação em nossos documentos é consequência do direito ou do nacional reformismo ou do já nosso tradicional subjetivismo.

Não é isso não, meus camaradas. O que há, é a necessidade de se levar em conta, também, a possibilidade do caminho pacífico para a revolução no Brasil. E esta necessidade se impôs, como fruto da experiência do trabalho realizado durante anos e anos para aplicar uma apreciação unilateral das possibilidades dos caminhos da revolução, que nos obrigava a lutar unicamente tendo como perspectiva um único caminho — o da luta armada. Também, a experiência dos Partidos irmãos, especialmente os ensinamentos contidos nas históricas conclusões do XX Congresso do P.C.U.S., que nos parece estarmos todos de acordo nos alertarmos para as indicações de Marx e Lenin, que com a sua visão multilateral não atavam as mãos dos que pelejavam e pelejam para transformar revolucionariamente a sociedade.

Outros camaradas abordaram o problema da possibilidade real do caminho pacífico para a revolução brasileira sob os mais variados aspectos. A minha intenção ao tratar aqui deste importante problema, é na base de citações, socorrendo-me dos nossos mestres e das indicações dos outros Partidos, procurar provar, embora superficialmente, a justiça revolucionária da luta por uma solução pacífica das tarefas que a revolução coloca ante todos os que lutam pela sua realização. Vejamos, pois, o que disseram Marx, Engels e Lenin e como enfrentaram a questão alguns Partidos irmãos.

Num comício em Amsterdã em 1872, dizia Marx, referindo-se a conquista do poder «que os comunistas nunca afirmaram que este fim deva realizar-se por meios idênticos em todos os países». O proletariado não pode deixar de tomar em consideração as instituições, os costumes e as tradições dos diversos países. Marx admitia que, naquele tempo, em países como os Estados Unidos, Inglaterra e talvez a Holanda os operários poderiam lograr seus fins por meios pacíficos» (C. Marx e F. Engels, obras completas t. XIII, pág. 669).

Lenin assinalou mais de uma vez que a «ditadura do proletariado... não é somente, e nem principalmente, a violência contra os exploradores» (obras, t. 29, pág. 386). A guerra civil não é muito menos inevitável em qualquer país em qualquer situação. Marx e Engels dizem que a classe operária pode transformar o sufrágio universal «de um meio de engano, como o foi até agora, em uma arma de libertação». (C. Marx e F. Engels, Obras escolhidas, t. 1, pág. 101).

Engels assinalava que a classe operária depois de assegurar-se do apoio das massas trabalhadoras, do campesinato e de outras camadas da população, onde tornar-se uma força decisiva diante da qual, queiram ou não queiram terão que inclinar-se (todas as demais forças (idem pág. 107)).

Procurando aplicar à época atual os ensinamentos de Marx e Lenin sobre as vias de acesso ao poder, o Partido Comunista da União Soviética, em sua resolução do XX Congresso sobre o Informe do C.C., afirma que «... é completamente lógico que as formas de passagem dos países ao socialismo sejam no futuro mais variadas ainda. Por certo, não é obrigatório que as formas da passagem do país ao socialismo sejam no futuro mais variadas ainda. Por certo, não é obrigatório que as formas da passagem ao socialismo sejam vinculadas em todas as condições com a guerra civil.» (Problemas n.º 73, pág. 142).

O Partido Comunista de Portugal, formula a questão da saída pacífica em Portugal, mesmo sob o regime salazarista, entre outras afirmações do seguinte modo: «... se no nosso país se realizar uma ampla frente nacional anti-salazarista de luta pela mudança do regime, torna-se absolutamente possível fazê-lo sem guerra civil.»

Os camaradas chilenos formulam em seu Programa o problema da possibilidade da solução pacífica nestes termos: «... O Partido Comunista considera que nada nem ninguém poderá impedir as mudanças históricas assinaladas no Programa. Quanto ao caminho a seguir para levá-las a cabo, considera possível utilizar o da via parlamentar sempre que, mediante a unidade combativa do povo, se democratiza o sistema eleitoral e se reconhecem os mesmos direitos a todos os partidos.»

Os camaradas colombianos apresen-

tam a questão da possibilidade da via pacífica da seguinte forma: «... Diante dos novos fatores internacionais e nacionais, na medida em que se fortaleceram a unidade da classe operária e a aliança operário-campesino, em que o povo colombiano defende e amplia as liberdades públicas, avançando sem cessar no caminho da democratização do país será possível desenvolver por via pacífica, as lutas pelas transformações fundamentais que estão na ordem do dia.»

Os camaradas canadenses dizem em seu Programa depois de analisarem a situação nacional e internacional que... «em virtude dessas transformações é possível à classe operária canadense unificar a maioria dos canadenses para conquistar o poder estatal sem guerra civil e assim, através do parlamento, transferir os meios de produção básicos para o povo.»

Quanto aos camaradas italianos eles salientam que o caminho italiano para o socialismo na afirmação da necessidade e na possibilidade de avançar para o socialismo através de uma tenaz luta em defesa das instituições democráticas e parlamentares para a realização de profundas reformas econômicas e políticas na estrutura da sociedade nacional... (As teses do IX Congresso do P.C.I. — E. Berlinguer).

Inúmeros são outros exemplos. O principal é constatarmos com as transcrições feitas e as citações efetuadas, que a questão da possibilidade real da solução pacífica das tarefas da revolução não é resultado de prováveis desvios de direita, não é revisão do marxismo, é ao contrário aplicação do marxismo, pois os comunistas não vêm na luta armada um fim, mas um dos meios para alcançar o poder e transformar a sociedade. Os comunistas não são partidários em absoluto de recorrer às armas sempre e em todas as partes. Marx, efetivamente, dizia em linguagem figurada a violência é a parte da história. «Mas a violência não cumpre esta função porque as classes revolucionárias queiram utilizá-la forçosamente, mas porque as classes caducas a empregam para defender suas riquezas e privilégios.»

Com a Declaração de Março de 1938 e agora com as Teses para discussão, procuramos nos guiar pelos ensinamentos de Marx e Lenin, e desse modo, compreender que quanto às vias e caminhos que nos conduzam a vitória da revolução, tudo depende da correlação de grau de organização da classe operária e de seu adversário, da capacidade de forjar a frente única e o seu Partido, e da necessidade de levarmos em conta as instituições, os costumes e a tradição do nosso povo e compreender que a classe operária tem interesse em que a revolução se desenvolva pela via pacífica, pois semelhante caminho reduz o número de vítimas e permite evitar a destruição de forças produtivas que se dará inevitavelmente em toda guerra civil.

Estamos convencidos de que pacífica ou não, só resolverá de modo radical os problemas de nosso povo a revolução e que o principal é lutar diariamente pela sua realização e de modo nenhum ficar esperando que ela aconteça.

Rio, 4 de julho de 1960.

FRANCISCO GOMES

SPENCER BITTENCOURT

Novas Ideias

«a realidade viva, a prática é a verdadeira ciência»

Esses os grandiosos ensinamentos que nos legaram os grandes mestres da dialética materialista — MARX e LENIN.

Vivemos uma nova era. Era em que o «socialismo alcançou em ritmos elevados e ininterruptos um elevado nível de seu desenvolvimento cultural, científico e técnico». Os êxitos conquistados pela classe operária superam tudo o que a nossa fértil imaginação possa alcançar. É a realização de nossos sonhos.

Época em que o sistema mundial socialista, poderoso e florescente, encabeçado pela gloriosa UNIÃO SOVIÉTICA, fortalece-se dia a dia, cada vez mais. Época em que o «capitalismo decadente e historicamente ultrapassado», desmorona-se. O sistema mundial socialista rasgou largos estrados para a Humanidade, proporcionando ao homem novas condições para trilhar caminhos iluminados pelo saber, pela ciência. Não é mais possível vagar pelas vielas estreitas, escuras e tortuosas do obscurantismo, construídas pelo decadente colonialismo, pelo imperialismo.

A superioridade do sistema socialista sobre o capitalismo assegura o desenvolvimento das forças produtivas em ritmos sem precedentes e a elevação contínua do nível cultural dos trabalhadores.

Os fenômenos desenvolvem-se rapidamente. O mundo de hoje é outro. Faz tempo que a hidra nazista foi completamente esmagada. Fomos forçados a métodos de violência em virtude da barbárie fascista. Passou esta fase negra da história da Humanidade. Foi completamente destruído o covil das bestas feras humanas.

Hoje, a classe operária pacificamente rompe o espaço aéreo e conquista outros planetas. É a era de uma nova civilização.

Já não é mais possível deixar de saber que a dialética das coisas é que produz a dialética das ideias, e, não inversamente.

São as leis inexoráveis da vida que determinam a posição que temos de tomar frente aos fenômenos, frente à época de profundas transformações e que alteraram substancialmente o quadro internacional em que se desenvolve a Revolução brasileira. Época em que cintila nos céus o brilho luminoso das estrelas da Paz, do progresso, que são os «Sputniks», o «Lunik» e tantas outras naves espaciais, e tantos outros inventos ou descobertas, de extraordinário alcance para os diversos ramos da atividade humana. Época em que a classe operária marcha firme e resoluta à vanguarda da Humanidade, como sua parcela mais esclarecida e consequente, para libertá-la para sempre da exploração do homem pelo homem.

Tudo isto não nos permite mais nos emaranharmos em dilúvios de vocábulos, em discussões estériles e acadêmicas, enfiados em gabinetes borelorentos ou nas ante-salas de escondeiros, procurando com falsas teorias e segundas intenções justificar os erros, fugindo à realidade dos fatos e das coisas.

Deixemos para trás as formas caducas e velhas de uma vida chela de subjetivismo, de ilusões e fantasias, preche de erros e de grandes incompreensões.

É tempo de calcarmos aos nossos pés o aventureirismo, o carterismo, o oportunismo, o esquerdismo, o sectarismo, o baluartismo e as valdades, por que tudo isso é contrário a doutrina de Marx. Somos suficientemente experimentados e maduros para encarmarmos a realidade.

Assimilemos melhor as leis da vida que determinam a eliminação do que é velho e caduco, e o resurgimento do que é novo. Abracemos com alegria as novas ideias. Compreendamos bem as novas condições de vida. Na luta que travamos diariamente, temos que ver com clareza as condições existentes no momento e no meio ambiente.

Lenin destruiu a bandeira da PAZ na grande Revolução de Outubro. Naquela ocasião era só o povo soviético que empunhava firme e decididamente. Hoje, é todo o sistema mundial do socialismo e são todos os povos que empunham essa bandeira.

Defendamos os princípios que norteiam o caminho que havemos de seguir. Tais princípios estão contidos na Declaração de março de 58 e desenvolvidos nas Teses. Princípios que traçam uma nova linha política e nos foram apresentados pela Direção do Partido para discussões e estudos. Enriquecendo-as com as nossas sugestões, desenvolvendo-as ainda mais, levando-as ao debate, já em curso, é o nosso dever. Então, em plenário, como última instância, democraticamente, cada um, respeitando o ponto de vista um do outro, a maioria decidirá do rumo que temos de tomar para a grandeza do nosso glorioso Partido.

Levando a nova orientação política à prática, como já estamos fazendo, é que havemos de nos convencer de sua justiça.

Os debates, quer públicos, quer restritos ao ambiente partidário, só fortalecerão as nossas fileiras, quando realizados à base de princípios, dão mais firmeza e convicção ideológica a cada um de nós. Mas, quando calmos no terreno das questões individuais, isto só nos pode dividir, fracionar. É ruim.

Deixemos de lado as lutas individuais, que não interessam à classe operária. Discutamos só à base de princípios. Isto, sim, nos levará ao verdadeiro caminho da construção de um Partido forte, unido e disciplinado.

Deixemos de dogmatismos, de idealismo, que são contrários à natureza e deformam o materialismo dialético. Olhem para a frente, organizando e fortalecendo o nosso Partido. Forjemos um movimento atuante e poderoso, movimento de massas que defenda a soberania, a independência, o progresso do Brasil.

Jamais concordamos com a maneira pela qual camaradas entraram na luta pelos debates para defender tais ou quais erros, assumindo uma posição falsa, torcendo ou deformando a verdade. Reconhecer os erros e corrigi-los na prática, eis o lema que deve ser dos comunistas. É preciso subordinar incondicionalmente os nossos interesses pessoais aos interesses do Partido.

Marchemos resolutamente à frente da luta pela Paz, pelo progresso, pela felicidade e bem-estar de todos. Espo我们有 a possibilidade da solução pacífica dos problemas nacionais.

Spencer Bittencourt

Tribuna de Debate

CAIO PRADO JUNIOR

As Teses e a Revolução Brasileira (VI)

Posta a questão nesses termos, ela se reduz ao seguinte (donde apenas as linhas gerais do assunto que requer mais acurado tratamento). É impossível, nas condições atuais do Brasil, a substituição integral, ou mesmo em proporções desde logo muito amplas, da iniciativa econômica privada, pela iniciativa pública. Não só não existem para esta última condições propícias que lhe permitam fazer frente à imensa tarefa de cuidar de todas as necessidades econômicas do país e sua população — pois lhe faltam para isso a omnipresença e versatilidade necessárias —, como ainda a iniciativa privada conta com suficientes estímulos e possibilidades para satisfazer adequadamente muitas das aquelas necessidades. Cumpre pois conservar-la, o que implica na conservação das demais circunstâncias que caracterizam essencialmente o capitalismo, a saber, a propriedade privada dos meios de produção, e a prestação privada de serviços.

Mas essa conservação das instituições básicas do sistema capitalista não implica seu progressismo, e sim unicamente uma contingência. Não se relega por isso o funcionamento da economia, e sobretudo a dinâmica de sua evolução e desenvolvimento, ao mecanismo e aos impulsos próprios do capitalismo, a saber, em particular, às forças cegas da concorrência. O fator essencial e dominante deverá ser o Estado e seus órgãos (bem como eventualmente, outros organismos públicos ou coletivos: cooperativas, sindicatos, etc.), e se traduzirá no planejamento realizado em função dos interesses gerais do país, e em particular de suas classes trabalhadoras. Já tratei acima desse ponto, e da necessidade de submeter a vida econômica brasileira a planos gerais. No essencial, esses planos terão por objeto coordenar as atividades econômicas, inclusive e naturalmente a iniciativa privada que é conservada, no sentido da mobilização máxima da força de trabalho, dando-lhe o maior rendimento possível com um mínimo de dispersão e desperdício de capacidade produtiva. Aproveitar-se-á assim essa capacidade produtiva do melhor modo, compensando com isso as deficiências e insuficiências orgânicas da economia brasileira que não se corrigirão de uma hora para outra, entre as quais destacamos anteriormente, em particular, as desfavoráveis circunstâncias do nosso comércio exterior, e a debilidade do processo de formação e concentração de capitais. Em suma, conservar-se-ão, do sistema capitalista, os dispositivos fundamentais. Mas o funcionamento geral e a dinâmica da economia brasileira não serão mais os decorrentes natural e espontaneamente do mecanismo, interesses e sistema, e se impulsionará por outros fatores, nos termos acima, e que se trata de instituir e organizar. E' nisso que consistirá, ou deve consistir a política econômica proposta no futuro Programa do P. e que os comunistas defenderão e promoverão pela forma e com os meios que lhe sejam possíveis.

Note-se que na base dessa política se encontra a contradição expressa na oposição entre a iniciativa e a ação econômica do Estado, de um lado, e de outro a livre iniciativa privada. Essa contradição, como é fácil observar, é plenamente atuante na vida política-econômica presente, e se manifesta a todo momento, com importantes reflexos na orientação da administração pública. A manobra portanto em que colocamos a questão do capitalismo e de sua continuidade, assenta na mais viva realidade presente. Ao mesmo tempo, e isso é essencial, ela abre perspectivas que permitem ligar dialeticamente a etapa atual nacional e agrícola, da revolução brasileira, com a etapa seguinte que é a do socialismo. Nas Teses, essa perspectiva para o futuro não existe. Encontramos na parte final da Tese 25, uma vaga referência ao fato que completadas as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo. Isso, a rigor, é exato, mas evidentemente mais que insuficiente, porque não se vê ali, nem em outra parte qualquer das Teses, qual a perspectiva concreta para a transição ao socialismo, nem se explica porque e como se realizará a hegemonia do proletariado em consequência da vitória na primeira etapa imediata nacional e agrícola. Não bastam para isso os princípios teóricos do marxismo-leninismo, que se trata precisamente de aplicar às condições brasileiras e particularidades econômicas e políticas de nosso país e momento histórico. Ficamos assim na simples afirmação dogmática das Teses de que a revolução nacional e agrícola constitui a etapa imediata para a realização do socialismo. Será mesmo assim? Na base unicamente das Teses, restam-nos apenas praticar um ato de fé...

Isso porque pela maneira com que as Teses colocam a questão do capitalismo e de sua continuidade imediata, nada nos autoriza a concluir que essa continuidade seja realmente só «imediatas». Em outras palavras, com as premissas teóricas das Teses, não se pode concluir que o capitalismo não permanecerá para sempre. O que as Teses propõem é que se fortaleça o capitalismo, e se contie no seu desenvolvimento que seria «progressista». E depois? Quando e porque deixará de ser progressista? Quais são as contradições desse capitalismo progressista, e circunstâncias delas derivadas que levarão o progresso capitalista para a transição socialista? Responderão talvez os elaboradores das Teses que disso não há que cogitar, pois se situa no futuro quando então se há de cuidar do assunto. Mas que espécie de interpretação marxista e dialética essa que cinge a história em compartimentos estanques, e faz da evolução econômica, social e política uma sucessão de etapas heréticas e nitidamente separadas umas das outras? Sabemos que vamos para o socialismo, que é esse o nosso fim; já nos encontramos numa fase histórica em que o socialismo avança vitoriosamente numa parte considerável da humanidade. Mas os autores das Teses acham que no referente ao Brasil, ainda não se propõe nenhuma das condições e circunstâncias econômicas e políticas que embora remotamente, pensam eles (será mesmo tão remoto assim?) apontam para o socialismo? Bela maneira de ser marxista, muito semelhante à de certos «socialistas» que se recusam a considerar qualquer perspectiva que vá além do capitalismo.

Vejam como se apresenta realmente a questão para os comunistas. A intervenção, a iniciativa e ação econômicas do Estado se propõe desde já. Está aliás proposto a todo momento, como notamos e é fácil verificar; e a própria etapa nacional e agrícola da revolução se funda naquela ação econômica do Estado. Mesmo as Teses são implicitamente obrigadas a reconhecer, porque aquilo que essencialmente propõem, é uma política econômica que objetiva modificar o rumo dos fatos econômicos tal como eles espontaneamente resultam dos impulsos e estímulos naturais do sistema capitalista, levando-os para uma profunda reestruturação e reorientação da economia brasileira. Ora uma política dessas, por mais que se procure disfarçá-la, representa indubitavelmente uma acentuada intervenção do Estado na economia, e ação econômica dele. Intervenção e ação essas que vão necessariamente dar em pronunciado cerceamento do capitalismo. Na análise a que procedemos das condições em que se realizará a revolução nacional e agrícola, podemos verificá-lo muito bem. Aliás mesmo a simples luta antilimpialista, por mais tolerante e pouco profunda que seja, implica, por sua própria natureza, um cerceamento da livre iniciativa privada e livre ação econômica dos indivíduos, iniciativa e ação essas que estão na base do funcionamento do sistema capitalista. A medida e manobra como se realizará aquele cerceamento, serão ditadas pelas oportunidades e circunstâncias de cada momento, e em função das necessidades e objetivos da revolução agrícola e nacional. Trata-se de um processo que se irá ampliando e aprofundando, e que uma vez realizados os objetivos essenciais da revolução agrícola e nacional, se prolongará naturalmente para a abolição completa da iniciativa econômica privada, o que já será então o socialismo.

E' assim que se estabelece a ligação dialética entre a etapa agrícola e nacional da revolução em que nos encontramos, e a etapa da transição para o socialismo. Não é pelo «desenvolvimento progressista do capitalismo», como implicitamente pretendem as Teses, que se fará aquele transição: é sim pela ampliação e aprofundamento das contradições já presentes na economia brasileira, e que ganharão, uma vez transposta a etapa agrícola e nacional, um considerável impulso. Isso porque se nas condições atuais, certas instituições e relações do capitalismo ainda são toleráveis e insubstituíveis por outras (como em particular, segundo vimos, a iniciativa econômica privada que não pode nas condições atuais ser inteiramente suprida pela iniciativa pública), já não será assim quando no curso da revolução agrícola e nacional amadurecerem, como efetivamente se dará, as condições para a generalização da iniciativa e ação públicas. Amadurecimento esse que derivará da experiência adquirida e da estruturação dos órgãos estatais e parastatais que se irão necessariamente organizando no correr da revolução agrícola e nacional para realizar os objetivos dessa revolução. As funções econômicas do Estado, hoje voltadas sobretudo e fundamentalmente no sentido de ampliar a iniciativa e ação econômicas privadas, abrindo-lhes perspectivas e oportunidades, se orientarão progressivamente, no curso da realização da reforma agrícola e estruturação nacional da economia brasileira, para um crescente cerceamento daquela iniciativa e ação, e impulsionamento da reforma e nacionalização. Para afinal se substituírem integralmente à mesma iniciativa e ação privadas, Estaremos então marchando para o socialismo.

Essa é, esquematicamente, a linha geral de desenvolvimento da revolução brasileira até seu desenlace final no socialismo. Consideremos nessa linha geral, e em função dela, o momento presente a fim de procedermos à análise e balanço das forças políticas atuantes. Inserem-se nela, desde logo, as limitações impostas ao livre funcionamento do sistema capitalista naquilo que direta ou indiretamente diz respeito à ação das forças imperialistas. Já se mostrou acima que é impossível atingir o imperialismo sem atingir também, genericamente, o capitalismo de que o imperialismo não é senão uma forma, a forma contemporânea. A esquematização e arbitrária distinção que as Teses fazem entre o imperialismo e o capitalismo nacional, não procede em frente aos fatos reais de nossa economia, onde o que poderíamos denominar «capitalismo nacional» (cuja caracterização só poderia ser feita com o critério da nacionalidade ou do domínio dos detentores do capital, e caracterização essa, como logo se vê, extremamente superficial), se acha sob muitos aspectos indistintamente mesclada com o capitalismo imperialista. Além disso, o desenvolvimento da luta antilimpialista implica em transferir progressivamente, para órgãos estatais, setores econômicos importantes, como em particular, segundo se viu acima, o comércio exterior. As Teses aliás reconhecem que a intervenção do Estado no processo de industrialização vem tendo, nas condições presentes, importância decisiva; e recomendam ao desenvolvimento do capitalismo do Estado nos setores econômicos fundamentais, como o petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transportes e outros» (Tese 39, item b). Ora um capitalismo do Estado desse vulto, e com conteúdo efetivamente nacional, instrumento de luta antilimpialista e de progresso econômico em benefício do conjunto do povo brasileiro» (são estas, textualmente, as palavras das Teses), não pode deixar de atingir de maneira muito profunda o livre funcionamento do sistema capitalista.

Mas não vamos agora repetir nossa argumentação anterior. Salvo em simples palavras, que não hídram ninguém (se é que esse é o propósito dos autores das Teses) não é possível uma poli-

tica econômica efetivamente antilimpialista e orientada para a reestruturação da economia brasileira em bases nacionais e visando ao progresso econômico do conjunto do povo brasileiro, sem ser pelo cerceamento pronunciado da livre iniciativa privada, e condicionamento dela por fatores do ordem pública. Não se pode esperar, nessas condições, a ação da burguesia brasileira, como classe, basicamente e em conjunto, uma posição favorável àquele política econômica. A burguesia brasileira, ao contrário do que afirma dogmáticamente a Tese 17, item b, (dogmáticamente porque desacompanhada de qualquer comprovação pelos fatos), não é uma força revolucionária, nem mesmo com a restrição, feita pelas Teses, de que trata de um «revolucionarismo limitado»...

Para nos certificarmos disso, comecemos por considerar os fatos — que os autores das Teses, neste ponto como em geral, na análise que realizam, têm o mau hábito de ignorar completamente, desfermando discretamente seus desejos e convicções teóricas, em realidade. Então no tratamento que dão à burguesia e seus interesses e objetivos econômicos e políticos, chegam os autores das Teses, naquela arbitrária transformação de suas necessidades teóricas subjetivas em fatos, aos maiores disparates. Diferente designação não merece por certo, entre outras, a afirmação de que a aspiração da burguesia brasileira é a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante» (Tese 17, item b). Podemos estar certos que nenhum burguês, ou porta-voz da burguesia manifestou, seja por que forma for, qualquer coisa que remotamente se pareça com tal aspiração; e mesmo que sequer compreenda o que significa. Nem ninguém mais o compreende, pois ao que se saiba, o Brasil se fez politicamente independente em 7 de Setembro de 1822. E isso os elaboradores das Teses também sabem, pois recitam muito, tem sabido de História Pátria quando afirmam na Tese 9 que ao libertar-se do jugo colonial português, o Brasil conquistou

sua independência estatal. (nosso grifo). Não foi assim nos fatos e nos mais legítimos e autorizados intérpretes das aspirações burguesas, que os elaboradores das Teses foram buscar sua fantástica afirmação, e o que fizeram foi simplesmente decalar textos referentes à burguesia de colônias e países asiáticos e africanos cujas condições são profundamente distintas das do Brasil.

A observação dos fatos mostra exatamente o contrário do que afirmam as Teses com respeito ao revolucionarismo da burguesia brasileira. No seu conjunto, ela é tudo quanto pode haver de mais ortodoxo em matéria de pensamento econômico e político. Até mesmo o acurado e ríscio reformismo teorizante da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU) tem provocado nos meios burgueses brasileiros, graves apreensões e escandalizada reação. O rigor ortodoxo da burguesia brasileira começa no seu respeito místico pelo princípio da livre iniciativa privada, para ela intangível. Para nos certificarmos dessas opiniões da burguesia brasileira, nada mais fácil, pois é só compulsar seus pronunciamentos, ultimamente tão frequentes, seja através de suas associações e organizações de classe, assembleias e congressos, seja na palavra de seus mais credenciados porta-vozes: conselheiros, advogados, economistas, jornalistas e demais. Todas as vezes que a questão se propõe ou propõe, seja em princípio, seja em face de ocorrências concretas, a burguesia se insurge, e ultimamente até com violência (cintromissão, diz ela) do Estado em assuntos econômicos, o que somente tolera na medida, e medida estrita, em que isso vem em auxílio e estímulo da iniciativa privada e dos negócios. E' evidente que uma atitude dessas não é e não pode ser nada favorável ao tipo de política econômica que é da essência da revolução agrícola e nacional, e que se trata de realizar.

Mesmo no que toca diretamente ao imperialismo, a burguesia brasileira tem sido muito clara e positiva em suas ma-

nifestações. Ela não somente aceita, mas é francamente favorável ao capital imperialista e ao estabelecimento no Brasil de empreendimentos integrantes dos monopólios internacionais. E' sabido aliás como os capitalistas brasileiros em particular os industriais, se vêm ultimamente associando com esses empreendimentos, a tal ponto que já são hoje quase exceção as empresas de certo vulto e expressão, mesmo as de características mais pronunciadamente brasileiras (pela origem, pelos seus diretores mais em evidência, pelos seus acionistas), que não esteja de uma forma ou outra intimamente ligadas com alguma grande empresa internacional.

A esse respeito, é interessante observar o que se passou com a famosa Injeção 113, destinada a favorecer a aplicação no Brasil de capitais estrangeiros, sob forma de equipamentos industriais. Esses equipamentos, quando financiados do exterior, poderiam ser introduzidos em condições muito mais vantajosas que no caso das importações ordinárias realizadas com recursos próprios e internos das empresas brasileiras ou já estabelecidas no Brasil. Esse favorecimento do capital estrangeiro desencadeou de início grande euforia e protestos dos industriais brasileiros. Aos poucos contudo, esses industriais se foram não somente conformando com a situação, e a ela adaptando suas atividades e negócios, mas ainda tirando grande partido dela.

Consequeramos isso associando-se a grandes empresas estrangeiras do mesmo ramo que o seu. Em muitos casos, talvez a maior parte, tomaram eles mesmo a iniciativa da associação, procuraram e estimulando seus parceiros imperialistas. Sacrificavam com isso, é certo, parte de sua autonomia, às vezes mesmo uma parte muito grande. Mas ganhavam o que, como capitalistas e homens de negócio que são, eles almejam, a saber, condições mais favoráveis para sua atividade industrial, e ampliação de seus negócios e lucros. Através da associação com grandes e poderosas empresas estrangeiras, obtinham amplo financiamento, contribuição do moder-

nos equipamentos com que, por si só, não podiam nem ao menos sonhar, auxílio técnico, o famoso know how imperialista que anda hoje na boca de todos os industriais brasileiros, e considerado por eles insubstituível — fato esse que não constitui de nossa burguesia. E aquilo tudo transformou por completo suas empresas, fazendo delas, quando antes não passavam de pobres armazéns industriais, em indústrias de mais elevado padrão. Mais ainda, a associação dos industriais brasileiros com o capital imperialista, concorreu poderosamente para romper o tradicional e anacrônico hermetismo característico até poucos anos passados da generalidade das empresas nacionais, que embora sob forma de sociedades anônimas, tinham disso apenas o nome, e não passavam, mesmo quando de relativo vulto, de empreendimentos individuais ou familiares, ou quando muito, de pequenos grupos de amigos. Essa situação, que os industriais brasileiros, ciosos de sua completa autonomia e independência, mantinham a todo custo, com sacrifício evidente de seus empreendimentos e negócios que ficavam limitados aos estreitos horizontes dados pelos recursos pessoais de insignificantes grupos, essa situação, intolerável no mundo moderno dos negócios, se vem rapidamente modificando. As empresas se abrem para o fim de obter recursos financeiros além dos de seu antigo e estreito limites familiares e de minúsculos grupos, e apelam para a subscrição pública de seus títulos. Tomam assim a feição dos verdadeiros empreendimentos capitalistas modernos. E isso se deve, seguramente em grande parte, ao vulto considerável de recursos necessários para o financiamento de indústrias dotadas dos equipamentos de alto nível tecnológico com que contribuiu o capital imperialista. Essa contribuição forçou a transformação operada, que aliás não teria sido no mais das vezes possível, se grandes nomes da indústria mundial não trouxessem o prestígio de que gozavam para as empresas brasileiras, infundindo com isso a necessária confiança do público tomador de seus títulos.

Acrescente-se a tudo isso o papel que os homens de negócio do imperialismo, vindo associar-se com brasileiros, tiveram na introdução de novos, e para o nosso capitalismo, revolucionários métodos financeiros e de administração, métodos esses sem os quais uma indústria capitalista moderna não pode funcionar e proporcionar os lucros de que é capaz. Desse método, os homens brasileiros de negócio nunca cogitaram, e na maior parte desconheciam completamente.

JOÃO AMAZONAS

Aspectos Inseparáveis da Luta Revolucionária

O objetivo, a meta a alcançar numa dada etapa da revolução, e o movimento, a ação política do dia-a-dia, constituem dois aspectos inseparáveis do processo revolucionário. Muitos dos erros cometidos no movimento operário se deve a compreensão unilateral desse problema. Os anarquistas e em geral, os ultra-esquerdistas viam só o objetivo e desprezavam toda a atividade política; os reformistas e revisionistas se apegavam ao movimento e abandonavam a meta final. «O movimento é tudo, o objetivo é nada» — afirmou no início deste século o revisionista Bernstein.

Em certa medida, este unilateralismo tem se verificado também em nosso Partido, ocasionando prejuízos ao movimento revolucionário. Um dos erros cometidos na época do Manifesto de Agosto foi exatamente o de destacar o objetivo e menosprezar a política em curso no país. Tudo era realizado em função da derrubada imediata do poder das classes dominantes, à margem da situação concreta então existente. Esta posição levou-nos à abstenção injustificável no pleito eleitoral de 1950. Com o Programa de 1954, embora este representasse um enorme avanço na orientação do Partido, insistimos ainda demasiado no objetivo, não apresentando indicações precisas para fazer frente à situação política. Confundíamos, não, a estratégia com a tática e, por isso, pregávamos a derrubada imediata do governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. Esta grave falha no Programa, começamos a compreender na ação prática, razão porque, nas eleições de 1955 e no golpe de 11 de novembro do mesmo ano, tomamos posições que, se não se contrapunham aos objetivos do Programa, negavam, todavia, a tática nele preconizada de derrubada imediata do governo.

An adotar uma nova orientação, em março de 1958, camos no extremo oposto. Abandonamos o objetivo, sob o pretexto da inexistência de condições revolucionárias, no momento, e ficamos na política do dia-a-dia, na luta pelas reformas, no gradualismo dos sucessivos governos chamados nacionalistas e democráticos. Basta dizer que, nas 6.745 linhas das Teses — documento pretendidamente de caráter programático — há apenas nove e meia linhas que tratam do poder antilimpialista e antifeudal, dirigido pela classe operária. Este consta na forma no título do capítulo VI. As Teses relegam, assim, a plano secundaríssimo tema tão importante. Nelas, o objetivo desta etapa da revolução, em particular a questão do poder, desaparece quase por completo e tudo se reduz à conquista de um governo nos moldes do atual regime.

Incidindo no unilateralismo, tanto uma como a outra posição, a da época do Manifesto de Agosto como a de hoje, são oportunistas. Oportunista de esquerda e oportunista de direita. E o são precisamente por não contribuírem para o avanço do movimento revolucionário no país. A posição de esquerda deixa as massas vagarem ao sabor dos interesses das classes dominantes, pois, enquanto as massas não identificam

o verdadeiro caminho, serão arrastadas à política que aquelas classes realizam. Fatos são fatos e estes mostram que é cada vez maior a participação do povo nas eleições. Se o Partido abdicar de intervir no processo eleitoral abandona as massas ao engodo dos demagogos e dos políticos reacionários e nada faz para ajudá-las a efetuar sua própria experiência. A posição de direita deixa também as massas sem direção e sem perspectiva, à reboque dos acontecimentos. Concorre para alimentar ilusões, em particular naquelas forças que se apresentam na arena política defendendo reformas, sem contudo, pretender modificar substancialmente o regime.

É óbvio que a linha da Declaração e das Teses, desligada como é dos objetivos revolucionários, não dá qualquer perspectiva ao povo. Quem quer que conviva com as massas, que ausculta suas reações face à situação presente, pode observar que o povo não vê saída para as dificuldades que atravessa. Muitos poucos acreditam que a solução justa se encontra na substituição de alguns ministros do governo atual, na sua transformação de reacionário em nacionalista. No Rio Grande do Sul, temos um espelho da solução que o Partido apresenta. Aqui, segundo a linha das Teses, se pode dizer que já existe um governo nacionalista e democrático. Está no poder um representante do PTB, partido que a linha atual considera de esquerda e um dos aliados mais próximos na frente única. Que deu ou pode dar, no entanto, este governo trabalhista ao povo? Se bem que tivesse encampado a CEERG, reivindicando das massas e de quase todos os Partidos políticos locais, nada mais tem feito o sr. Brizola. No início de seu governo ainda usava uma linguagem «eventual» contra o capital estrangeiro e contra as forças do poder econômico. Este seu arroubo oratório foi marchando até quase desaparecer. Sua «eventualidade» política do governo federal, que tantos males causa ao Rio Grande, vai cediendo à medida em que consegue obter verbas e ajuda financeira à administração estadual. Agora, na Secretaria da Fazenda, está um conhecido negociante, o sr. Vitor Isler. A essência da vida é igual a maior que nos outros centros do país. Sendo este Estado súbilo produtor, em larga escala, de generoso alimentos, o povo gaúcho paga tão caro pelo arroz, pelo leite, pela banana e pela carne quanto o de outros Estados, não produtores destes artigos. Os impostos indiretos que gravam os gêneros de consumo popular foram bastante aumentados, mas o governo manobrou e não pôde em prática a elevação do tributo sobre a grande propriedade territorial, aprovada, pela Assembleia Legislativa há vários meses. Em troca de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o sr. Brizola procura transformar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em empresa de capital misto, o que significa perigo periclitoso no campo econômico, abrindo o flanco da empresa à penetração de interesses antilimpialistas. E já se anuncia a entrega do DEAL (Departamento do Abasteci-

mento do Leite) e do Instituto da Carne, autarquias que possibilitavam certo controle no preço destes produtos, à exploração de particulares. Que perspectiva pode ter o povo com semelhante governo? Não penso que se deva «arrastar» o governo do sr. Brizola ou que tenha sido errado apoiá-lo no pleito de 1958. O governo do sr. Brizola apresenta também alguns aspectos positivos. Mas, não é nem pode ser o tipo de governo que o povo necessita. O Partido, com a orientação atual, não lutando por objetivos mais elevados nem defendendo a necessidade da substituição do regime, confunde-se com os partidos e com a política da burguesia e, mesmo, dos latifundiários. Não abre, não consegue abrir uma justa e clara perspectiva ao povo.

Evidentemente, não se pode separar o objetivo do movimento, os fins pelos quais lutamos, nesta etapa da revolução, da ação prática quotidiana e da política de frente única. Nossa propaganda, além de divulgar os êxitos dos países socialistas e difundir o socialismo, deve incidir na conscientização das massas, particularmente, estas duas ideias. Primeira: que se pode lograr a completa independência do país e as transformações radicais indispensáveis ao progresso do Brasil, substituindo o regime atual e conquistando um governo antilimpialista e democrático. E, segunda: que só se pode substituir o regime e alcançar aquele governo se se forma uma ampla frente democrática e antilimpialista da qual participem os operários, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

Mas a propaganda e a agitação não bastam. Portanto, assinalando as massas o verdadeiro caminho — o caminho da substituição do regime e da criação de um governo de novo tipo — os comunistas, ao estabelecer suas tarefas políticas do momento, tem em vista as etapas necessárias do movimento de massas, ligadas ao grau de consciência política e de organização destas massas. Não procedem, assim, a derrubada imediata do governo. Concentram sua atividade na luta para desenvolver o processo de formação da frente única democrática e antilimpialista, através do impulsionamento do movimento de massas e das ações comuns das diversas forças que podem dela participar. Contribuem ativamente para estruturar e ampliar o movimento laicalista; para desenvolver o movimento democrático e pela paz; para fortalecer a organização e a unidade sindical; para mobilizar amplamente as massas camponesas; para vitalizar o movimento estudantil e cultural. Esforçam-se para elevar o grau de consciência e a combatividade das massas. Tratam, enfim, de acumular forças. Esse processo se realiza em estreita ligação com a luta contra as classes e setores reacionários que sustentam a dominação do imperialismo, particularmente, o norte-americano e as sobrevivências feudais, contra a orientação antinacional e antipovo do governo atual.

Ao mesmo tempo, os comunistas, participando da vida política em curso

no país, respondem a todas as questões que surjam e que sirvam para educar ou mobilizar as massas. Nenhuma parte nos pleitos eleitorais, passem as restrições em vigor. Não são indicativos à escolha e à composição dos governos as classes dominantes, pois têm em conta que estes podem apresentar aspectos diferentes, favoráveis ou não, à luta que travam as correntes progressistas. Os comunistas apoiam, em certas circunstâncias, políticas e partidos das classes dominantes. Os acordos e compromissos são inevitáveis na luta revolucionária. Mas isso não pode ser feito de modo a comprometer a independência do Partido ou a confundir sua posição com a dos que recebem esse apoio, o que, aliás, tem acontecido muitas vezes. Toda esta atuação dos comunistas deve ser realizada em função dos objetivos que o Partido persegue e devem contribuir para esclarecer as massas e para ajudá-las a compreender a necessidade da substituição do regime atual.

Podese arguir que esta tática é limitada porque não abre a perspectiva imediata do poder. Mas de que poder? Se se trata do poder das classes dominantes, da simples mudança de alguns elementos tidos como reacionários no governo, conservando o mesmo regime, então devemos dizer que tal perspectiva não se justifica e só serviria para enganar as massas. Com isto, ao invés de elevar a combatividade das forças populares e democráticas, esta riamos, apenas, enfraquecendo sua capacidade de ação. Lutando para desenvolver a frente única e para abrir caminho ao ascenso do movimento de massas, os comunistas devem mostrar ao povo a perspectiva da conquista de um governo diferente, por seu conteúdo e sua política, de todos os governos que já teve o Brasil. Cada conquista obtida, cada êxito alcançado na luta comum, devem ser utilizados para reforçar a confiança das massas nas suas próprias forças e para ampliar e consolidar a frente única. Tanto mais esta se reforce, maior será o aguçamento da luta entre as correntes reacionárias e as progressistas, mais próximo estaremos de uma solução para os problemas que afligem nosso povo.

Aos comunistas de Presidente Prudente

Levamos no conhecimento de todos os comunistas que o sr. Antônio Moreira de Almeida (conhecido como «Antoninho») não mais pertence às fileiras do movimento comunista. A aplicação desta medida disciplinar tornou-se necessária, em virtude de suas atividades contrárias ao movimento comunista e aos interesses da classe operária. Presidente Prudente, 1 de junho de 1960.

MÁRIO RODRIGUES (Santos)

Saudosistas e Sectários Querem Voltar ao Passado (II)

A CONTRADIÇÃO PRINCIPAL. — O problema agrário constitui, no que se refere às contradições da sociedade brasileira, a pedra de toque do debate entre os Defensores da Declaração e seus opositores. E isso porque estes últimos afirmam que não queremos, de fato, estabelecer a aliança operário-camponesa, condição indispensável para a hegemonia do proletariado na frente única, pois renunciamos a pugnar pela reforma agrária na atual etapa da revolução. O camarada Grabois, defendendo essa tese, afirma: as tarefas democráticas, são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidos para outra etapa da revolução. E mais adiante: «a Declaração, ao dar absoluta primazia no lado anti-imperialista da revolução, em detrimento de seu aspecto agrário, estabelece uma linha de renúncia à direção do movimento pelo proletariado».

É preciso que se diga estamos nós, desde os primeiros debates em torno da Declaração Política, contra a maneira pela qual ela encara o problema camponês. Todavia, ele está melhor formulado no Informe de janeiro de 1959 e nas «Teses para Discussão». Assim, temos que dar, com relação a isso, uma certa razão ao camarada Grabois: o problema camponês precisa ser melhor desenvolvido, mais aprofundado, as atenções do Partido para ele devem ser muito maiores.

Entretanto, esta crítica à Declaração não nos leva à conclusão de Maurício Grabois. Segundo ele, coloca aquele documento, em plano inferior, as tarefas democráticas, o que não é verdade. Apenas subordinada a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção atrasadas à contradição entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano que o próprio articulista considera como principal. Não há uma separação mecânica, mas uma interdependência dialética entre essas tarefas: assim como a libertação do país do imperialismo não se dará num momento determinado, mas através de reformas quantitativas, que preparam o momento de libertação total, do salto qualitativo, também a reforma agrária não se dará num enlatado momento, mas através de medidas de reforma agrária, que irão se realizando, até que ela se completa. Este caminho, evidentemente, é muito mais duro politicamente, pois exige a mobilização permanente das massas em determinados momentos, exige a formulação de soluções justas e executáveis, exige, enfim, um Partido atuante entre as massas e influente como corrente de opinião.

Não renunciámos à unidade operário-camponesa, adotando a Declaração. O argumento de que não é possível conciliar os interesses dos camponeses com os dos latifundiários cai por terra quando perguntamos se será possível conciliar os interesses do proletariado com os da burguesia, que Grabois considera executável. Apenas subordinados a uma contradição fundamental, que está num nível secundário, à contradição fundamental, que é principal. Assim, se, porventura, em determinadas circunstâncias e por algum tempo, incluir os latifundiários na frente única anti-imperialista, não deixaremos de fazê-lo embora os nossos camaradas continuem, em suas fazendas e nas praças públicas, a exigir as medidas de reforma agrária executáveis em cada momento e educando as massas do campo para esse objetivo.

Tem razão o camarada Grabois, em parte: a Declaração não critica nem se autocrítica da insuficiência do trabalho camponês do Partido, o que é também não faz em seu artigo, embora se fale grande a sua responsabilidade nisso como dirigente do Partido. Entretanto, daí a se fazer dessa lacuna um cavalo de batalha para acimar aquele documento de oportunista, de direitista, há uma diferença como da noite para o dia.

O problema do poder

Aqui, o camarada Grabois, após falsificar a Declaração, quando afirma que ela parte da justa constatação de que atualmente não há condições para se alcançar um governo democrático e anti-imperialista, o que não nos consta esteja contido naquele documento, diz que se ablica de lutar por esse objetivo, pois, ao invés de pregar a derrubada do regime, em essência reacionária, se contenta a Declaração em exigir modificações «gradualistas» na política e na composição dos sucessivos governos.

Grabois afirma que essa tática contraria frontalmente o marxismo. Mas nós gostaríamos de saber o que nos diz ele da lei dialética que afirma ser a acumulação de transformações quantitativas condição para as mudanças qualitativas, para o salto dialético. E se Grabois diz que lutamos por modificações na política e composição deste governo, para atingir o governo nacionalista e democrático, como pode afirmar que abandonamos, com a Declaração, esse objetivo? Podemos estar lutando erradamente, segundo ele, mas não abandonamos esse objetivo.

Ademais, ninguém negou que este regime é em essência reacionário. Apenas se afirma que, através da luta de massas, combinada à ação das forças nacionalistas que já existem dentro do governo, será possível modificá-lo num sentido nacionalista e democrático. O camarada Grabois, entretanto, acha isso impossível. Nós perguntamos se o regime que atualmente vigora em Cuba, anti-imperialista e antifascista, é diferente, em essência, do que vigora no Brasil. Ambos são capitalistas, ambos não servem aos interesses finais do proletariado, embora sirvam aos seus interesses imediatos. Apenas Cuba segue um curso de desenvolvimento independente, que nós ainda não conseguimos para nossa pátria, mas que haveremos de ter, caso saibamos levar as massas a lutar por ele.

Diz-nos o articulista, ainda que a estrutura e a tática da Declaração hegemônica burguesa. Não sabemos que para estrutura que propõe alcançar um governo nacionalista e de-

democrático dirigido pelo proletariado, o qual constitui um Estado burguês de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial, e uma tática de ganhar as organizações de massas, elegendo os comunistas para as suas direções, assim como para os parlamentos, seja benéfico à burguesia. A menos que Grabois, possuidor de tanta ojeriza por ela, tenha descoberto uma sua qualidade por nós desconhecida: o amor ao socialismo e ao Partido Comunista...

O caminho pacífico

«O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático».

Estas palavras são da Declaração Política, com referência à possibilidade do caminho pacífico para a conquista de um governo nacionalista e democrático. Não obstante, Maurício Grabois, no afã de atacar esse documento, afirma: «Partindo de uma análise profundamente subjetiva, traça um caminho róseo, sem conseqüências sociais e choques violentos, para realizar as tarefas da revolução. Levando ao absoluto a possibilidade do caminho pacífico, na prática, a Declaração o torna de fato o único caminho».

Leiam e comparem, companheiros! Como se absolutiza o caminho pacífico, se se afirma que a vida é que indicará o caminho a seguir e, além disso, se se coloca a possibilidade de os inimigos do povo empregarem a violência e serem por resposta a violência? Como «caminho róseo», sem conseqüências sociais, se à Declaração não indica que para o povo brasileiro resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classe do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa de seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação?

Entretanto, Grabois, mais adiante, ao afirmar que «a experiência passada e recente dos países da América Latina mostra que não foi pacífico o caminho para derrubar as ditaduras», revela o que realmente quer: a negação desse caminho para que voltemos às aventuras. Mas, revelando-se outra vez bom metafísico, Grabois esquece que nos países latino-americanos havia ditaduras e que no Brasil haverá segundo parece eleições a 3 de outubro. Que as condições de nossa pátria são muito diferentes das desses países: o desenvolvimento capitalista atingiu um nível mais alto, havendo, conseqüentemente, um proletariado e uma burguesia mais fortes; as forças armadas provêm das classes médias, sendo sua oficialidade, na esmagadora maioria, democrática; as tradições do país são liberais, dificultam o caudilhismo. Enfim, a comparação de Grabois claudica em todos os sentidos e só serve para revelar os seus desígnios de volta à insurreição armada do Programa de 1954.

A «Análise Marxista» de Grabois

Terminada a vergonha contra a Declaração, passa o articulista a analisar o processo de industrialização do país, afirmando que ele se desenvolveu durante a segunda guerra e se intensificou após o término do conflito como grande aflicção de capital estrangeiro, resultante da redução do campo de investimentos dos países imperialistas. E, concluindo, afirma: verificamos, assim, um acentuado desenvolvimento econômico do país, o qual resulta de uma parte, do crescimento do capital nacional e, de outra parte, do crescimento sem precedentes das inversões de capital estrangeiro principalmente norte-americano».

Como vêem, na enausação do desenvolvimento, no mesmo pé de igualdade são colocados o capitalismo brasileiro e o imperialismo. Para Grabois, cuja ojeriza pela burguesia atinge as raias do ridículo, do ponto de vista político, não foi o desenvolvimento capitalista nacional que obrigou o imperialismo a intensificar a inversão de capitais no Brasil para assegurar o seu domínio no grande país sul-americano. Tendo-se reduzido o seu campo de investimentos, o imperialismo escolheu o Brasil, e não qualquer outro país subdesenvolvido, para industrializar, talvez por nos querer muito bem... Grabois, na ansia de obscurecer o papel progressista do capitalismo nacional, chega ao extremo de elogiar o imperialismo, que, agora, passa a industrializar países subdesenvolvidos sem ser movido por nenhuma ocorrência interna desses países. Aliás, Grabois vai ser auxiliado pelo camarada Pedro Pomar, que em seu artigo «Análise marxista ou apologia do capitalismo», afirma enfático que do ponto de vista econômico, o imperialismo implica num progresso. A continuar assim, não sabemos onde irão parar...

Outro aspecto interessante da análise de Grabois é que ele, embora diga que as empresas norte-americanas fazem séria concorrência à indústria nacional, opondo obstáculos à sua expansão e, em alguns setores, liquidando os empreendimentos nacionais, afirma mais adiante: «as forças reacionárias dispõem do aparelho de Estado. Apoiadas neste aparelho, defendem seus interesses e mantêm seus privilégios». Embora essas duas citações pareçam não se corresponder, vemos ao que nos levam: considerando-se que a Petrobrás, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Cia. Nacional de Aléxis são empreendimentos estatais, teremos que concluir que, para elas, não vigora a lei afirmada por Grabois na primeira citação (concorrência imperialista), pois servem aos interesses do imperialismo e da reação, já que o Estado está inteiramente na mão de seus representantes. Não poderia haver absurdo maior numa análise marxista e diante da prática dos últimos anos, quando a Petrobrás sofre os mais virulentos ataques até da embaixada dos Estados Unidos e é defendida em energia por todo o povo, por um ministro de Estado, o marchal Teixeira Lott (não sabemos se Grabois o con-

sidera também a servilidade do imperialismo e tenha defendido o nosso apoio a Jânio e pelas forças armadas — que também são parte integrante do aparelho de Estado e não nos consta que estejam em sua maioria a serviço do imperialismo lanque (veja-se, por exemplo, o II de novembro de 1955).

Esta opinião subjetiva, que mostra o quanto o articulista está distante da realidade, vai ser confirmada na caracterização que faz do Estado brasileiro. Diz ele: «o Estado brasileiro representa, no fundamental, os interesses dos latifundiários e da grande burguesia». Afirmando que a grande burguesia pode resistir ao imperialismo ou conciliar com ele, conclui: «o Estado é, assim, utilizado pelos imperialistas norte-americanos para explorar o povo brasileiro». Eventualmente, o Estado pode contrariar os interesses dos imperialistas. Ora vejamos: o Estado serve aos latifundiários, mas impede a marcha da produção, serve à grande burguesia, mas promulga a Instrução 113, serve ao imperialismo, mas consagra através dos anos o monopólio do petróleo, defende há mais de 20 anos a Cia. Siderúrgica Nacional, estabelece o monopólio dos minérios atômicos, resiste à pressão do Fundo Monetário Internacional, diz a Eisenhower, através do presidente da República, que não tem dificuldades com a Cuba revolucionária e defende os preços internacionais do café contra os interesses dos especuladores americanos. Tudo isso, para Grabois, são eventualidades, frutos do acaso, da fortitude, da incerteza... E dizer que há tantos anos Grabois se preocupa com o marxismo-leninismo!

É evidente que, depois de caracterizar assim o Estado Brasileiro, o articulista só poderia concluir que «para o equilíbrio do domínio do imperialismo norte-americano e o monopólio da terra, é necessário substituir o regime político vigente do país por um novo, que corresponda às tarefas da atual etapa da revolução». E para isso propõe a formação de uma frente única, integrada pelo proletariado, pelo camponês e pela pequena burguesia urbana e pela burguesia média, pois a grande burguesia achase enquistada no governo pró-imperialista, que ele quer derrubar com essa frente única e, é claro, não poderá participar dela.

O articulista nos propõe, pois, a tarefa de substituir o governo dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo por um novo governo, nacional e democrático, com uma frente única formada pelo proletariado, pelo camponês, pela pequena burguesia e pelos capitalistas médios, sob a hegemonia da primeira dessas classes. Alié aqui, a única diferença do Programa de 1954 é que, ao invés de derrubar violentamente, vamos substituir o atual regime, através do «aproveitamento da luta de classes», como diz ele.

Vejamos, porém, como Grabois indica o caminho para essa substituição: após dizer que os comunistas aspiram à solução pacífica para os problemas da revolução brasileira, afirma: «a escolha das formas e meios para libertar o país do domínio do imperialismo norte-americano e realizar as transformações radicais não depende somente do proletariado e das demais forças anti-imperialistas. Se os inimigos do povo recorrerem à violência, as responsabilidades recaem sobre a nação serão de sua exclusiva responsabilidade». Se considerarmos que a substituição proposta por Grabois não se dará através de reformas de modificações quantitativas que possibilitem o salto de qualidade, mas sim num enlatado momento e se considerarmos, também, a afirmação dele, de que os inimigos da revolução, sempre que estiverem ameaçados de perder suas posições, procurarão recorrer à violência, vemos que o caminho pacífico é impraticável, pois, observando as forças revolucionárias se organizarem, a reação concentrará todos os seus esforços para reprimilá-las e, no enlatado momento, da substituição do regime, haverá um choque sangrento inevitável e a insurreição armada estará na ordem do dia. A substituição do governo não será violenta e armada se houver uma superioridade enorme das forças revolucionárias sobre as reacionárias, segundo Grabois. Mas, é preciso não esquecer que a reação, ainda segundo ele, concentra o poder de Estado nas mãos e será impossível vencer tal poder sem insurreição.

Elis-nos, pois, diante do Programa de 1954, através do artigo de Grabois, devidamente mascarado. Aconselhamo-lo a tirar a camuflagem com que tenta iludir o Partido e falar abertamente, sem rodeios para encobrir suas ultrapassadas opiniões nem deformações da Declaração e dos artigos dos companheiros que a defendem. Sabermos, camarada, compreender as razões por que Você tem tanto amor à linha passada... E procuraremos ajudá-lo, aconselhando a direção partidária a ligá-lo a uma organização de massas, ou a uma fábrica, a fim de que lá Você sinta a inexistência de suas opiniões.

Poderíamos aprofundar mais este trabalho, a fim de mostrar as incoerências da plataforma do articulista, como a que propõe ser a posição dos comunistas de combater a política antinacional e antipopular do governo, onde — diz mais adiante — se encontram elementos que, por seus interesses de classe, tomam posições nacionalistas ou democráticas. Reparem na contradição berrante: um governo antinacional e antipopular possui em seu selo nacionalistas e democratas. Entretanto, acreditamos que o nosso propósito de mostrar que as opiniões de Maurício Grabois nada mais são do que as teses do Programa de 1954, devidamente camufladas, foram atingidos. Acreditamos que isto se fazia necessário porque, diante da enormidade do artigo, alguns camaradas poderiam impressionar-se o que seria profundamente perniciosa ao Partido do proletariado na etapa em que hoje vivemos.

Tribuna de Debate

ARLINDO A. LUCENA (Santos)

GORENDER, TRÊS VÊZES GORENDER, CAMARADA JOAQUIM ALVES

A caracterização correta do elo principal a se agarrar em cada momento histórico do processo revolucionário é um problema de vital importância para o Partido do proletariado. Da maneira de se equacionar essa questão, dependerá o êxito ou o fracasso dessa ou daquela etapa do movimento revolucionário, fazendo-o retroceder, estagnar ou avançar já que, é da justa compreensão desse elo, que depende tudo o demais: a estratégia e a tática, a caracterização das forças e a direção do golpe principal a ser desfecho pelo proletariado.

Aliás, nosso Partido já está por demais chamuscado pelas conseqüências dos erros inerentes à maneira não justa de tratar essa questão. Não é nova para nós a caracterização do imperialismo norte-americano como o inimigo principal da Revolução Brasileira se bem que tenhamos chegado a ponto, em nossa ação prática mesmo aceitando essa verdade incontestável de dirigir o golpe principal de nossas forças contra o nacional-reformismo e não contra o imperialismo lanque, contribuindo assim, para a desagregação das forças interessadas na solução da contradição principal. Poder-se-ia escrever páginas e mais páginas em torno dessa atividade do nosso Partido, principalmente na vigência do governo Vargas.

Cremos, portanto, que o problema da caracterização da contradição principal deve ficar bem claro na política a ser adotada pelo nosso Partido após os debates, dada a sua enorme e determinante importância para o ulterior desenvolvimento da luta do proletariado brasileiro. O camarada Joaquim Alves, de São Paulo, a nosso ver, trata dessa questão de maneira por demais confusa, mecânica e dogmática em seu trabalho «GORENDER OU MAO-TSE-TUNG? NOVOS RUMOS DE...» (10-16/6/60). Em seu artigo, não se sabe bem se pretende tratar do problema seriamente, se tem receio de repetir algo que tenha sido dito por Agildo Barata, ou se quer radicalizar ainda mais as opiniões já ultra-radicalizadas do camarada Maurício Grabois que, a nosso ver, por sua vez, já se encontra atolado até o pescoço no mais delirante dos esquerdismos. Em certo trecho de seu trabalho, estribado mecanicamente em citações do camarada Mao-Tse-Tung, ergue-se de maneira solene o camarada Joaquim para «alertar» o Partido para a falsidade da formulação da contradição principal entre o imperialismo norte-americano, de um lado, e do outro a «nação», afirmando que «ESSA CONTRADIÇÃO INEXISTE!» (O grifo é nosso, A.A.L.). Pasmem todos e vejam por que: porque «latifundiários e entreguistas, fazendo parte da comunidade nacional, são ao mesmo tempo amigos dos imperialistas. E inexistem ainda, segundo se deus, graças a grande descoberta que fez o douto camarada Joaquim de que o imperialismo norte-americano não é inimigo simplesmente do Brasil, mas também, de todos os povos, inclusive da URSS!» (vejam só, camaradas, também da URSS) onde já se «partiram» não só as cadeias do feudalismo (barbaridade) mas as do próprio imperialismo (isto sim, é descoberta!).

Temos, então, que a contradição principal seria entre o imperialismo norte-americano, de um lado, e o povo brasileiro do outro, excluídos os lacaios dos trustes, pura e simplesmente por uma questão de amizade entre nós e os imperialistas dos EE. UU. Temos ainda que sendo o imperialismo norte-americano o maior inimigo de toda a humanidade progressista, por uma questão de cordialidade ou inimizade, também, em todos os países a contradição principal teria que ser, igualmente, sem tirar e nem por ao caso do Brasil. A isto leva o raciocínio do camarada Joaquim Alves.

Mas, por quem, quando e onde foi tratada a questão da contradição principal da Revolução Brasileira subordinando-se esse problema a injunções de sentimento? Na Declaração Política de Março de 1958? Nas Teses para Discussão? Cremos que não. Por enquanto, pelo menos, não, salvo o camarada em apreço tenha algo para aduzir em abono de sua tese.

Perguntamos: Por ventura o imperialismo norte-americano, sendo como é inimigo dos povos soviéticos, tem por acaso tão oportunidade de explorar o suor dessas povos? Ao que se sabe, fazem precisamente 42 anos e 8 meses que isto não se dá. (Desculpe-me o camarada Joaquim por ter eu mesmo respondido, mas quem sabe se não faz uma descoberta que prove o contrário!) Não é verdade que tal problema não pode ser tratado do ponto de vista do sentimento de um povo para com o outro, mas, essencialmente, do ponto de vista ESTRITAMENTE ECONÔMICO? (O grifo é nosso A.A.L.). Por acaso o proletariado brasileiro ao determinar que o golpe principal a ser desfecho agora é voltado contra o imperialismo norte-americano, o faz simplesmente porque não gosta dos gringos, ou os gringos não gostam do proletariado? Vejamos se o problema é esse. Façamos aqui, apelando para a paciência dos camaradas leitores, uma citação de um artigo nosso. «A ESPOLIAÇÃO DO BRASIL, A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E A REINICIAÇÃO DE HAVANA» enviado em março a NOVOS RUMOS e não publicado até hoje, pelo que continue protestando:

«A Light and Power trouxe para o Brasil um capital de US\$ 15.500.000,00 tendo, entre os anos de 1946 a 1947, remetido para o exterior a fabulosa soma de US\$ 115.742.864,00. Somente em 1957 obteve lucros quase três vezes mais que o capital investido, ou seja, US\$ 36.000.000,00. Não queremos, aqui, nos referir «pobrezinha» da Standard Oil contemplada recentemente com um «aumento» de 5% nos preços dos combustíveis. Mas, 393 empresas norte-americanas, disseminadas num grupo de 94 empresas, obtiveram, em 1953, lucros no valor de 14.1 bilhões. Tudo isto sem falar na exploração do manganês da Amazônia pelo antiquíssimo inimigo do sr. Jânio Quadros, ar. Nelson Rockefeller, através da Bethlehem Steel Corporation e no pagamento, pelo Brasil, anualmente, da bagatela de US\$ 150.000.000,00 pela importação de filmes de «far-west» e outros, mercê dos quais, neste país subdesenvolvido se não abrirem os olhos, se desenvolverá uma geração de cretinos e boçais!». Tá, camarada Joaquim? E que dizer do controle em mais de 60% do nosso comércio de importações e exportações pelo imperialismo norte-americano? Vê o camarada como a coisa se traduz é em cifras de exploração e não em sentimentos de amizade ou inimizade? Ou a concentração é externa, simplesmente, porque nem o Pentágono, nem a Casa Branca

e nem Wall Street ainda não transferiram suas sedes para o Brasil, para a rua onde reside o camarada a fim de poder se convencer que o imperialismo norte-americano o principal obstáculo ao desenvolvimento em todos os sentidos em nossa pátria? Seria justo que começássemos — como quer o camarada Joaquim — a tergar armas com os latifundiários, simplesmente por serem amigos dos imperialistas e passássemos para segundo plano a luta contra o pólvora que nos estrangula de manhã à noite? (Perdô-me o camarada Joaquim e não vá por aí a dizer que também estou usando «arrogância de professor de província»: longe de mim querer sequer me ombrear com sumidades intelectuais e muito menos com o camarada Mao que, se sabe estar corroborando com tio «brilhante» tese sentir-se perplexo). Que nos diz o camarada Joaquim Alves dos empréstimos do Banco Mundial (sob controle lanque) a Kênia e da atitude dos latifundiários em relação a eles? Que nos diz ainda da existência de latifundiários produtores de artigos considerados gravosos no mercado internacional (diga-se americano) loucos por romperem com as barreiras do mercado internacional? Devemos mandá-los às lavas? Ou devemos lutar no sentido de juntar todas as contradições que se manifestem na sociedade brasileira e canalizá-las contra o inimigo principal, o imperialismo norte-americano? Não. Não e não, pois não se sabe que Mao-Tse-Tung afirmou que «a dialética materialista refutou energeticamente a teoria metafísica da causa exterior ou da impulsão exterior, teoria lançada pelos partidários do materialismo mecanicista e do revolucionismo vulgar?» adverte o camarada Joaquim Alves. Porém, como mais depressa se pega um mentiroso que um côvo, (não quero chamá-lo de mentiroso, camarada, mesmo porque não se trata aqui, senão de interpretações diferentes de uma mesma questão) mais adiante afirma o camarada Joaquim: «A contradição principal, portanto, é a interna — a antifascista. Mas, a meu ver, a contradição antiimperialista NÃO PASSA PARA SEGUNDO PLANO» (o grifo é nosso, A.A.L.). Entenda agora, leitor, por que já não consigo entender mais nada e me recuso a entrar nesse

labirinto «dialético». Queremos apenas chamar o camarada Joaquim à realidade e esta refuta contundentemente o Programa de 1954 naquela parte em que se refere à substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas como tarefa imediata. E pena, camarada, que nenhuma força social isolada possa satisfazer essa sua pressa. Faltava uma competição de forças para ser capaz de enfrentar essa tarefa camarada Joaquim. Eu também sinto imensa vontade que assim fosse mas, por enquanto, contento-me em esforçar-me para nos aproximarmos o mais brevemente possível desta hora. Vamos trabalhar, vamos parar com tanta tagarelice porque do contrário nada resolveremos. Tudo de acordo? ah... sim... quanto à corrente de esquerda de trabalho pelo camarada Gorender, eu existe, viu? Leia com bastante atenção os trabalhos de seus componentes e observe-os como estão bem sincronizados os seus ataques, todos escudados na mais refinada deformação tanto da Declaração Política como das Teses para Discussão. E imagine camarada Joaquim, que ainda existem adeptos do «esquerdismo» reivindicando o prolongamento dos debates por mais... (passo 6 meses, isto é, até dezembro, isto não lhe chera a janina? Imagine você ficarmos debaterando enquanto se processa a campanha eleitoral sem pontos de vista definidos, sem direções... ah meu caro, sem direções renovadas, sem essa mania de querer começar a cavar trincheiras. Mas é a democracia camarada Joaquim, a democracia e sua ética não proletária, que acaba nos levando à vacilação. A democracia para os opositores foi a tal ponto que seus artigos são até repetidos como no caso do privilegiado camarada Amazonas. Seus artigos não são retralhados, mas são publicados interinúmeros, sem falta um tempo. Enquanto isso, ainda nos roubam o virgula além do que pretendemos dispendir com esses debates. Mas, camarada Joaquim, vamos trabalhar. Como vai por aí nossa participação do movimento nacionalista e principalmente, as candidaturas Lott-Jango?

NOTA — A Comissão de Debate esclarece ao camarada Arlindo Lucena que o artigo de João Amazonas foi republicado por ter saído truncado.

WILSON PINHEIRO MEIRELES (Estado de Goiás)

Sobre Certas Questões do Debate

Não pretendia participar do debate. Essa atitude derivava de um estado de espírito de satisfação, de acomodamento ante o desfecho da luta interna, no movimento comunista, que, através da linha da Declaração e de modificações orgânicas, superou sérios entaltes que vetavam o seu desenvolvimento, passando a trilhar o largo caminho que conduz à vitória do nosso povo, na luta histórica que empreende contra o imperialismo e o latifúndio.

Julgava que, diante da positiva experiência na aplicação da linha política da Declaração, os pequenos grupos oportunistas da esquerda e da direita tivessem sido esmagados, ou pelo menos, enarriados nas armas à espera de melhor oportunidade para a luta.

Com espanto, leio, na «Coluna de Debates», a plataforma sectária, apresentada sob a forma de artigo do camarada Grabois.

Sem concordar com o conteúdo e as principais conclusões do programa sectário entendo ser justa a sua publicação para o debate, pois, só assim, todo o movimento comunista terá a oportunidade de livremente escolher entre os dois programas. A plataforma é uma tentativa mascarada de restabelecimento da linha política do programa do Quarto Congresso. É verdade que a oposição procura retirar, da sua plataforma, aqueles aspectos mais gritantes, capazes de identificá-la facilmente como simples reedição do programa enterrado com a publicação da Declaração. Fica claro que, em essência, estamos diante da tentativa de trazer à vida um defunto, de há muito enterrado pela própria prática do movimento revolucionário brasileiro.

A tática predileta dos sectários é a de baralhar as cartas para levar a confusão e a desconflança ao seio do partido, quanto a justiça da linha traçada na Declaração, e confirmada agora pelas «Teses». Pensam poder confundir os simples militantes de base ao acenarem, demagogicamente, com um pretenso apelo para que esses militantes hiuminem o «escalo superior», com sua sabedoria coletiva, a fim de ser encontrado o «verdadeiro caminho» para o partido.

Todos nós sabemos que o problema da elaboração de um programa não é apenas uma questão de boa vontade, de bons propósitos. Trata-se de coisa difícil e complexa, que demanda necessariamente profundos conhecimentos teóricos, raramente acumulados por simples militantes de base que, como nós próprios, estão a braços com as dificuldades da vida, sem o tempo necessário para se aprofundarem nos emaranhados da ciência.

Fazendo a crítica, por igual, das duas linhas políticas: a anterior e a posterior à Declaração, e, maquiavêlicamente, procurando envolver as bases partidárias, imaginam (os dogmáticos) poder ganhar terreno e empolgar a direção. Esquecem-se, porém, que todo o partido guarda bem vivo, na lembrança, sua «maneira» de dirigir, quando imperava o mandonismo e a violência administrativa, esmagando qualquer um que ousasse na ingenuidade de criticar, por mais leve que fosse, um «dirigente», ou a «científica» linha política de então.

Não se pode confundir as duas situações. Atualmente, com a linha traçada na Declaração (que tem falhas, evidentemente) procura-se modestamente interpretar a realidade brasileira, o com simplicidade e sem factância, sugerir soluções que se coadunem com o momento histórico que vivemos. A medida que vamos rompendo com as posições sectárias do passado, nova e mais ampla visão se descortina em nosso trabalho. Não vemos nas «Teses» os defeitos de caráter direitista com que nos atar-

mam os senhores da oposição. Se não vejamos:

A questão das relações do proletariado com seus aliados, inclusive o problema da hegemonia no movimento revolucionário, é colocado de modo correto, da única maneira possível, dentro da realidade atual do próprio movimento operário, para não se falar da situação do movimento nacionalista e democrático, ainda numa fase embrionária. No nível em que está o movimento nacionalista, colocar de outra forma o problema da hegemonia seria sectarizá-lo, levando a desunidade às suas fileiras. Devem exercer a direção do movimento, em todas as fases de sua evolução, aquelas forças, camadas e classes que estão aptas a fazê-lo; que conquistaram esse direito pela sua capacidade e ação prática, dentro da frente única. O proletariado, à medida que se unifique e desenvolva sua capacidade de direção (demonstrando na prática essa capacidade, com a conquista das camadas operário-camponesas), e, particularmente conquistando e atraindo para sua influência os camponeses), irá assumindo, paulatinamente, o comando das ações e chegará à hegemonia do movimento revolucionário brasileiro. O problema da hegemonia é a questão da conquista política dos camponeses. Terá a direção do movimento quem for capaz de vencer essa disputa. No entanto, nas condições atuais, nenhuma classe, isoladamente, terá condições de conseguir arrancar a grande massa camponesa da influência escravizadora dos latifundiários. Na luta pelo despertar dos camponeses, a classe operária, a pequena burguesia e a burguesia deverão marchar juntas, a despeito das contradições que as separam, na luta para derrotarem os latifundiários. Nesse processo de luta de aliados é que a classe operária treinará suas forças, aperfeiçoará seus métodos, avançando o necessário para se colocar na vanguarda, a fim de assumir a hegemonia do movimento revolucionário. Dado o atraso do movimento camponês, e em virtude das dificuldades em fazê-lo avançar, seremos obrigados a empregar a tática processo, partindo das medidas mais simples e primárias até as posições mais avançadas, como a reforma agrária radical. A despeito das vacilações da burguesia, frente ao problema camponês, em razão das suas ligações com os latifundiários, ela será de grande valia na cobertura das medidas contra os magnatas da terra. A classe operária não poderá substituir, de modo algum, essa ajuda, sob pena de ficar isolada e sofrer sérias derrotas.

Por fim, vem a questão da luta na frente única entre os aliados — contradição entre a burguesia e o proletariado. Essa contradição existe, é real, não pode ser substituída, mas é secundária. Faz parte das contradições no seio do povo e como tal deve ser tratada. Quem pensar em acirrar, inadequadamente, essa contradição, estará cometendo um erro sectário, pois, na prática, está tentando superá-la na atual fase da revolução, o que é impossível.

Deixo de referir-me à questão aventada da luta pelo poder, por considero que os sectários colocam o problema mal, de modo acadêmico e artificial.

O caminho do poder será pacífico? Não será pacífico? Será gradual? Será direto? Qualquer das hipóteses podem possivelmente. Só a história poderá responder essa indagação. No momento, cabe-nos lutar por modificações na composição do atual governo, no sentido de fazê-lo avançar na trilha nacionalista e democrática. Essa é a realidade que se nos apresenta. Dela devemos partir, como materialistas dialéticos, os somos.

JOSÉ A. DE CASTRO

Um Poder Nacionalista e Democrático, Rutura Com o Subjetivismo

Nos capítulos VI e VII das Teses é enunciado o poder pelo qual lutamos. Poderá ser nacionalista e democrático. Para ser tal deverá compor-se das forças nacionalistas e democráticas, daquelas classes e forças políticas que participarem da frente-única, e terá que realizar uma política a serviço do povo.

Este poder deverá chegar a ser dirigido pelo proletariado, para garantir a realização dos objetivos estratégicos-programáticos, isto é, a conquista da completa emancipação nacional da exploração imperialista; a reforma agrária radical e a plena democratização política do país, imprimindo um novo curso, a favor do povo ao processo econômico que garantir o desenvolvimento da revolução no sentido socialista e não capitalista.

O poder e a política nacionalista e democrática sofreram mutações segundo o processo das lutas das massas e a consequente mudança das forças da frente-única, com o crescimento do péso específico das classes e forças políticas revolucionárias mais consequentes, dentro e fora do poder. Assim, não há perspectiva nebulosa nem idealista para o poder pelo qual lutamos, nem muralha na luta táctica concreta diária pela conquista de um poder e de uma política a serviço do povo pelas forças revolucionárias, e dos objetivos mais avançados desta etapa da revolução.

Torna-se difícil, sem cair no subjetivismo ou dogmatismo, decretar o que acontecerá exatamente durante todo o processo revolucionário e quais serão as características mais ou menos exatas daquele poder, considerando-se o desenvolvimento da situação econômica e política internacional e nacional. Não é possível excluir compromisso, manobras, recuos e avanços, como afirma Lenin, a fim de alcançar o objetivo fundamental em mira.

Não é admissível, porém a repetição de erros tão graves como aqueles de chegar à crise política e mesmo à crise do governo, como em 1954, quando nossa posição facilitou objetivamente o golpe do imperialismo norte-americano e dos entreguistas contra Vargas; e em 1955 quando nossa posição táctica de apoio a J.K. contrariava abertamente a linha de derrubada do Programa, criando uma contradição que paralisou em grande medida a atividade do P.

Aquela «tática» tinha sua origem na apreciação subjetiva da realidade brasileira e mundial e também em nosso atraso teórico. Caracterizamos a realidade brasileira afirmando que o desenvolvimento do país se achava em estagnação e que estávamos marchando para a colonização do país. Passava-nos despercebida a decomposição do sistema colonial, o fortalecimento do sistema socialista e a crise geral do capitalismo, embora em palavras registrássemos estes fatos; negávamos o desenvolvimento capitalista nacional, que entrava em choque com o imperialismo, que constitui o seu contrário, e o consequente desenvolvimento de determinadas classes e forças que influíram decisivamente no processo das contradições no país.

A referida análise subjetivista continha a que fossem formuladas de modo errôneo as contradições. Desconhecemos-se a contradição principal, de como ela se apresenta de fato, o papel das classes, camadas e setores, particularmente da burguesia, que deveria ser caracterizada de forma clara como força revolucionária, não obstante sua heterogeneidade, vadiagem, etc. Daí a miopia política diante do desenvolvimento contraditório do poder, isto é, o desconhecimento da penetração da burguesia no poder, daquela parte da burguesia que tem contradições com o imperialismo e que já faz parte da frente-única nacionalista e democrática no seu atual estágio.

A falta do amadurecimento teórico ainda se reflete nas fórmulas dogmáticas que declaram que, uma vez que o capitalismo brasileiro tem identidade com o capitalismo monopolista, de um lado, e sendo o Brasil um país dependente e subdesenvolvido, de outro lado, o que predomina é a sua primeira característica, a outra é secundária ou sem importância. Ora, é sabido que o capitalismo nos países subdesenvolvidos é o contrário do capitalismo monopolista e por este explorado. Isto constitui sua característica predominante no atual estágio da sociedade brasileira, seu desenvolvimento — do capitalismo nacional — não fortalece o imperialismo. Para passar a ser capitalismo monopolista, ou ser esta a sua característica predominante na sociedade brasileira, seria necessário uma mudança de qualidade. O Brasil seria então uma sociedade capitalista completa, e o caráter da revolução seria socialista, etc...

Esta concepção levou a uma análise unilateral do poder e da política do país, de «empurrar» para o outro lado governos heterogêneos com ministros nacionalistas como Estilac Leal, que já expressava uma força nacionalista e democrática, e realizava uma política com aspectos antiimperialistas, de defesa da Petrobrás, da Volta Redonda, etc. Isto representava o novo em luta contra o velho, o que nos passou despercebido. Nisto é que ainda consiste a nossa fraqueza teórica: a falta de pesquisa da realidade brasileira e sua interpretação marxista.

A Declaração Política de Março e particularmente as Teses rompem com esse subjetivismo e tornam possível avançarmos teoricamente na base do nosso próprio esforço e elaboração, utilizando a experiência universal como auxílio e a teoria marxista-leninista como bússola. Só então reconheceremos o desenvolvimento capitalista nacional, as contradições e o papel da burguesia; só então ficou clara para nós a perspectiva de luta por um governo nacionalista e democrático, o que colocou nossa luta no seu justo caminho, não obstante os erros que possa haver e que a prática mostra serem secundários nesta nova táctica.

As teses rejeitam, igualmente, um poder puramente «nacional», capaz de dar curso ao desenvolvimento capitalista no Brasil e permitir que a burguesia aproveite unicamente para si os benefícios da emancipação nacional como permanente e final. As teses pregam a criação de um poder nacionalista e democrático, cujo objetivo será a completa emancipação nacional, enfim, a realização dos objetivos estratégicos e tácticos desta etapa da revolução brasileira.

As Teses caracterizam o conteúdo do poder pelo qual lutamos como aquele que expressa as forças sociais e políticas da frente-única, segundo a fase atingida pelas mesmas no desenvolvimento de sua unidade, ação e força. Assim, indicam um governo que expresse aquelas forças por sua política a serviço do povo. Mas, indicam um processo de modificações na frente-única, no governo, na estrutura econômica e social, através da ação simultânea das forças revolucionárias fora e dentro do governo, para ir modificando sua composição e política a serviço do povo. Um índice em pequena escala foi o processo durante os governos de Vargas e de J.K., embora ainda atuassem muito pouco as forças da frente-única neste sentido.

No governo de Vargas este processo ocorreu durante os anos de 1952-1954, sendo interrompido com o golpe de 24-8-1954. Durante aquela fase da vida política nacional, a principal força da frente-única — o partido comunista — atuava justamente contra esse processo de mudança no poder; agitávamos a derrubada do poder, quando havia forças da frente-única no seu do mesmo.

Na metade da gestão do governo de J.K. começamos a aceitar este processo, isto é, com o aparecimento da Declaração política de 1958. Ainda sem experiência, vacilando, desligados das massas e sem plano concreto para fazer movimentar a frente-única e as massas no sentido do poder nacionalista e democrático.

As mínimas experiências, com o marechal Teixeira Lott como ministro da guerra — nacionalista — a aliança com o P.T.B. e a atuação de seus ministros, certa ação da frente parlamentar nacionalista e de outras forças da frente-única no sentido da substituição dos ministros entreguistas por nacionalistas devem ser apreciadas como fatos novos. Além disto, os governos coligados das forças nacionalistas eleitos nos diversos Estados constituem outra experiência nova em nossa trajetória à busca do caminho próprio de conquista do poder pelas forças da frente-única.

Além destes fatos assinalados estão as forças da frente-única com a perspectiva das próximas eleições à presidência da República com Lott e Jango e de um gabinete Lottista.

Sem dúvida representam experiências novas, ainda pouco pesquisadas, mas que indicam um caminho plausível, compreensível, que na base de correções tácticas poderá tornar-se caminho para a conquista do poder nacionalista e democrático.

As Teses, portanto, apolam-se na realidade, na experiência, na dialética do salto, isto é, na mudança de qualidade no poder após um certo acúmulo quantitativo de fatores. Isto torna mais claro, como em nosso caso, como será o governo de frente-única. Isto significa que o governo pelo qual lutamos começa na própria ação diária e rejeita a «estratégia» sem táctica, cujo esquerdismo se cruzava com o golpismo porque não ia além da agitação para «esclarecer as massas», repete Maurício, à espera do salto ao poder e de sua tomada com a instalação da direção do proletariado desde logo, somente assim era encarado o poder da frente-única e continua sendo por alguns camaradas.

Para caracterizar o poder pelo qual lutamos, as Teses indicam os caminhos para conquistá-lo. Indicam um processo revolucionário para ir modificando o governo e sua política. Este processo visa tais modificações no governo e na estrutura econômica, social e política do país que leva a uma mudança de qualidade no poder; à hegemonia do proletariado — fator indispensável para apressar novos saltos — isto é, novas mudanças de qualidade no governo e na política, a fim de completar os objetivos desta etapa da revolução. Tal objetivo poderá ser alcançado por um ou mais governos nacionalista e democrático, segundo a situação concreta do país e das forças em choque, até a chegada ao poder antiimperialista e antifeudal, sob a direção da classe operária, que possa levar até o fim os objetivos da revolução. Lenin ao tratar destas questões

teve a preocupação de descobrir a forma concreta do salto, da mudança de qualidade, e conjugar a táctica com aquela forma concreta, local, onde e quando se realiza o respectivo processo, para chegar a uma determinada mudança de qualidade — isto é — realizada por um processo de diversas mudanças de qualidade, conforme as forças em ação naquele sentido. Quem não admite a possibilidade do começo deste processo de conquista de um poder nacionalista e democrático no seu estágio inicial no regime vigente, não pode admitir a possibilidade do caminho pacífico ou, então, só o admite demagógicamente, o que é incompatível com a política dos comunistas.

Entretanto, o que afirma o camarada Grabois? Afirma que o atual poder e a política do Brasil são de latifundiários e da grande burguesia, a quem serve. Fórmula idêntica aquela que consta do Programa. Novamente em ação aquela formulação do caráter do capitalismo brasileiro predominantemente idêntico ao monopolista mundial, e o desconhecimento do papel da burguesia em país dependente. Afirma igualmente que a mudança, no governo, de seus ministros entreguistas e reacionários e sua substituição por nacionalistas e democratas é inútil, como forma de mudança no poder e, consequentemente, para se chegar a um governo nacionalista e democrático — e que isto constitui «gradualismo» — isto é, um processo de evolução simplista que não leva as forças da frente-única ao poder.

De onde vem, então, o gradualismo introduzido pelo camarada Maurício e apoiado incoerentemente por alguns camaradas? — E' que ele não admite a conjugação do processo evolutivo, o acúmulo gradativo de fatores, com o revolucionário. A seu parecer deverá ser de um modo ou de outro. Esta concepção — caracterizada acertadamente por Lenin como anarcho-sindicalista, que só concebe comições sociais sem nenhum processo preparatório de acúmulo de forças nem processo evolutivo para a mudança qualitativa, já está superada. — «O desenvolvimento é, como vimos, a passagem das mudanças quantitativas às qualitativas e vice-versa; não se pode, portanto, adotar exclusivamente a forma evolutiva ou a revolucionária». Ver «Fundamentos da Filosofia Marxista» — Moscou, — 1959, pag. 233).

Todavia, as Teses anunciam que sem a tomada do poder pelas forças revolucionárias não será possível a realização dos objetivos da revolução. Que esta tomada do poder só se realizará através das lutas de massas, das forças da frente-única nacionalista e democrática, que o acúmulo de forças políticas e sociais, suas lutas, as reformas econômicas, sociais e políticas que atingem a estrutura e o poder, levarão inevitavelmente — o que é indispensável — a mudanças de qualidade, a saltos no sentido da conquista da emancipação nacional e da democracia, enfim no sentido do socialismo.

Esta localização do «gradualismo» nas Teses não está refletindo a relutância em romper com a concepção da revolução a curto prazo? Persistindo naquele conjunto de concepções, podemos colimar para novas derrotas e não nos colocarmos tão cedo à frente do movimento revolucionário do país, dentro do processo objetivo. Dos conceitos emitidos pelo camarada Maurício, a que conclusões podemos chegar? Por um lado, ele aceita em palavras a táctica de lutar pela substituição de ministros entreguistas e a luta eleitoral, por outro lado, só aceita como poder das forças revolucionárias aquele que contar com a participação de todas as forças da frente-única, sob a hegemonia do proletariado — «Deve ser um poder da frente-única das forças democráticas anti-imperialistas dirigido pela classe operária». Então, o caminho será da derrubada do próprio governo que vamos eleger ou modificar, uma vez que dele não participem todas as forças da frente-única desde o início até surgir através de um milagre ou unicamente por via da guerra civil, um governo por nós decretado com muita antecedência. Esta táctica não exclui a repetição dos erros de agosto de 1954, em absoluto. Continuaremos, assim, agarrados aos aspectos negativos predominantes do Programa e sujeitos a suas nefastas consequências.

A nossa prática chama para mudanças iniciadas com a nova política. Foi por falta de uma análise concreta da nossa realidade e, por conseguinte, de uma política revolucionária de frente-única e o poder pelo qual lutamos e como lutamos, que fomos levados em S. Paulo a apoiar em cada eleição um candidato de acordo com a oportunidade e por vantagens passageiras. Em 1947 apoiamos Ademar e aderimos inteiramente ao seu governo por um «programa de realizações», elaborado pela direção superior, então presente em S. Paulo — Pomar e outros. Naquela ocasião marchamos igualmente com Vargas. Logo em seguida rompemos rusca e irremediavelmente com Ademar e com Vargas. Em 1955 formamos com Lino e Piza, do PSP e PTB eleitos ao governo da capital, abandonamos para nós nos comprometer com o «abacaxi» que representava o governo, pois nossa táctica indicava derrubada dos governos que não tivessem a hegemonia do proletariado. Em 1951 e 1952 unimo-nos em várias ações com Jânio Quadros, para em 1953 romper com o mesmo. Em 1956 tornamos a aproximarmos dele, o que resultou no acordo com o mesmo em torno do sr. Prestes Maia. Franqueamos-lhe então nossa imprensa, consideramo-lo capaz de realizar um «governo democrático», levando, assim, o janiísmo até os operários e às fileiras do P. Logo após tivemos de romper outra vez com ele porque ficou claro que só com a Declaração de Março esboçamos uma política real de frente-única e caracterizamos com mais justiça a contradição principal. — Não basta de tanto claudicar? As Teses não obstante se encontram em discussão e as contribuições que receb. reem, esboçam uma táctica e estratégia de luta pelo poder que corresponde melhor e mais aproximadamente à realidade do país, às nossas experiências e a uma política marxista-leninista.

Tribuna de Debate

NERY REIS (Sergipe)

Excluir Das Teses os Elementos Ecléticos

Em meu artigo «Marxismo ou Subjetivismo?» tive oportunidade de referir-me a elementos ecléticos existentes nas teses.

Em primeiro lugar, desejo esclarecer que esses elementos, a meu ver, não alteram o conteúdo fundamental daquele documento, o qual, julgo responder às necessidades prementes da atual etapa da revolução em curso no país, refletindo-a plenamente.

Procurando explicar minuciosamente o processo em curso no país, as teses, do ponto de vista das formulações, pecam pela elasticidade literária, deixando de aprofundar teoricamente certas questões fundamentais, o que vem sendo aproveitado por certos companheiros para taxa-la de apologetica, oportunista, direitista e anti-científica.

Que questões julgo necessárias aclarar, dar mais ênfase a fim de que não surja certa confusão eclética? Fundamentalmente duas: a que diz respeito à posição dos latifundiários na revolução brasileira e da burguesia como aliada do proletariado.

Passemos ao exame da primeira questão.

Os latifundiários e a revolução

Históricamente o latifúndio foi sempre um elemento retrógrado, obscuro. Como classe, tem sido um obstáculo às pretensões de classes e camadas progressistas da sociedade. Em diferentes países ou em diferentes períodos históricos, vamos encontrá-la de mãos dadas a tudo aquilo que é velho, mas que luta desesperadamente pela sobrevivência, procurando impedir o fortalecimento do novo.

Nas guerras escravistas feudais ou capitalistas encontramos, não raro, o latifúndio unido ao invasor da pátria se assim exigirem seus interesses de classe. Isso ocorreu com os latifundiários prussianos, russos, poloneses, franceses, húngaros ou austríacos.

Depois da Revolução Socialista de Outubro, os latifundiários russos aliavam-se às potências intervencionistas e lutavam contra o Poder Soviético. A partir do término da II Guerra Mundial, certos setores de latifundiários como nos ensinam os casos da Coreia, China, Viet-Nam e Indonésia, passaram a lutar com frequência contra o invasor imperialista da Pátria. Tal fato ocorreu sempre em função de um ato concreto: agressão armada da potência colonizadora contra o povo subjugado e oprimido da colônia.

A meu ver, em etapas de desenvolvimento pacífico, é possível contar-se com o apoio de certos latifundiários (isoladamente e não como classe), como por exemplo na questão do comércio com a União Soviética. Certos latifundiários brasileiros, especialmente do nordeste, aqueles que estão menos comprometidos com a estrutura

geral do sistema de espólio imperialista, podem, eventualmente, em certas condições, tomar parte na Frente Única. Sua participação positiva na revolução brasileira, do ponto de vista de classes, não poderá contudo afastar-se dos marcos de uma participação limitada, pouco expressiva. Penso que no Brasil, os latifundiários como classe, continuarão de forma esmagadora, no período de desenvolvimento pacífico (que vivemos) fiéis a sua essência de classe e tradição de inimigos acérrimos da revolução. Essa posição vem sendo mantida com inflexibilidade, desde o período de desagregação da sociedade Comunal Primitiva. Se a nação brasileira for atacada militarmente pelo imperialismo americano, naturalmente que poderá ocorrer maior receptividade dos latifundiários brasileiros, mas, repito: não alterará o quadro fundamental e sua incidência será maior naquelas áreas em que os latifundiários estão estruturalmente menos comprometidos com o imperialismo. E' bem verdade que temos que levar em conta o processo criador, sua dinâmica, as forças motrizes, etc. Mas, numa questão tão melindrosa como esta da posição de classe dos latifundiários, não podemos perder de vista o presente, o movimento real, concreto. Certos setores de latifundiários poderão passar a posições nacionais, na medida em que houver de fato pressão das massas camponesas em luta por suas reivindicações de natureza econômica e política. Exagerar no momento o nível de luta e o grau de consciência dos camponeses, pregar a passagem a formas radicais de luta, não ajuda ao socialismo. Da mesma forma perder-se em formulações extensas pouco claras, que dificultam a assimilação da tese, em nada ajuda a Revolução.

Em Sergipe, deve ser objeto de estudo o fato de que no campo predominam as relações de produção capitalistas e não sobrevivências feudais. Nas plantações de cana-de-açúcar os trabalhadores são exclusivamente assalariados, o mesmo acontecendo com o café. Encontramos sobrevivências feudais nas plantações de arroz dos vales do São Francisco e Japaratinga, mas existem ao lado de relações capitalistas.

Na pecuária, predomina o trabalho assalariado e mesmo nas fazendas onde o quequer tem participação na criação, ele não recebe as crias mas sim o correspondente em dinheiro.

E' possível que isto não ocorra no resto do país, mas existe em Sergipe e é importante para o estudo da questão agrária. E' preciso levar em conta, também, que nos municípios de Lagarto e Itabaiana o número de pequenos proprietários de terras atinge a mais de 15% da população. A maioria esmagadora dos camponeses possuem terra e dedicam-se ao plantio do fumo, milho, feijão, batata, mandioca

que impedem muitos companheiros participar dos debates.

Li as Teses e as achei importantes. Mas, não analizei as vitórias obtidas através das lutas do povo e dos comunistas. Sobre a participação das mulheres nestas lutas não dizem absolutamente nada. E' lamentável que isso aconteça, pois o P.C.B. é o único partido que luta pela emancipação da mulher. Se ainda são poucas as companheiras que participam da vida política, a culpa cabe ao Partido que as coloca em trabalhos secundários. Em todo o país as mulheres têm participado nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores. Mas são sempre subestimadas pelos camaradas. Acompanho os debates e ainda não vi nenhuma mulher participando deles. Não encontrei um só camarada que fizesse referências ao trabalho feminino. Isso prova que existe preconceito em relação à mulher no Partido. Nós mulheres temos razão em nos sentir atemorizadas de participar em um debate público, pois vivemos num regime burguês onde nossos direitos sofrem uma série de restrições.

Aqui faço um apelo a todas as direções do Partido para que deem ao trabalho feminino uma assistência mais eficiente. Subestimem menos esse trabalho!

Em resumo: estou de acordo com todas as teses e o projeto de estatuto.

ISABEL M. FONTOURA (S. Gabriel, Rio Grande do Sul)

A Frente Única e o Caminho da Libertação Nacional

Estudando as Teses cheguei às seguintes conclusões:

A tese nº 28 nos mostra que o desenvolvimento independente e progressista do país exige a criação de uma força social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias e de modificar simultaneamente a correlação de forças no país. Mostra também que nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer a resistência das forças interessadas na conservação da dependência do país aos monopólios lanques e na manutenção do monopólio da terra.

Ora, não compreender esta Tese tão desenvolvida, é não saber distinguir o caráter da revolução nos países coloniais e dependentes. A revolução nos países imperialistas, isto é, nos países que oprimem outros povos, à burguesia é opressora de outros povos como é o caso do Brasil que é oprimido pelo imperialismo norte-americano. Nos países imperialistas a burguesia é contra-revolucionária em todas as etapas da revolução, falta a esses países o fator nacional como base da luta emancipadora. Já a revolução nos países coloniais e dependentes a coisa é outra: Nelas a opressão imperialista é um fator da revolução; nelas essa opressão não pode deixar de afetar também a burguesia nacional; nelas, numa única determinada, é o determinado período, a burguesia nacional pode apoiar o movimento revolucionário de seu país contra o imperialismo; nelas o fator nacional como fator de luta pela emancipação, beneficia o movimento revolucionário. Não estabelecer esta distinção, não compreender esta diferença significa desviar-se do caminho marxista-leninista e colocar-se no dos partidários da Segunda Nacional.

No capítulo IV são examinadas as contradições da sociedade brasileira e o caráter da atual etapa da revolução. Neste capítulo são levantadas as contradições entre a nação brasileira e os seus agentes internos. As contradições entre a cidade e o campo, entre a classe operária e a burguesia. Como vemos, nada mais justo do que o levantado na tese 21, isto porque, o proletariado só poderá desenvolver e defender suas reivindicações com a maior resistência contra as tentativas da burguesia de desorganizar suas dificuldades sobre os ombros das massas tra-

balhadoras. Desta maneira o proletariado ficará em condições de forçar a burguesia a cumprir os seus deveres para com a Nação. Por isso não devemos temer a frente única com a burguesia uma vez que conservamos a nossa independência política e ideológica. Marchamos em frente única com a burguesia como temos reivindicações comuns e porque temos um inimigo comum a combater: o imperialismo norte-americano e seus agentes internos.

Não compreender as Teses e querer voltar a época de 20 anos atrás, é querer andar para trás. E' necessário entender que se não alcançamos maiores vitórias foi devido os grandes erros cometidos decorrentes de uma linha injusta.

Em resumo: estou de acordo com todas as teses e o projeto de estatuto.

ISABEL M. FONTOURA (S. Gabriel, Rio Grande do Sul)

Sempre Somos Esquecidas

O debate que se trava em nosso Partido, nas reuniões e na imprensa, é um dos acontecimentos mais importantes na vida política nacional. Pela primeira vez, os comunistas têm oportunidade de externar seus pontos de vista pela imprensa, dando suas opiniões sobre as Teses e o Projeto de Estatutos. Nosso Partido possui o partido de vanguarda da classe operária. Não é como os outros partidos, que são dirigidos por grupos, Agimos coletivamente.

Achei as Teses para a Discussão um documento bastante longo. Sua matéria é muito pesada e de difícil compreensão.

A maioria dos comunistas é pouco instruída como eu. O prazo para o estudo do documento em debate é curto e perioso até agora são poucos os elementos das organizações de base que tem participado dos debates. Os que participam da discussão são camadas intelectuais, ou intelectualizadas, que têm facilidade em assimilar a linguagem das Teses. Meu ponto de vista é que o Partido deveria usar uma linguagem mais simples, mais ao alcance de qualquer companheiro. Afinal, o nosso Partido é o partido da classe operária, dos camponeses, não estão integrados cidadãos de todas as camadas sociais. O Partido tem que deixar de lado certos formalismos,

que impedem muitos companheiros participar dos debates.

Papel da burguesia nacional

Levando-se em conta as atuais condições históricas internacionais; a luta dos povos subdesenvolvidos, creio que a burguesia nacional, nessa etapa, é uma força genuinamente revolucionária. Nossa condição de país subdesenvolvido, contribui poderosamente para isso. Dentro das limitações impostas por sua condição de classe, claro que é em certo sentido inconsequente e vacilante como afirmam as Teses. Mas, considero indispensável um melhor estudo, e mais profunda avaliação de seu papel no processo revolucionário em curso no país. Sabemos que a burguesia nacional não constitui um todo único de sentido absoluto. Existem profundas diferenças de caráter geográfico e econômico que, embora não alterando sua essência de classe, apresentam do ponto de vista da forma certas nuances em seu comportamento como aliado.

Penso ser necessário demonstrar que a burguesia sulina está negativamente mais comprometida com o imperialismo, tendendo mais à conciliação com este. Ao contrário, a burguesia nordestina, tende a uma maior aproximação com o proletariado.

Claro que esta questão diz respeito às particularidades da táctica do partido na região nordestina. Também não excluo a participação positiva de certos setores da burguesia sulina no processo revolucionário que se observa no país. Mas, julgo necessário, indispensável mesmo, uma melhor apreciação desse processo real ora em curso no país e no entanto a burguesia do sul se torna mais rica e poderosa ao vincular-se ao imperialismo, a do nordeste empobrecer e assiste à redução de sua influência econômica e política no cenário nacional, dificultando ainda mais as já deploráveis condições de vida dos trabalhadores.

Considerando a importância da região (e sobre isso já falei em meu artigo anterior), é que penso que no atual debate, os comunistas dessa região devem tratar do problema, com a seriedade e profundidade que ele exige, a fim de utilizar plenamente todas as possibilidades que o aliado nos oferece nessa região do país.

Retificações

Na colaboração de Jorge da Cunha, sob o título «Algumas Falhas nas Teses», publicada em NOVOS RUMOS de 1 a 7 de julho de 1960, nº 70, entre os seis itens que devem aglutinar uma Frente Única, com o sub-título de «Nosso Caminho», houve omissão datilográfica do último item, que é o seguinte: «luta contra o latifúndio e o atraso rural». Este item é que termina a linha 23 da 5ª coluna da referida colaboração.

No artigo do companheiro Cláudio Moraes, intitulado «Uma questão básica» (NR, 8/14 de julho de 1960), onde se lê «infra-estrutura jurídica» deve ser retificado para «superestrutura jurídica».

AGOSTINHO DE CARVALHO

O SECTARISMO NO MOVIMENTO SINDICAL

Ai estão as teses para discussão recebendo a contribuição crítica dos vários militantes comunistas. No presente artigo, vou analisar (não somente o movimento sindical, defendendo a posição estabelecida nas Teses e no documento: O Movimento Operário e a Política dos Comunistas).

Avançamos ou não, no terreno reivindicativo, político e unitário no movimento sindical? Modificamos ou não, a nossa compreensão sobre o papel dos sindicatos? Começamos a compreender melhor ou não o problema da unidade do aço e da unidade orgânica no movimento sindical nacional e internacional? Temos ou não avançado no trabalho com as massas sindicalizadas e não sindicalizadas?

Não necessito lançar mão de fortes exemplos para constatar positivamente os problemas que levamos. Creio que começamos a acertar o passo, a ter melhor clareza sobre o sindicalismo nacional e a compreender melhor o seu papel reivindicativo e político na fase histórica por que atravessamos. Hoje, com raras exceções, ninguém põe dúvida da necessidade de militarmos na estrutura sindical existente.

Os frutos desse trabalho mais flexível estão à vista. Temos realizado vários congressos unitários, todos participando todas as correntes existentes no movimento sindical, nos diversos setores profissionais, em alguns Estados e nacionalmente. Desenvolvemos as lutas reivindicativas dos trabalhadores por aumento de salários, contra a carestia, por melhores condições de trabalho, pela melhoria da previdência social, pelo direito de greve, etc. As entidades sindicais vêm tendo forte participação na luta nacionalista e de libertação nacional desenvolvida pelo nosso povo.

Pergunto, assim, ainda está o reboque no que proclamado pelos camaradas que desejam a volta ao passado? Naturalmente que a rotina no trabalho partidário entrava e entraria o nosso cérebro e tentava a todos os que insistem em não calçar sapatos novos e continuam a usar os velhos calçados, embora capangando e escorregando em terra e qualquer cascata de banana que encostam pela frente.

Não vou dizer que tudo são flores, que o barco foi deslizado sobre um mar de rosas. Depois de impregnados por mais de trinta anos pelo dogmatismo, não seria por obra e graça de um Documento Sindical que acertaríamos imediatamente as nossas atividades e modificariamos os surrados métodos de trabalho. Existem algumas deficiências e debilidades. Verificamos algumas posições de «direita» e outras de «esquerda». Encontramos ainda entre camaradas nas direções sindicais tendências burocráticas, de ver o sindicalismo pelo sindicalismo, da unidade pela unidade, do trabalho de cúpula e desprezo pelo trabalho de base, pouco espírito crítico aos aliados que, para atender aos fins de suas organizações partidárias, enveredaram pelo terreno da demagogia. Verificamos, também, em muitos de nossos camaradas, a preocupação de só travar as lutas reivindicativas dos trabalhadores através da Justiça do Trabalho, fazendo da Consolidação das Leis do Trabalho um tabú intocável e evitando elevar politicamente o nível das massas sindicalizadas, apego-se ao apolitamento de que estão privados todos os princípios sindicais das classes dominantes. Em certos casos — particularmente nas eleições sindicais — observa-se a política dos conclaves, dos bons amigos e aliados, desprezando-se os métodos democráticos nas conferências das chapas com a participação plena e de direito dos associados. A estreiteza setorialista permanece ainda muito fortemente na atividade de alguns de nossos camaradas que insistem em girar só somente em torno de sua corporação profissional, subestimando o entrosamento sindical das entidades locais e nacionais. Pouca atenção ainda se dá à solidariedade proletária e ao intercâmbio fraternal de ideias e contatos com as entidades de outros países, principalmente dos países sub-americanos.

São falhas que devem ser superadas e que estão sendo superadas à proporção que se compreende melhor o papel dos sindicatos. A luta contra o sectarismo, contra a estreiteza sindical, contra os antigos métodos de trabalho não é uma luta isolada da vida. Para superar tais deficiências, devemos, temos que cada vez mais nos ligarmos às massas, do deixarmos de ser «comunistas de gabinete» e de nos desarmarmos de uma vez por toda a auto-suficiência, da presunção e do espírito de seta.

O PAPEL DO PARTIDO E O PAPEL DOS SINDICATOS

Muito se fala e se tem falado sobre o sectarismo no movimento sindical. Entretanto, para combatê-lo precisamos conhecer suas causas, localizá-lo e verificá-lo como ele se manifesta e se manifestou em nossa atividade prática. Somente assim fazendo, poderemos superar nossas debilidades e cortar o galho podre da árvore do sectarismo que estrangulou por muitos anos a iniciativa individual e coletiva dos quadros comunistas no movimento sindical. O nosso discernimento subjetivista deu como resultado a aplicação mecânica dos princípios sindicais marxistas, o desconhecimento completo do papel do Partido como organização superior do proletariado, bem organizado e disciplinado, em condições de abrir caminho para a revolução socialista, de enfrentar com êxito qualquer ofensiva das forças reacionárias, e de manter com independência uma política de classe no movimento sindical.

Partindo-se do princípio errôneo de que os sindicatos devem ser simples instrumentos da vontade do Partido, uma corrente de transmissão, enveredamos pelo caminho do sindicalismo puro, do paralelismo sindical, da resistência de trabalhar nas entidades sindicais existentes, esquecendo-se os ensinamentos de Lenin que trazia logo após a Revolução Socialista de Outubro, que os sindicatos não são uma organização estatal, nem tão pouco uma organização coercitiva; mas, sim, uma organização que incorpora, ensina, uma escola de administração, uma escola de comunismo.

Esta tese leninista do papel dos sindicatos nos regimes socialistas, aplicada às condições de nosso país, tendo-se em conta o lugar e o tempo, não levaria a compreender melhor que o sindicato por sua natureza é uma organização de massas,

e que limitar ou condicionar sua função a determinada política-partidária era torcer as suas finalidades, esterilizar os seus objetivos e paralisar os seus movimentos.

O conceito subjetivista sobre os sindicatos como sendo a corrente de transmissão dos partidos comunistas, nos levou durante todos esses trinta ou mais anos a defender o «sindicalismo puro» (sindicalismo) e tentou organizar entidades sindicais «puras» nas quais somente predominassem os «ajudantes comunistas» e seus mais chegados aliados. Se recorrermos a nossa história sindical principalmente a partir de 1936, vamos encontrar esta concepção do «sindicalismo puro» e do «paralelismo sindical» em quase toda nossa atividade prática e teórica. Com raras exceções, atuamos dentro da estrutura sindical existente. Sempre procuramos evitar a luta sindical nas entidades legais que se encontravam sob a influência dos agentes da burguesia nacional ou dos capangos do imperialismo. Chegamos, mesmo, a determinar o abandono dos sindicatos pelas massas trabalhadoras.

Esquecemos — por muito tempo e até recentemente — que o sindicato é uma organização democrática de massa, sob a influência das várias correntes políticas de classe, e que para cumprir com a sua finalidade, dentro dele devem estar todos os trabalhadores, sem discriminação ideológica, política ou religiosa.

Pouco preocupados em assimilar os ensinamentos de Lenin, nos esquecemos que, em 1920, antes, portanto, da criação de nosso Partido, ele já punha a pé de cal nessas teses errôneas, em seu livro A DOENÇA INFANTIL DO «ESQUERDISMO» NO COMUNISMO, criticando as mesmas manifestações de «sindicalismo puro» dos comunistas de «esquerda» alemães. Dizia, então, Lenin se é justamente esta estupidez que cometem os comunistas alemães de «esquerda» que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário dos chefes dos sindicatos a conclusão da necessidade de sair dos sindicatos reacionários e de criar novas formas de organização inventadas por eles!!! E, com a sua natural veemência crítica, continua: «deixar de atuar no seio dos sindicatos reacionários, significa abandonar as massas insuficientemente atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas, dos operários aburguesados (grifado por mim) — Veja todo o parágrafo VI do referido livro, editado pela VITÓRIA, em 1946).

Vamos encontrar Lenin escrevendo os mesmos princípios, ainda em 1920, contra determinados membros do então Partido Socialista Francês que palmilhavam os mesmos erros dos comunistas de «esquerda» alemães. «Através de nossas teses e de outros documentos oficiais da Internacional Comunista — salienta Lenin — sabemos que somos contrários resolutamente a certos comunistas de «esquerda» que propõem sair sem combate dos sindicatos reacionários e a eles opor a organização de novas uniões operárias. Os revolucionários e os comunistas devem estar lá, onde estão as massas operárias; os comunistas russos sempre estiveram durante muito tempo em minoria nas organizações profissionais, mas souberam lutar por suas ideias no seio das organizações operárias, mesmo daquelas puramente reacionárias» (grifado por mim) — CARTA DE JULHO DE 1920 — «Cahiers du Comunismo», França, abril de 1960, n. 1, pgs. 55-56).

A. Yusefovich, em seu artigo, LENIN E OS SINDICATOS, analisando este aspecto do problema sindical, no período de reação, após a Revolução de 1905, na Rússia Tsarista, sobressai que «Lenin lutou sem quartel contra os elementos que pretendiam diminuir o papel das organizações operárias legais, contra aqueles que, durante o período da reação, advogavam permanecer à margem das organizações operárias legais, contra os que se negavam a utilizar certas possibilidades que ainda restavam: a «duma» do Estado, as caixas de seguro contra enfermidades, os sindicatos, os clubes e outras instituições que haviam ficado íntegras.»

Se quisermos ir mais longe — antes, portanto, da formação de nosso Partido — vamos encontrar Marx, em 1868, criticando Lassalle e outros revolucionários alemães — uns advogando a transformação dos sindicatos em partido de classe operária e outros querendo considerar os sindicatos como única forma de organização do proletariado — pelas incompreensões que tinham sobre o papel do Partido e dos sindicatos. Dizia, então, Marx: «Como todos os fundadores de seta, Lassalle negava qualquer ligação natural com o movimento proletário anterior, na Alemanha e no estrangeiro. Reinciu no mesmo erro de Proudhon. Não foi buscar a base real de sua atuação junto aos verdadeiros elementos de classe, mas queria orientar sua marcha mediante uma fórmula doutrinária determinada.» (MARX E OS SINDICATOS — A. Losovski).

Como se constata, fazer material doutrinário esteve durante muito tempo à nossa disposição para que melhor compreendêssemos o papel dos sindicatos. Cegos, dogmáticos, com falta de espírito crítico e especulativo, pusemos de lado os ensinamentos dos mestres do marxismo-leninismo e enveredamos pelo caminho idealista.

Mesmo depois do XX Congresso do PCUS, que assentou o golpe de misericórdia no dogmatismo e no culto à personalidade, muitos de nossos camaradas, inclusive alguns membros de direção do Partido, ainda classificavam de «oportunistas» e «reboqueiros» todos aqueles que atuavam e defendiam a atuação dos comunistas em todas as entidades sindicais brasileiras — sindicatos, federações e confederações — por mais reacionárias que fossem suas direções e por maiores que fossem as dificuldades a nós impostas, e dentro delas, frente ao inimigo de classe, batalhar em defesa das reivindicações e dos direitos operários e dos princípios democráticos e nacionalistas defendidos pelo nosso povo.

Alguns camaradas ao ler o meu artigo dirão: «Mas isso não é novidade! É teoricismo — mimetismo, como diz Arruda — sobre problemas já por nós bastante conhecidos. Se não foram aplicados devidamente foi em razão do «baixo nível ideológico das bases.»

A verdade é que todos os princípios marxistas sobre o movimento sindical estavam há muito tempo ao nosso alcance. Não soubemos assimilá-los, os liamos de cabeça para baixo e só nos

preocupávamos de ser originais, de ser marxistas criadores; guardando o estalo divino do Padre Vieira em nossas cabeças.

O REFORMISMO NO MOVIMENTO SINDICAL

Não soubemos — ao transcurso de toda a nossa vida partidária — distinguir e localizar as diferentes correntes política-partidárias que influenciavam o movimento sindical. Ficou para nós era «pelego» ou «agente do imperialismo».

Diziamos, então, que o movimento sindical brasileiro estava isento, do social-reformismo, uma vez que aqui o desenvolvimento ideológico do proletariado não se verificou sob a influência dos Partidos socialistas da II Internacional, como aconteceu na Europa. No nosso entender, o campo estava livre para a nossa atuação e não tínhamos de travar combate ideológico com o social-reformismo.

Esquecíamos e não compreendemos que o social-reformismo aqui se apresentou diretamente através da burguesia nacional, por intermédio do getulismo, o seu expoente máximo entre os trabalhadores. Temos em todo o transcurso de nossa vida sindical, principalmente a partir de 1930, um manancial de ideias reformistas que influenciaram e ainda influem seriamente em vastas camadas trabalhadoras. Estão aí as teses sobre a «paz social», a «colaboração entre o capital e o trabalho», sobre o «capitalismo sindical» e outras panacéias, infiltradas direta e indiretamente e, sobretudo, através do movimento sindical, entre os trabalhadores.

Se vasculharmos o nosso passado sindical encontraremos fatos que testemunham a presença do reformismo no movimento operário, desde quase o seu surgimento. Encontraremos do mesmo modo o choque das concepções — burguesa e proletária — e, conseqüentemente, a luta pela hegemonia do movimento sindical entre a burguesia e o proletariado.

Em 1906, por exemplo, o I Congresso Operário Brasileiro em suas resoluções iniciais fazia sentir que o operariado agarrando-se em sociedade de resistência (sindicatos), afirma por esse simples fato, a existência de uma luta de classes que ele não criou, mas que se vê forçado a aceitar». E, com respeito ao Primeiro de Maio, diziam aqueles companheiros: «O I Congresso Operário Brasileiro verdadeira e reprouva indignadamente as pathagens feitas no 1º de Maio, com o concurso complacente dos senhores.»

E quem eram esses senhores, senão o patronato da época que procurava desvirtuar o sentido da luta das manifestações da Data Internacional do Proletariado e de imprimir a sua ideologia de «colaboração de classe» entre os trabalhadores?

Em 1912, realiza-se o falso IV Congresso Operário Brasileiro, como diziam os sindicalistas autênticos da época. A sua frente estava o presidente da República, Marechal Hermes, na pessoa de seu filho, o deputado Mário Hermes e de outros políticos das classes dominantes. Ali com clareza a ideologia reformista da burguesia está patente. Todas as mazelas do colaboracionismo de classe se acentuam no Congresso e os seus propagadores abrem a perspectiva de organizar um partido proletário, para orientar e organizar o movimento. Até a I Guerra Mundial, forte influência socialista sofreu. A Revolução Socialista de Outubro abriu novas esperanças ao proletariado nacional que não negateou esforços em com ele solidarizar-se, lançando, mesmo, do recurso da greve. Em 1922, cria-se o Partido Comunista e as ideias marxistas passaram a ter curso entre o proletariado, embora, antes, elas não fossem desconhecidas de muitos militantes sindicais e de vários intelectuais progressistas.

No período que medeia até as proximidades da Revolução de 1930, o sindicalismo nacional se organiza livremente, conforme as leis de então. Não se verifica durante tal período a tendência ao «sindicalismo paralelo», embora houvesse preocupação acentuada para o «sindicalismo partidário». A burguesia nacional e imperialista não abandonou o terreno. Esteve sempre presente com a sua ideologia, lançando não algumas vezes a demagogia, outras vezes recorrendo à brutalidade, inclusive por suas forças mais reacionárias ao considerar «a questão social um caso de polícia.»

Neste processo, depois de passarmos pela «questão social» se resolve a patas de cavalo dos políticos da Velha República, vamos encontrar Getúlio Vargas levantando os problemas sociais inscristos nos princípios do Tratado de Versailles e nas recomendações do Biró Internacional do Trabalho, em sua plataforma política à candidatura da República. Os setores da burguesia nacional atraíram o proletariado para golpear as posições do setor latifundiário, até então o predomínio no aparelho estatal. A revolução de 1930 encontrou o proletariado ao seu lado, enquanto os comunistas ficavam à margem especulando sobre o caráter desse movimento insurrecional. Ideologicamente influenciados pela burguesia, os trabalhadores não conseguiram em cem por cento atingir os objetivos reivindicatórios que levantavam. A burguesia conseguiu controlar o movimento sindical com a criação do Ministério do Trabalho, embora concedendo livre direito de organização sindical. Várias leis sociais foram promulgadas. O Partido enveredou por caminho diferente ao seguido pelas massas e o «paralelismo sindical» e o «sindicalismo puro» teve ampla aceitação em nossas fileiras. Foi a época das Uniões Sindicais «livres da influência e da tutela do Ministério do Trabalho» e das chamadas «Oposições Sindicais» que atuavam nos sindicatos existentes com a finalidade de «desmascarar os agentes ministerialistas». As «Oposições Sindicais», apesar de seu sectarismo, atuando nos sindicatos, tiveram grande influência e, até certo ponto, conseguiram mobilizar as massas em torno de suas mais sentidas reivindicações.

Durante o período de atividade da Aliança Nacional Libertadora criou-se o Departamento Sindical nesta entidade com a finalidade de orientar os trabalhadores e o movimento sindical. Chegamos à Revolução Nacional Libertadora de 1935. O seu fracasso, colocou a burguesia à vontade para, aos poucos, golpear as liberdades sindicais e, liquidar, com alguns direitos operários conquistados no transcurso de 1930 a 1935. Temo-nos numa mão o «chato» e na outra

a demagogia, as classes dominantes conseguiram intelar o movimento sindical, amarrando-o ao Estado, a tais prejuízos nos quais, até hoje, não tivemos forças para derrubar determinadas leis que impedem em toda a sua plenitude a liberdade sindical.

Passamos pelo período difícil do ascenso, do fascismo e da consolidação do Estado Novo em nosso país. Sindicalmente, o Partido foi arrasado e durante todo este tempo não teve uma política clara e definida para o movimento sindical. Chegamos à II Guerra Mundial, à vitória contra o nazi-fascismo. Durante tal período criamos o Departamento Sindical na Liga de Defesa Nacional e, a seguir, o Movimento Unificador dos Trabalhadores, para, como sempre, de fora e paralelamente, orientar e organizar o movimento sindical. Enquanto o proletariado sofria as maiores conseqüências da exploração capitalista — seu direito a levantar reivindicações, inclusive a de aumento de salários, etc. — os «novos ricos» surgiam do dia para a noite e a burguesia nacional e as empresas imperialistas se fartaram nos alucinos lucros que lhe proporcionavam os métodos reacionários e fascistas imprimidos pelo Ministério do Trabalho contra o operariado e suas entidades profissionais.

Enquanto o proletariado sentia-se esmagado pela exploração desenfreada dos capitalistas, nós levantávamos a bandeira do colaboracionismo das classes, da greve de provocação, do «esperar o cinto» e outras palavras-de-ordem mais reformistas do que o reformismo das classes dominantes.

Realizamos o Congresso Sindical Nacional no qual surgiu a CTB. Tudo, durante o Congresso, correu às maravilhas enquanto se discutia os princípios reivindicatórios dos trabalhadores, uma vez que nossa posição pouco se diferenciava da dos agentes sindicais ministerialistas. Quando se tratou de quem e a quem caberia a direção da CTB, os ministerialistas não cederam um passo e, assim, aquele congresso se transformou numa luta hegemônica, entre nós e eles. Na verdade quem levou a melhor foram os agentes da burguesia e dos imperialistas. Dividido o movimento sindical, entramos no paralelismo orgânico tendo na cabeça a CTB e as chamadas Uniões Sindicais que, no processo de suas atividades, se transformaram em organizações de comunistas e de seus poucos aliados.

Isolados das massas, fomos golpados pelo governo Dutra no início do lançamento da guerra-fria pelos imperialistas norte-americanos, sofrendo o movimento sindical sério impacto, com as intervenções em centenas de sindicatos, expulsões em massa dos ativistas sindicais, etc.

Entramos em velocidade para a orientação esquerdista, através da política traçada no Manifesto de Janeiro e a seguir no Manifesto de Agosto e o «paralelismo sindical» teve forte aceitação em nosso meio, inclusive com o lançamento de palavras-de-ordem de se abandonar os sindicatos. Este processo errôneo perdurou no período do Programa e, chegou, com algumas variantes, até a realização do XX Congresso do PCUS.

Tudo esse sectarismo no movimento sindical não foi fruto do acaso. Ele representou uma fase de infantilismo, de «esquerdismo» proveniente dos erros de nossa política geral durante todo esse tempo. Não dominando o marxismo-leninismo, enveredamos pelo subjetivismo, em suas formas mais acentuadas de dogmatismo e empirismo, levando a que, desconhecedores da realidade brasileira, entrássemos pelo caminho do aventureirismo, ora indo para «esquerda», ora para a «direita» e traçando «linhas justas», baseadas no «marxismo criador» que, em sua grande parte, eram inaplicáveis ao movimento sindical. Se acertamos mais no movimento sindical em todo esse período, foi devido a que o realismo operário nos fazia pôr os pés na terra e recusava a seguir os métodos aventureiros ou reboqueiros que, nesta ou naquela ocasião, impregnamos em nossas atividades.

LIGINDIO COSTA SANTOS

Sobre o Registro do Partido

Sou algoano residente no Estado da Guanabara e dirijo-me ao meu camarada Luiz Gonzaga Vasconcelos. Li com atenção o seu pequeno artigo na «Tribuna de Debates» e observei que apesar do camarada ser mais velho do que eu nas fileiras do nosso glorioso Partido — o meu, o seu, o de Prestes, enfim, o do povo. Sou do tempo da coluna e da anistia, sou novo no Partido, mas velho em experiências. Veja você. Estou aqui na Guanabara desde a cassação do registro do nosso Partido. Foi uma das vítimas do trabalho, ou melhor dito do cangaceiro Silvestre Góes Monteiro que espalhou o terror nas Alagoas. Você no final do seu artigo pede para que seja mudado o nome do nosso Partido para Partido Unificado do Brasil. Ora camarada, será que você viu o que os reacionários fizeram quando tentamos registrar outro Partido? Você sabe bem que a reação governa o nosso querido Brasil. Alegue que todas as assinaturas exigidas para o registro do novo Partido eram de comunistas. Porisso não o registramos. É claro que comunistas deram sua assinatura. Como conseguir novas para novo registro? Não adianta pedir este registro enquanto ainda continuarmos como país sob intervenção do imperialismo, tanto americano, como do Vaticano. Não camarada! Temos que exigir é o registro do glorioso PCB, nada de voltar atrás, nada de mudança de nome, nem de Partido. Não somos lacerdistas, para ficar da direita para esquerda e de esquerda para direita. Na Europa há diversos Partidos Comunistas com outro nome, mas o nosso nasceu com as iniciais de PCB e com elas iremos até o fim. Queriam ou não os lacaios do imperialismo, os Pena Boto, os viúvas do fascismo.

Meu caro Luiz nada de mudar. Tenhamos conseqüência e firmeza. Conseguiremos a vitória de nossa causa. O sol está brilhando ao nosso favor. Ele nos ilumina para dias melhores que não tardarão. Não meu caro Luiz. Você parece que quer vir de cima para baixo. Vamos sim, de baixo para cima, reparar os erros e nossos fracassos, pois esse é o nosso dever. A crítica e a autocritica nas fileiras de nosso Partido é um direito sagrado. Por exemplo, Sou stalinista. Sou marxista e leninista não posso ser an-

Tribuna de Debate

PEDRO ALVES DE AZEVEDO (Bahia)

A LEGALIDADE DO PARTIDO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Quando um Partido Comunista baseado, orientado e inspirado no verdadeiro marxismo-leninismo, vem a público apresentar teses ou Programas para discussões amplas e democráticas, é mister que nós, comunistas (independentes de sectarismo, dogmatismo, esquerdismo ou direitismo) nos empenquemos a fundo no propósito de ganhar elementos novos, através de discussões honestas, para, no final, tirarmos resoluções concretas.

Se assim procedermos, estaremos contribuindo para o fortalecimento do campo da Paz e do Socialismo. E ao mesmo tempo estaremos enfraquecendo o campo da guerra e do imperialismo.

Estou me referindo às novas Teses do Partido Comunista do Brasil, apresentadas para discussão no Suplemento Especial de Novos Rumos de 15 a 21 de abril deste ano, editado no Rio de Janeiro.

O Partido Comunista do Brasil, apesar de ter seus trinta e poucos anos de existência, ainda não atingiu a sua meta necessária, mas também não fugiu às lutas que se vêm desenrolando em nossa Pátria.

Quando aos nossos erros: não partem somente de nossa falsa aplicação, como também, do abandono ou falta de assistência (por parte da direção máxima) aos organismos de bases, na preparação de novos quadros através de estudos, como também de conservarmos nas nossas fileiras falsos marxistas, oportunistas, carrelistas, stalinistas, covardes, e desonestos. Tudo isto deu motivo para o enfraquecimento e o desprestígio de nosso Partido no seio das massas: a falta de personalidade e o péssimo procedimento moral de certos indivíduos que se diziam e se dizem comunistas, agindo publicamente sem que o Partido os chamasse de público para sua auto-crítica. Todos estes erros fizeram parte do lado negativo da aplicação da linha marxista-leninista. Deste lado ficaram os que queriam e querem a morte lenta de nosso glorioso Partido.

E do outro lado ficaram os que queriam e querem a vida e a vitória do Partido e da classe operária, os verdadeiros heróis com a sua fibra, dinamismo, persuasão e muitas outras boas qualidades de homens honestos e corajosos. São estes os autores das novas Teses.

Quero, agora, me referir à aplicação dos Programas anteriores pelo Partido aqui no Brasil. E' bem verdade que o nosso Partido errou em que aquela sua falsa linha política, mas também ganhou muita experiência que mudou o estudo para a nova vida, que são as novas Teses, ora em discussão. Um Partido marxista-leninista só erra quando de fato está atuando teoricamente, politicamente, e praticamente. Mesmo errando e atuando está dando provas de sua vida.

E' bem verdade que, ultimamente, o nosso Partido está meio esquecido no seio das massas. Isto devido à sua fraca atuação em muitos casos, como a entrega da base de Fernando de Noronha, pelo governo, ao imperialismo americano, a entrega da energia de Paulo Afonso ao truste lanque aqui em Salvador. Também têm sido fraquíssimas as lutas contra a carestia e por aumento de salários, etc... (isto no setor nacional). Não quero aqui me aprofundar muito nos nossos erros anteriores para não roubar o nosso precioso tempo. Mas também não posso silenciar ante as falsas Teses apresentadas de público pelos camaradas Maurício Grabois, e João Amazonas.

Em resposta aos mesmos temas elementos para deixar por terras os vossos falsos argumentos. Pergunto — aos camaradas autores destas Teses — Quando um aluno entra numa classe de primeiro ano primário, neste mesmo ano sai com o diploma do quinto ano? Como podemos derrotar o imperialismo americano (aquí dentro) sem nos alirmos aos nossos inimigos do classe (que é a burguesia)? Como podemos ir ao Poder sem educar as massas nas lutas?

Como podemos formar um exército revolucionário popular sem o educarmos politicamente e ideologicamente?

Será que os camaradas João Amazonas e Maurício Grabois estão fugindo da verdadeira linha marxista-leninista, ou cansados, indispostos, ou querem renunciar aos seus gloriosos passados de lutas!?

Por conseguinte, camaradas, a cho falso os vossos argumentos. A nossa luta é por etapas, para chegarmos ao Poder. Usamos várias táticas. Não é por isto que o Partido vai cair no oportunismo, como dizem os camaradas que acabo de citar. Um Partido comunista só cai no oportunismo quando ele foge da sua verdadeira linha marxista-leninista. Para isto temos os congressos: para fazermos o balanço crítico e auto-crítico dos erros e dos acertos na sua aplicação anterior. Podemos, sim, cair no oportunismo ou no derrotismo se apoiarmos as Teses dos camaradas J. Amazonas e Grabois.

Quanto às novas Teses, apresentadas agora, acho muito boas. O mal das Teses só poderá surgir quando a sua aplicação for mal orientada e executada. Para que isto não venha acontecer é preciso muita vigilância, muito cuidado e muita fiscalização pela Direção do Partido.

Um exemplo: quando o Partido, a classe operária, as massas, lutarem ombro a ombro com a burguesia contra o Imperialismo Americano, pela independência econômica e política do Brasil, não impede que, mais adiante, o Partido e a classe operária lutem para chegar ao Poder contra a burguesia nacional, porque esta mesma burguesia só será nossa aliada até certo ponto. E como podemos chegar ao Poder sem derrotar o nosso pior e maior inimigo, que é o Imperialismo Americano?...

Agora mesmo estamos em verdadeira campanha eleitoral. Temos dois candidatos opostos para a Presidência da República: um é candidato da Oligarquia Paulista e dos Trustes Americanos; na pessoa do senhor Jânio Quadros; o outro, apesar de ser anticomunista e contra as relações com a União Soviética, é o candidato de certo setor da burguesia, mas também é antimperialista o marechal Lott.

Portanto, o marechal Lott, apesar destas qualidades negativas que acabo de citar, é o nosso aliado, porque é um candidato lançado pelas forças Nacionalistas e antimperialistas. Seria um grave erro do Partido se apoiasse o demagogo Jânio Quadros, apesar deste mesmo senhor ser favorável às relações com a União Soviética, e não atacar os comunistas. Apesar disso, ele é o candidato do imperialismo e do campo da guerra.

Por conseguinte, camaradas, estou de acordo com as novas Teses. Devemos estudar as mesmas para tirarmos resoluções concretas e aplicarmos na prática. Se isto fizermos, estamos reforçando o campo da Paz e do Socialismo e contribuindo para o enfraquecimento do campo do Imperialismo e da guerra. Podemos conseguir a legalidade do Partido, derrotar os entreguistas e ganhar os nacionalistas para as nossas fileiras. E conseguirmos condições para os nossos objetivos, que são a independência de nossa Pátria e o bem estar de nosso povo, a vitória do Campo da Paz e a derrota do campo da guerra.

Junho de 1960.
Pedro Alves de Azevedo

Aos comunistas de Sorocaba

Os comunistas de Sorocaba informam que o Sr. Silvio dos Reis Assis nada tem a ver mais com o movimento comunista. Adotando posição divisionista e provocadora, este ex-militante comunista repeliu todas as advertências de seus companheiros durante muito tempo, persistiu em suas atitudes contrárias ao movimento operário e democrático, e tornou-se, desse modo, indigno da confiança que nele depositavam os trabalhadores e o povo.

JOSÉ PEREIRA DE LIMA (Espírito Santo)

A IMPORTÂNCIA DAS TESES

Considero de suma importância as Teses ora em debates. Todos os oito capítulos são de uma clareza muito grande, destacando-se o essencial das lutas que se travam entre o campo socialista e seus aliados, em constante progresso, contra o campo do imperialismo em acentuada decadência. Acentua as Teses o caminho para a luta de massas e a caracterização da luta de classe num plano geral que assegure cada vez mais a confiança das grandes massas na orientação política dos comunistas.

Mesmo examinando a situação dos países capitalistas mais desenvolvidos vemos a velha ordem capitalista que estruturava para morrer e isso nos ajudará muito na melhor compreensão dos problemas nacionais, na atual etapa. Assim sendo, com a perspectiva aberta pelas Teses e suas tarefas, aplicando-se corajosamente, não podemos temer a perda da hegemonia do movimento de emancipação nacional.

capitalismo mundial, desmascarando seus agentes internos, e fortalecendo as campanhas patrióticas, a luta pela paz e o socialismo. Além disso, a participação cada vez maior do movimento sindical nessa luta garantirá o ascenso do movimento operário e a vitória dos trabalhadores por melhores condições de vida. Estará assim sendo também garantido o crescimento da indústria genuinamente nacional, a democratização da vida política do país e a reforma agrária.

A independência política e ideológica dos comunistas dentro da frente única é um problema importante a ser levado em conta. Participamos do movimento nacionalista e democrático como força conseqüente e revolucionária disputando à burguesia a hegemonia desse movimento através da luta por ganhar maior número de aliados para o nosso ponto de vista e de ação. Como integrante do movimento operário, penso que as Teses em debate são uma grande e oportuna contribuição para a correção dos erros e deficiências, cometidos até agora, e abrem caminho para o melhor conhecimento da realidade objetiva e futura vitória.

KRUSCHIOV E AS TESES DE LENIN SOBRE O IMPERIALISMO

Não Basta Saber Ler é Preciso Compreender o Que se lê

Divulgamos hoje o trecho em que Kruschiov, no discurso pronunciado no III Congresso do Partido Rumêno do Trabalho, abordou e desenvolveu a tese de que, em nossa época, a guerra pode ser evitada.

Relação direta com a política de coexistência tem a tese proclamada no XX e XXI Congressos de nosso Partido no sentido de que em nossa época a guerra não é inevitável. As teses formuladas por Lenin a respeito do imperialismo continuam em vigor e como antes são e continuam a ser para nós a estrela polar de nossa teoria e prática. Não podemos, porém, nos esquecer de que as teses leninistas do imperialismo foram elaboradas e desenvolvidas há dezenas de anos, quando não havia muitos fenômenos que hoje se tornaram decisivos para o desenvolvimento do processo histórico e para toda a situação internacional.

Algumas das teses leninistas sobre o imperialismo se referem a um período em que ainda não existia a União Soviética e não havia os demais países socialistas. Hoje cresce e se fortalece a poderosa União Soviética com seu imenso potencial econômico e militar, cresce e se fortalece o grande campo socialista, que hoje conta com mais de 1 bilhão de habitantes, elevou-se a organização e a consciência da classe operária que, nos próprios países capitalistas, luta ativamente pela paz. Hoje atuam fatores como o amplo movimento dos patrióticos da paz e aumenta o número de países que são pela paz entre os povos. É necessário também observar que o imperialismo não possui hoje a retaguarda que possuía antes, isto é, o sistema colonial.

Não basta ler; é preciso compreender

Além disso, camaradas, não se pode repetir mecanicamente agora, a respeito do assunto, o que foi dito por Vladimir Ilitch Lenin há muitas décadas sobre o imperialismo, e afirmar que as guerras imperialistas são inevitáveis até que o socialismo vença em todo o mundo. Vivemos agora numa época em que as forças do socialismo crescem e se reinvigoram cada vez mais e em que massas cada vez mais amplas de trabalhadores se colocam sob a bandeira do marxismo-leninismo. (Aplausos).

É possível que cheguemos a uma etapa da história em que o capitalismo só exista em pequeno número de Estados, e, além disso, talvez em tão pequenos como, por exemplo, um botão no paléto. (Animação).

E daí o que se conclui? Também nessas condições será necessário ler no livro o que disse Vladimir Ilitch Lenin, de maneira inteiramente justa para sua época, e simplesmente repetir que as guerras são inevitáveis, já que existem países capitalistas?

É claro que a essência do capitalismo, do imperialismo, não se modifica, embora seja representada por pequenas nações. Sabemos que o lobo é um animal tão sanguinário como o leão ou o tigre, embora suas presas sejam muito menores. Por isso, o homem teme muito menos o encontro com o lobo do que com o leão ou o tigre. Evidente que também as feras pequenas podem morder, sua essência é a mesma, mas as possibilidades são outras e não possuem força considerável, sendo mais fácil torná-las inofensivas. (Prolongados aplausos).

Não podemos, por isso, sem levar em conta a situação concreta e as modificações na correlação de forças no mundo, repetir o que foi dito pelo grande Lenin em condições históricas inteiramente diferentes. Se Lenin tivesse esguerdado a cova, agarraria esses indivíduos pela orelha, — conforme se diz em linguagem popular, — e os ensinaria a entender a substância de certos problemas. (Animação no auditório. Tempestuosos aplausos).

Vivemos em uma época em que não mais existem Marx, Engels e Lenin. Se fomos proceder como crianças que aprendem a ler pela soletração não chegaremos muito longe. Marx, Engels e Lenin criaram obras imortais, que suportarão a prova dos séculos. Mostraram à humanidade o caminho para o comunismo. E marchamos com segurança por esse caminho. (Aplausos). Com base na doutrina do marxismo-leninismo nós próprios devemos pensar, estudar profundamente a vida, analisar a situação atual e tirar conclusões que aproveitem à causa universal do comunismo. (Tempestuosos e prolongados aplausos. Todos se levantam, aclamações: «Hurra!»).

Não basta apenas saber ler; é preciso compreender bem o que se lê e aplicá-lo às condições concretas do momento em que vivemos, ter em conta a situação presente e em mente a real correlação de forças. O político que assim proceda revela que não só sabe ler como também tem a capacidade de aplicar a doutrina revolucionária. Se não o fizer, estará se colocando ao nível do cidadão a que se refere o provérbio popular: «Olha o livro e vê um fígao». (Risos, aplausos).

Todas as considerações acima feitas nos dão base para afirmar, com segurança, que nas condições atuais a guerra não é inevitável. Quem não o compreende não acredita na força e nas possibilidades criadoras da classe operária, subestima o poderio do campo socialista, não acredita na grande força de atração do socialismo que, com toda evidência, demonstrou sua superioridade sobre o capitalismo.

rio antes de se lançar a uma aventura militar.

Se até mesmo o maníaco Hitler estivesse convicto de que a guerra que iniciara contra a União Soviética terminaria na derrota de suas hordas fascistas, tendo ele próprio, no quinto ano de guerra, se ocultado num subterrâneo em Berlim e dado um tiro no ouvido, até mesmo ele não tomaria a decisão insensata de lutar contra nosso país. É mais do que claro! (Tempestuosos aplausos).

Possibilidade de deter a guerra

E se os imperialistas não obstante desencadearem a guerra, tem nosso campo socialista a possibilidade de detê-la? Sim, tem. Vejamos um exemplo: Quando, em 1956, a França, a Inglaterra e Israel atacaram o Egito, nossa interferência deteve a guerra imperialista desencadeada pelas forças da agressão para privar o Egito de sua independência. Ajudamos o povo do Egito que heróicamente lutava pela liberdade da Pátria. (Prolongados aplausos).

Na ocasião, a ONU se reuniu, condenou a guerra e exigiu sua cessação. Evidentemente, quando a Inglaterra, a França e Israel iniciaram seu ataque de banditismo contra o Egito, sabiam perfeitamente bem que a ONU não aprovaria a agressão. Contavam, porém, que, enquanto fosse tomada uma decisão, enquanto se promovessem conversações e se fizessem exortações, dariam corámeneto à obra, camuflariam o Egito e alcançariam seus objetivos imperialistas.

É evidente o que ocorreria se não existisse a União Soviética e o campo socialista. A União Soviética e os demais países socialistas levantaram, porém, a voz. O governo soviético enviou uma mensagem a Eden, Guy Mollet e Ben Gurion em que preveniu haver um país que poderia vibrar um golpe esmagador se a agressão não fosse detida. E exatamente 22 horas após a guerra cessava. (Tempestuosos e prolongados aplausos). Eden, Guy Mollet — esse pretendido líder socialista, mas na realidade imperialista-colonizador desenfreado — e Ben Gurion, seu moço de recados, imediatamente encolheram o rabo. (Risos).

A União Soviética e todos os países do campo socialista cumpriram, assim, seu dever. A guerra cessou. Não é uma demonstração das forças do socialismo? E isso ocorreu imediatamente após o XX Congresso de nosso Partido, proclamando a tese de que a guerra nas condições atuais não é inevitável e que, se for desencadeada, temos a possibilidade de desfazer os planos aventureiros dos agressores e influenciar o desenvolvimento dos acontecimentos no sentido necessário.

Deve-se ter em vista que isso se deu em 1956. Agora há, porém, na União Soviética recursos militares tão poderosos dos quais os imperialistas não fazem uma ideia exata, apesar de seus vãos de espionagem. (Animação na sala. Aplausos).

Vejamos, ainda, outro exemplo: quando, em 1957, fizemos cessar o ataque contra a Síria desferido pela Turquia, lançada à aventura pelos imperialistas dos Estados Unidos. Ou em 1958, quando, depois da revolução no Iraque, os americanos e os ingleses prepararam suas forças e se dispunham a atacar aquele país. Os imperialistas americanos fizeram todos os esforços para empurrar a Turquia, o Irã e o Paquistão contra o Iraque. Os americanos se prepararam para esse ataque com tanta pressa que chegaram a violar a soberania da Áustria, lançando suas tropas aquarteladas na

Alemanha diretamente através do território da Áustria neutra para o Líbano e a Jordânia. Mas também nesse caso fracassaram e não se decidiram a agredir o Iraque em vista da firme advertência da União Soviética e de outros países socialistas. Chegaram, viram e voltaram, segunda a expressão popular, de mãos vazias. (Risos no auditório. Aplausos). E a República do Iraque existe e se fortalece.

É preciso ressaltar que, tanto no caso da Síria, como no caso do Iraque, foi rechaçada a agressão preparada contra aqueles países pelo Estado imperialista mais poderoso — os Estados Unidos.

Ódio ao imperialismo e sua política

Os imperialistas americanos e sua política aventureira tanto se desacreditaram que se tornaram odiados não só pelos povos dos países a eles aliados.

O sanguinário fantoche Li Cyn Man foi expulso vergonhosamente da Coreia do Sul. Mandares, ex-primeiro ministro da Turquia, executor fiel das ordens americanas, está na prisão. Até mesmo em Formosa, ilha ocupada pelos americanos, foi destruída a embaixada dos Estados Unidos, não obstante o terror feroz desencadeado pelo localo Chiang Kai-Chek. Sabemos muito bem que milhões de japoneses desprezam e odeiam os ocupantes americanos e o demonstram claramente. Em uma palavra, acumula-se o ódio do povo e amadurecem as forças de protesto naquelas países onde os americanos ainda não tiveram seus pés quebrados. E, como sabemos, quem semeia ventos colhe tempestades! (Animação no auditório. Aplausos).

É do conhecimento de todos que o povo japonês, empreendendo poderoso movimento de protesto contra a ratificação, pelo parlamento nipônico, do chamado tratado nipo-americano de segurança, e contra a visita ao Japão do presidente dos Estados Unidos, conseguiu evitar que o presidente Eisenhower ali descesse.

Quando o governo soviético revogou o convite ao presidente Eisenhower para visitar a União Soviética. As causas disso se tornaram a todos compreensíveis e claras. Pois bem. O próprio presidente devia esperar que, no caso de fracasso dos vãos de espionagem sobre o território da União Soviética, por ele sancionados, seria anulada sua viagem e ele se tornaria hóspede indesejável em nosso país, ele, porém, considerava que tudo correria bem para o governo dos Estados Unidos, que quis de certo modo humilhar a União Soviética com vãos de espionagem impunes.

No entanto, depois que o avião de espionagem «U-2» foi abatido no território da União Soviética e o presidente Eisenhower não apresentou desculpas, não condenou os vãos de espionagem sobre nosso país, vimos-nos na necessidade de revogar o convite que lhe fizéramos para visitar nosso país.

Tudo isso, é claro, compreende-se, entendem-se as causas e os efeitos.

Vejamos, porém, o que aconteceu com a viagem do presidente Eisenhower ao Japão? O governo dos Estados Unidos manifestou grande presunção, insistindo na viagem do presidente ao Japão, apesar dos protestos do povo nipônico, apesar do fracasso da «prova» a que se submeteu o assistente do presidente, o senhor Hagerthy, forçado a fazer prodígios de acrobacia para livrar-se, no aeródromo de Tôquio, dos abraços «amistosos» dos japoneses, que manifestaram sua atitude real em relação a esse en-



Marxismo da era atômica

viado dos Estados Unidos. (Gargalhadas, Aplausos).

Seria de supor-se que o Presidente Eisenhower chegasse a conclusões práticas em relação a tudo o que sucedera e tomasse uma decisão justa. Assim não sucedeu, porém, e ele continuou a insistir em viajar para o Japão. Todos sabemos quais foram os resultados.

Agora só podemos lamentar e compreender seus sentimentos após uma longa e desafiada luta. Mas como se acostuma dizer, colhe-se aqui o que se semeia. (Risos, Aplausos). E o governo dos Estados Unidos por enquanto só espalha sementes de guerra. A viagem do presidente americano ao Japão foi planejada como apoio ao primeiro-ministro Kishi, que começou a pedir socorro e a

Ao falar (foto) perante o III Congresso Rumêno do Trabalho, Kruschiov pronunciou discurso que repercutiu intensamente na imprensa mundial. Depois de desenvolver a tese da coexistência pacífica entre países de regime social diferente, o líder soviético reafirmou a tese de que, apesar de continuar a existir o perigo de guerra, esta não é mais inevitável.

apelar para os americanos para que salvassem seu governo. Por sua viagem ao Japão Eisenhower quis lançar um salvavida ao primeiro-ministro Kishi. O presidente e o governo dos Estados Unidos tudo fizeram para fortalecer o governo pró-americano do Japão, que não se orienta pelos interesses de seu próprio povo e sim pelos da política imperialista dos Estados Unidos.

No entanto, o resultado foi inteiramente diferente do esperado por Kishi e Eisenhower. O povo japonês bateu com a porta na cara do indesejável hóspede procedente dos Estados Unidos e demonstrou a todo o mundo seu ódio à política imperialista dos Estados Unidos e de seu localio no Japão, o «primeiro» Kishi.

De tudo isso só se pode chegar a uma única conclusão justa: continuar a lutar, também firmemente, contra o imperialismo e contra a guerra, lutar contra os blocos militares de agressão, insistir pelo desarmamento e pela liquidação das bases militares no estrangeiro. Quanto mais depressa os povos compreenderem a terrível ameaça representada pelas bases alheias nos territórios de seus países, tanto mais firmemente lutarão pela liquidação dessas bases e tanto mais depressa conquistarão a paz e a segurança.

O povo japonês, que sofreu todos os horrores dos primeiros bombardeios atômicos, mais profundamente reage em relação à ameaça que para ele representam as bases militares americanas. É o que compreendemos bem, o povo soviético, que passou por terrível prova, decorrente da invasão das fronteiras da Pátria pelas hordas dos fascistas alemães.

A política dos militaristas americanos, que implantam no Japão bases militares voltadas contra a União Soviética e a China Popular, é uma das principais fontes da tensão internacional. Lutando contra as bases estrangeiras em seu território, o povo japonês luta pelo alívio da tensão internacional e pela cessação da guerra fria.

Desajamamos que o povo japonês obtenha a revogação dos acordos e tratados injustos que lhe são impostos. Desajamamos que o governo do Japão atenda aos interesses vitais de seu povo e não a interesses alheios, de países imperialistas. (Anlrausos).

Saudamos a luta heroica do povo japonês e lhe expressamos nossa amizade. (Prolongados aplausos).

Unidade do campo socialista

A URSS fez uma política de paz quando estava só diante do poderoso campo dos países imperialistas. Continuamos a realizar essa política hoje, quando as forças da paz dispõem de incontestável superioridade em relação às forças da guerra e da agressão.

Essa nossa posição se baseia no fato de acreditarmos firmemente na solidez do regime socialista, de nosso sistema e por isso estamos tranquilos quanto ao futuro do socialismo. Não é necessária a guerra mundial para que as ideias socialistas vençam em todo o mundo. Essas ideias vencerão no decorso da

emulação pacífica entre os países do socialismo e do capitalismo. (Aplausos).

O informe do camarada Georg-Diejeixt bastante o papel representado pelo nosso Partido e pelos povos da União Soviética na luta pela vitória do comunismo e pela salvaguarda da paz em todo o mundo. Permitam-me que, em nome de nossa delegação e em nome do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, em nome do governo soviético e de todo o povo soviético, expresse nosso reconhecimento sincero por esta elevada apreciação de nosso esforço. (Tempestuosos e prolongados aplausos, que se transformam em ovação. Todos se levantam. Aclamações: «Hurra!»).

Com prazer constatamos, caros camaradas, que os laços de amizade fraterno entre os nossos partidos e entre os povos de nossos países se ampliam constantemente e se fortalecem. Entre nossos partidos e entre os nossos países existe unidade de vista — tanto quanto aos problemas internos de nossos países como quanto a todos os problemas internacionais: as questões da luta pela paz, pela coexistência pacífica entre nações com sistema social diferente, pela regulamentação pacífica de todos os problemas em litígio entre as nações, pelo desarmamento, assim como quanto a todas as demais questões.

Entre nossos partidos e entre nossos países socialistas jamais houve pontos de vista diferentes, nem interpretação diversa e nem mesmo matizes diversos na compreensão das questões internacionais essenciais, dos problemas do movimento operário internacional revolucionário e da conquista da vitória da grande causa do comunismo.

Estamos convencidos e eu lhes reitero, caros amigos, que, de nossa parte, da parte do Partido Comunista da União Soviética, sempre tiveram e terão o amigo mais fiel na nossa luta comum — que sempre marcharemos ao lado de todos os partidos comunistas e operários irmãos, ao lado de toda a classe operária revolucionária na luta por sua grande causa, sob a invencível bandeira de marxismo-leninismo. (Tempestuosos e prolongados aplausos. Todos se levantam. Aclamações: «Hurra!»).

Camaradas!

O atual Congresso faz um balanço de um importante período na vida do país e aponta o caminho para o coroamento da edificação do socialismo na República Popular da Rumênia. Os comunistas de todo o mundo se alegraram com os êxitos que os companheiros têm conquistado, e se orgulham pelo fato de que, nas mesmas fileiras oníbro a ombro com os demais partidos marxistas-leninistas, marcha com segurança nosso amigo e irmão — O Partido Operário Rumêno. (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Na unidade dos partidos marxistas-leninistas está o penhor de nossas vitórias futuras. A fidelidade ao leninismo define toda nossa atividade, nossa total compreensão — muito quanto aos problemas relativos à edificação do socialismo, da política exterior e do movimento comunista e operário internacional.

A fidelidade ao leninismo e a unidade garantirão a vitória total de nossa grande causa comum — construímos o comunismo! (Tempestuosos aplausos).

Comunicado Sobre a Situação Internacional

Divulgamos a seguir, traduzido da «Pravda», o texto do Comunicado assinado pelos partidos comunistas e operários dos países socialistas que enviaram representantes ao III Congresso do Partido Rumêno do Trabalho:

Os representantes dos partidos socialistas e operários dos países socialistas, presentes ao III Congresso do Partido Rumêno do Trabalho — Partido Albanês do Trabalho, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido Comunista Bulgaro, Partido Comunista da China, Partido do Trabalho da Coreia, Partido Socialista Operário Húngaro, Partido Popular Revolucionário da Mongólia, Partido Operário Unificado Polonês, Partido Operário Rumêno, Partido Comunista da União Soviética, Partido Comunista da Tchecoslováquia e Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam — decidiram aproveitar sua estada em Bucareste para trocar opiniões sobre problemas da atual situação internacional e sobre as conclusões daí decorrentes para os partidos irmãos.

Os participantes da Conferência constatarem unanimemente que todo o curso dos acontecimentos internacionais e do desenvolvimento dos países do sistema socialista mundial confirmaram inteiramente a justiça das teses marxistas-leninistas da Declaração e do Manifesto da Paz, aprovados pelos partidos comunistas e operários em Moscou em novembro de 1957.

Os participantes da Conferência reafirmaram sua fidelidade aos princípios da Declaração e do Manifesto da Paz, que constituem a carta do atual movimento comunista e operário internacional, o programa de sua luta pela paz, a democracia e o socialismo.

Os representantes dos partidos comunistas e operários dos países socialistas consideram que todas as conclusões da Declaração e do Manifesto da Paz — sobre a coexistência pacífica dos países com diferentes regimes sociais, sobre a possibilidade de impedir as guerras na época atual, sobre a necessidade de ser mantida a vigilância, dos povos em relação ao perigo de guerra, uma vez que, existindo o imperialismo, permanece o terreno para as guerras agressivas — são completamente aplicáveis à situação atual.

Os partidos comunistas — acrescenta a Declaração — consideram a luta pela paz como sua tarefa primordial. Juntamente com todas as forças amantes da paz, farão tudo o que deles depender para impedir a guerra.

Na Declaração foi também tirada uma importante conclusão sobre as formas de transição dos diferentes países do capitalismo para o socialismo: «Nas atuais condições, numa série de países capitalistas a classe operária, encabeçada por seus destacamentos de vanguarda, tem a possibilidade de quebrar a resistência das forças reacionárias e criar as condições necessárias para as realizações pacíficas da revolução socialista». Ao mesmo tempo, e também necessário partir da possibilidade de a classe operária conquistar a vitória da revolução socialista por um caminho não pacífico.

Os participantes do presente encontro, com um sentimento de grande satisfação, assinalam os imensos êxitos de todos os países do sistema socialista, alcançados no domínio da economia, da cultura, no fortalecimento do regime social e estatal, no constante desenvolvimento da democracia socialista. Desenvolve-se e fortalece-se a cada dia mais e mais a grande contradição dos países do capitalismo. O campo do socialismo con-

tra-se no florescimento de suas forças. Exerce uma imensa e crescente influência em todo o curso do desenvolvimento da humanidade. Os êxitos da União Soviética e dos países de democracia popular entusiasman a classe operária e todos os trabalhadores dos países capitalistas para a luta contra as investidas dos exploradores sobre os seus interesses vitais, para a luta pela paz e o socialismo.

Os participantes da Conferência declaram que os partidos comunistas e operários também no futuro trabalharão a coesão dos países do sistema socialista mundial e como a maioria dos olhos, preservarão sua unidade na luta pela paz e a segurança de todos os povos, pelo triunfo da grande causa do marxismo-leninismo.

O Comitê Central do Partido Albanês do Trabalho.

O Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha.

O Comitê Central do Partido Comunista Bulgaro.

O Comitê Central do Partido Comunista da China.

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia.

O Comitê Central do Partido Socialista Operário Húngaro.

O Comitê Central do Partido Popular Revolucionário da Mongólia.

O Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês.

O Comitê Central do Partido Operário Rumêno.

O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética.

O Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia.

O Comitê Central do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam.

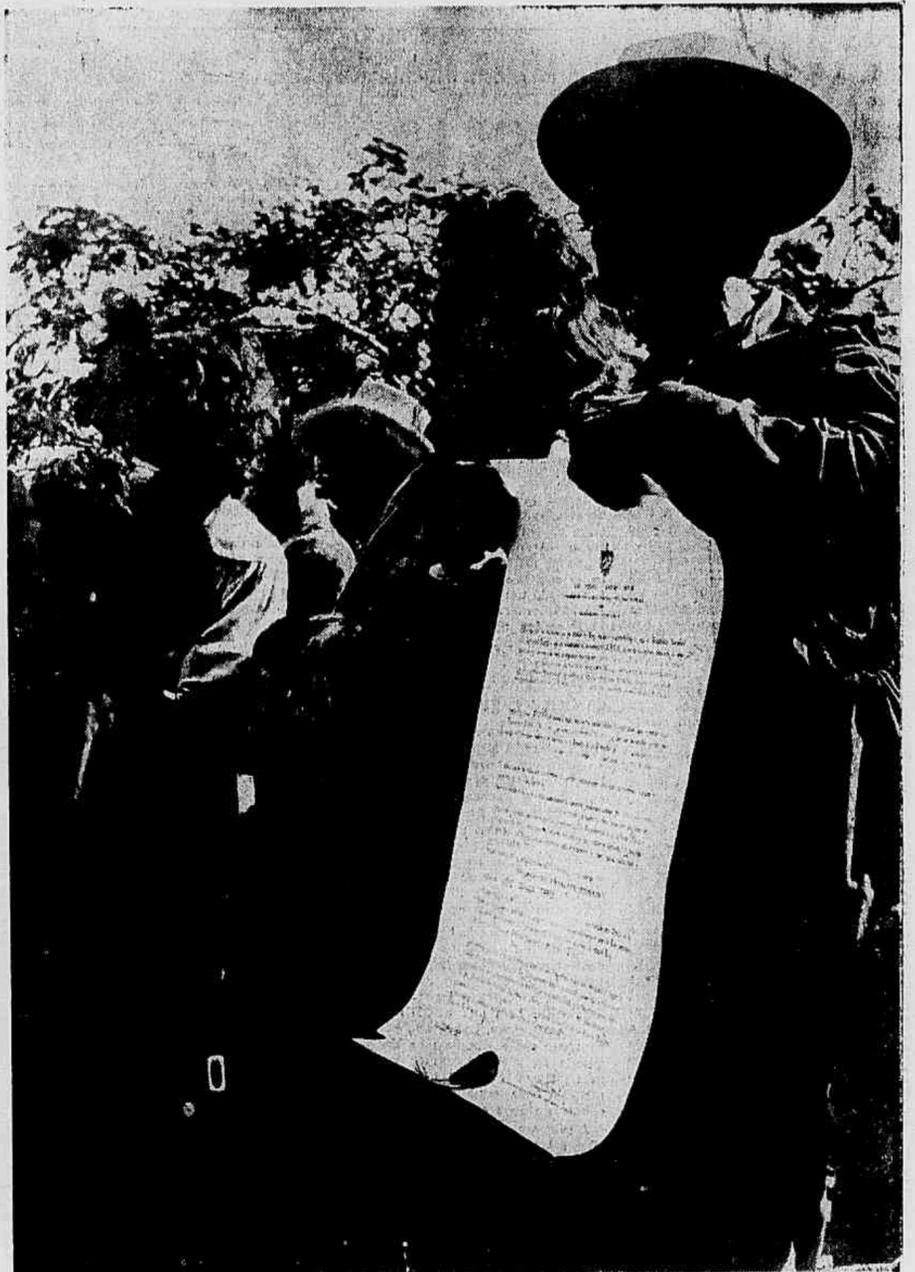
Bucareste, 24 de junho de 1960.

Cuba: Um Povo já é Dono do Seu Destino



Povo em armas defende a terra

Primeiro foi a luta árdua dos «guajiro», os camponeses pobres de Cuba, contra a ditadura e seu aparelho policial. Derrotado o ditador Batista, coube aos camponeses grande parte da responsabilidade de defender o novo regime contra as ameaças internas e externas. O fuzil passou a ser o companheiro de todas as horas nos canaviais.



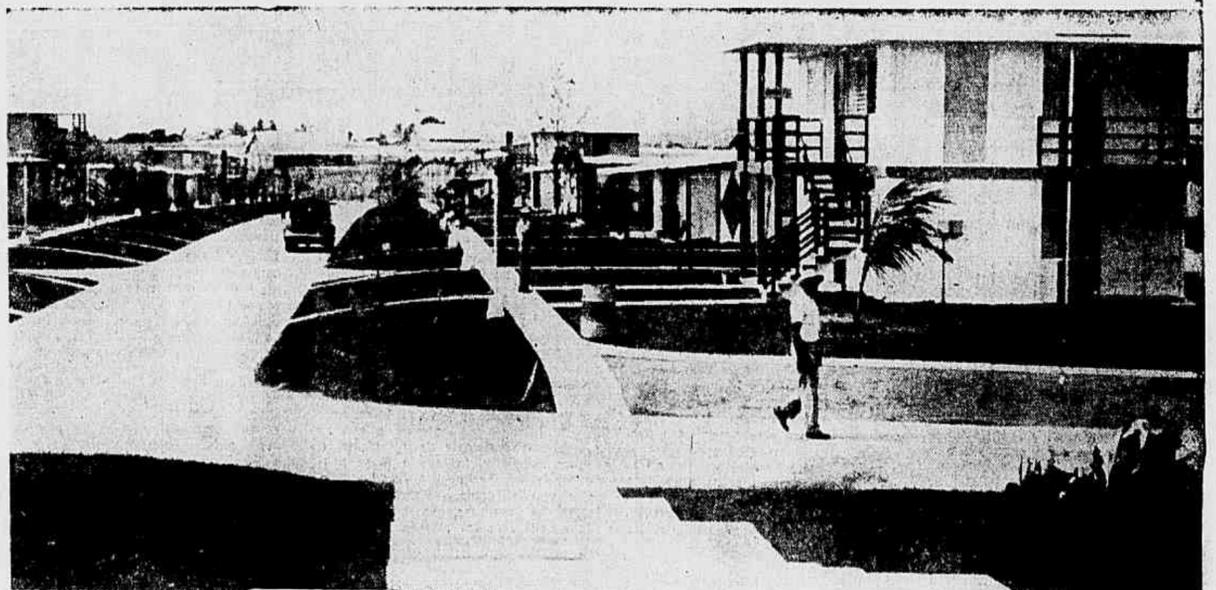
A terra para os que a trabalham

Logo depois da revolução veio a reforma agrária. Os parceiros e arrendatários ganharam as terras em que suavam e morriam para dar riquezas aos latifundiários. Expropriadas as grandes propriedades, o Instituto Nacional de Reforma Agrária dividiu a terra entre os camponeses e agora os ajuda a cultivá-la com instrumentos e sementes.



Não pode ser só açúcar e fumo

Cuba importava mais da metade dos produtos agrícolas que consumia. Os grandes latifundiários e as empresas estrangeiras só se interessavam pela cana e o fumo. Agora planta-se algodão para vestir o povo cubano.



Camponês merece (e tem) casa e comida

A miséria do «guajiro», o roceiro cubano, era a mais absoluta possível. Trabalhando de sol a sol, ele mal ganhava o suficiente para não morrer de fome. Depois da revolução de 26 de julho, os assalariados agrícolas foram reunidos em cooperativas de produção e recebem uma diária de 5 pesos, isto é, cerca de 500 cruzeiros. Ao mesmo tempo, o Estado constrói casas para substituir as choças em que viviam. Em 1959, 10 mil casas foram entregues aos camponeses, com pagamento a longo prazo. Este ano serão mais de 20 mil.



Que os quartéis se transformem em escolas

Além dos problemas econômicos urgentes que tem que enfrentar e resolver, o Governo revolucionário cubano se comprometeu a realizar uma tarefa verdadeiramente gigantesca. Os revolucionários sabiam que enquanto Cuba continuasse a ser um país de analfabetos, não estaria afastado o perigo de aventureiros, demagogos e contra-revolucionários deturparem os objetivos da revolução. Era preciso criar escolas por todo o país para que o povo cubano começasse a ter plena consciência de seu destino e de seus interesses.

NOVOS RUMOS